

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O TRABALHO DA BABÁ:
TRAJETÓRIAS CORPORAIS ENTRE O AFETO, O OBJETO E O ABJETO

Autora: Nanah Sanches Vieira

Brasília, 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O TRABALHO DA BABÁ:
TRAJETÓRIAS CORPORAIS ENTRE O AFETO, O OBJETO E O ABJETO

Autora: Nanah Sanches Vieira

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, abril de 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O TRABALHO DA BABÁ:
TRAJETÓRIAS CORPORAIS ENTRE O AFETO, O OBJETO E O ABJETO

Autora: Nanah Sanches Vieira

Orientadora: Doutora Tânia Mara Campos de Almeida (UnB)

Banca: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Mara Campos de Almeida(UnB)
Prof^ª Dr^ª. Ângela Figueiredo (UFRB)
Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa (UnB)
Prof^ª. Dr^ª. Lourdes Bandeira (SUPLENTE)

*Dedico este trabalho ao meu
filho, Ravi; e a cada uma das
mulheres que me contaram um
pouco de suas vidas.*

AGRADECIMENTOS

Trabalho de pesquisa apoiado pelo CNPq.

Agradeço àquelas que me receberam em suas casas para conversas sobre memórias e sonhos, num gesto de confiança e esperança.

À minha orientadora Tânia Mara, pela atenção valiosa e carinhosa, fundamental para a construção desse trabalho.

À banca de defesa, professoras Ângela Figueiredo e Lourdes Bandeira e professor Joaze Bernardino-Costa. Agradeço a disponibilidade e o aceite do convite para examinar essa dissertação.

À minha família, pelo apoio incondicional. Principalmente, agradeço a minha mãe, meu pai e Mila, pela paciência e por me darem toda a força e estrutura para que eu continuasse estudando. Às irmãs e irmão mais queridos e todas as nossas crianças. Às minhas avós, meus tios e tia.

À família do Bruno, em especial à Ideli.

Ao meu filho Ravi, que me acompanhou durante a pesquisa de campo e que já contava os dias para a defesa dessa dissertação, mesmo entendendo minha ausência com muito amor.

Às minhas companheiras e companheiros de mestrado, amigas e amigos.

Ao apoio do CNPq, financiador dessa pesquisa, e a todas e todos do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – SOL/UnB.

*Preciso ser um outro
para ser eu mesmo
Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta
Sou pólen sem insecto
Sou areia sustentando
o sexo das árvores
Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro
No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço*

Mia Couto

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado foi apreender e analisar o cotidiano das trabalhadoras domésticas no Brasil contemporâneo, tendo por foco a prática laboral de mulheres que trabalham como babás em Brasília/DF. Para tanto, a pesquisa tematizou o corpo vivido como espaço de observação e de significação de relações sociais recortadas pelos marcadores interseccionados de raça e gênero, pensando-os a partir de estudos sobre o pensamento feminista negro, a colonialidade e a historiografia brasileira. O corpo, portanto, foi abordado como categoria central de reflexão e análise para a compreensão das representações e práticas referentes à babá, em especial por meio da sua subclassificação em “corpo-objeto”, “corpo-afeto” e “corpo-abjeto”. Em busca das experiências corporais, entrevistas em profundidade foram realizadas com nove babás através de onde pude apresentar as transições entre um sub-corpo a outro, mostrando que formam um todo em permanente imbricação.

Palavras-chave: Corpo. Trabalho Doméstico. Babás. Afeto. Abjeção.

ABSTRACT

The goal of this master's dissertation was to learn and analyze the everyday life of house workers in contemporary Brazil, having as a main focus the working practice of women that work as nannies in Brasília/DF. Therefore, the research themed the living body as a space of observation for the meaning of social relations cropped by interseccional markers of race and gender, thinking them from the black feminist point of view, the coloniality and the Brazilian historiography. The body, wherefore, was approached as a central category of reflection and analysis for the understanding of the nanny's representation and practices, in special through their subcategorization in "object-body" and "affection-body" and "abject-body". In the search for their bodily experiences, there were made in depth interviews with nine nannies through which I was able to present the transitions between one sub-body to the next, showing that they form one whole in permanent imbrication.

Key Words: Body. House work. Nannies. Affection. Abjection

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CENÁRIOS, PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E TRABALHO DE CAMPO	16
1.1 Panorama geral do trabalho doméstico no Brasil	16
1.2 Legados coloniais na capital da modernidade	18
1.3 Considerações metodológicas: a ida ao campo e o retorno pela escrita	31
1.4 As entrevistas: estratégias e dificuldades	37
1.5 Histórias Cruzadas	41
1.5.1 Sandra	43
1.5.2 Jesus	45
1.5.3 Ana	48
1.5.4 Bárbara	50
1.5.5 Carla	54
1.5.6 Meire	56
1.5.7 Vanda	59
1.5.8 Jane	62
1.5.9 Cleide	64
2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CORPO	67
2.1 Considerações sobre o corpo na teoria social: a necessidade da superação do dualismo cartesiano	67
2.2 As teorias feministas e o corpo	71
2.3 O corpo e a perspectiva racial	74
2.4. Os estudos subalternos e decoloniais	76

3. MULHERES NEGRAS E O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL	80
3.1 Trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho	81
3.2. A transição da ama-de-leite à babá	85
3.2.1 A ama-de-leite em relatos de viajantes	85
3.2.2 A ama seca ou a mãe preta e o discurso médico higienista	87
3.2.3 A babá no presente	89
3.2.4 O combate às diferenciações: a PEC das Domésticas e o caso dos uniformes	90
4. O CORPO DA BABÁ: AFETO, OBJETO E ABJETO	100
4.1 O corpo-afeto	102
4.2 O corpo-objeto	107
4.3 O corpo-abjeto	120
4.4 Resistência, prazer, sonhos e projeções futuras	127
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXO I – Quadro I: Perfis das babás entrevistadas	145
ANEXO II – Roteiro das entrevistas em profundidade	146
ANEXO III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	149
ANEXO IV – Fotografias das bonecas de Bárbara	151

INTRODUÇÃO

[...] Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla.

Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida.[...]

Gloria Anzaldúa

Eu sou mãe. Tenho a experiência da maternidade— marcada em meu corpo jovem, pardo e de classe média. Percorro espaços onde transitam crianças e conheço o trabalho despendido no cuidado delas. Para ser mais específica, sou mãe de um menino de sete anos de idade. Meu filho nasceu quando cursava o segundo ano da graduação em Ciências Sociais e a minha realidade para conciliar estudos, estágio e os cuidados com ele envolveram duas opções: a creche e as avós. Perante a ausência de recursos financeiros para custear a creche privada e sem a disponibilidade de uma vaga na creche pública, parte dos cuidados foi transferida para outra mulher da família, no caso, a avó paterna. No meu tempo com ele, costumava levá-lo para o ponto de encontro das crianças da classe média brasileira, o parquinho da entre-quadra, e lá encontrei sempre poucas mães e muitas babás.

Nos momentos em que passeava com meu filho pelas quadras residenciais do Plano Piloto, passei a observar as babás para apreender os cuidados destinados por elas aos/as filhos/as alheios/as: o receio do tombo e do machucado, a preocupação com os horários e a alimentação, o timbre doce da voz chamando as crianças, e os assuntos abordados dentro dos grupos das babás. Ao iniciar a pesquisa de campo exploratória para este trabalho, minhas idas ao parquinho passaram a ter novo interesse. Enquanto investigadora e não apenas como mãe e tendo como contexto nacional a tramitação da “PEC das Domésticas”, me dispus a iniciar conversas com as babás e, prontamente, percebi o interesse delas em falar sobre suas vidas, rotinas e trabalhos. Os temas abordados eram: o relacionamento com as crianças, a nova lei, o tratamento dos patrões, o apego à criança, as dificuldades com transporte público, a intensa quantidade de serviço, a falta de paciência e de tempo para cuidar dos/as próprios/as filhos/as, etc.

Nessas manhãs nos parquinhos, me chamavam especial atenção os aspectos relacionados à corporeidade que envolve o trabalho desse tipo de cuidado. É o corpo da babá que dá

colo, se inclina para apoiar os primeiros passos, faz confiar no vai-e-vem do balanço, sacode a areia dos pezinhos para calçar o chinelo, empurra as primeiras voltas na bicicleta, senta no gramado para brincar... É o corpo da babá que faz dengo, dá bronca, protege e ensina. Esse tipo de experiência corporal é o que as torna específicas em relação às demais trabalhadoras domésticas. A babá não é a pessoa que, por convenção, educa a classe média passando à criança o “capital simbólico”¹, mas é por meio do seu corpo que a criança também aprende a existir em si mesma, no seu próprio corpinho². A babá agacha, ensina a criança como mandar beijo e o movimento de tchau das mãozinhas. Ela contribui significativamente para que a criança aprenda a lidar consigo mesma, com o frio, o calor e a sede, por exemplo. Na maioria das vezes, é a babá que diz aonde pode ir, aonde não pode e como se atravessa uma rua. Na sua companhia, a babá ensina a brincar com as outras crianças, a não pegar o brinquedo que não é seu e não jogar areia nos olhos dos outros. E se o amiguinho joga areia nos olhos da sua criança, é a babá quem lava o rostinho dela e a afaga para acalantar o choro.

Essas primeiras observações da imersão inicial no campo impregnaram minhas reflexões. Busquei distinguir o que acontecia ali, naquela cena pública (em que babá e criança brincavam sozinhas ou com outras crianças e babás) a partir de um contraponto: com o que ocorria no interior das casas dos/as patrões/as, quando a mãe e/ou pai está presente e, à babá, competem outras atividades. Novas questões surgiram: quais, então, as técnicas corporais³ em jogo nos diferentes momentos desse trabalho? Quando à babá é exigido sentar no chão e brincar? Quando lhe é imposto ou proibido dar colo e afeto? Quando a babá é responsável apenas pela higiene e alimentação? Quando a babá deve se retirar silenciosamente para os fundos da casa e transferir a criança para outrem?

1 Conceito cunhado por Pierre Bourdieu para tratar das relações que envolvem prestígio. O social é tido como sistema simbólico estruturado em hierarquias de poder e privilégio que é tanto determinado por recursos materiais e econômicos, quanto por relações simbólicas e culturais, determinando posições diferentes para os indivíduos. Nesse caso, Nunes (2003) explica: “o simbólico no universo infantil desempenha, muitas vezes, papel essencial nos relacionamentos com o mundo adulto, ou no interior do próprio universo infantil. [...] O social pode ser visto como sistema simbólico, que se organiza segundo a lógica da diferença. Na *classe* o aspecto econômico acentua-se, e no *status* o simbólico prepondera. Por mais que o simbólico goze de autonomia diante do econômico, a autonomia será relativa. Ao universo infantil cabe pô-lo sempre como dominado pelo mundo adulto, que dita as regras da socialização e convivência que a criança vai incorporar. Estruturam-se sempre a partir do mundo privado, com base em elementos calcados em valores simbólicos. Nesses casos, é a própria construção de grupos de *status*, que pertence à ordem simbólica, que se manifesta para o universo infantil por meio do estilo de vida” (p.15).

2 Brites (2007) aponta ainda para a transmissão de conhecimentos do universo das babás que a intimidade cotidiana com as crianças possibilita: “Elas dialogam com as empregadas, ouvem suas histórias, escutam a mesma música no radinho de pilha da cozinha, perguntam muitas coisas. [...] Muitas meninas, filhas das patroas, eram estimuladas pelas empregadas a aprender o serviço doméstico. Elas aprendiam através de um exercício prático e de observação, enquanto as empregadas executavam seu serviço” (p. 99).

3 De acordo com a perspectiva inaugurada por Mauss (1934) da construção histórica do corpo.

Enfrentando as dificuldades de ser mãe solteira e inicialmente movida por um caráter questionador do “destino biológico” de toda mulher e do que é “ser mãe”, interessei-me pela literatura feminista que trata da temática da maternidade. Contudo, ao constatar a evidente presença dessa outra mulher que “toma conta” de grande parte das crianças brasileiras – a babá –, imediatamente percebi que raramente a havia encontrado nos textos que enfocavam a maternidade e que esta é uma limitação de um feminismo que foca exclusivamente no gênero e não compreende as opressões de raça e classe que naturalizam a mulher negra como cuidadora em essência. Embora a academia e os movimentos sociais reivindiquem melhores condições para as domésticas, compreendo que são necessárias iniciativas que levantem dados, reflitam e problematizem questões referentes a esse trabalho. Em específico, reconheçam a importância do trabalho daquelas mulheres que se dedicam ao cuidado das crianças, de modo a dar visibilidade à realidade que as babás vivenciam em suas jornadas e em várias faces dessa atividade.

Esta investigação foi inspirada pelo texto “O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça”, de Rita Segato (2007), no qual se problematiza o deslizamento da ama de leite para a ama seca, bem como a profundidade histórica da prática da maternidade transferida no Brasil. Segundo a autora, haveria uma “diferença histórica e sociológica entre a mãe branca da Casa Grande e a babá negra, criadeira dos filhos brancos e ‘legítimos’” (2007, p. 151) que não se trata de um fenômeno trivial, mas, pelo contrário, que diz muito sobre a sociedade brasileira. Contrastando com a enorme abrangência dessa prática, que data do período colonial, há a ausência de atenção ao assunto em textos literários e acadêmicos. A consequência da forclusão da babá pelo discurso branco é o que Segato chama de um duplo desprendimento: “nele se sacrificam ao mesmo tempo a mãe e a obscuridão da sua pele – a África originária” (2007, p. 157).

O caminho dessa pesquisa se fez seguindo os passos das babás. Há no texto de Segato várias indicações de percursos que poderiam ser traçados para o estudo do tema e que as páginas desta dissertação não deram conta de abraçar. Portanto, a discussão sobre o trabalho e a vivência pessoal das babás tem como porta de entrada o corpo, com o objetivo de mostrar sua relevância enquanto objeto de estudo sociológico que agrega, em si e de modo articulado, os marcadores gênero, raça, classe e trabalho. Para captar a complexa dimensão corporal das babás, evidenciada nas entrevistas e observações, foram utilizadas três subcategorias, que estão intimamente inter-relacionadas: corpo-afeto, corpo-objeto e corpo-abjeto.

Esta dissertação volta-se para o corpo vivido nas condições materiais e nas dinâmicas sócio-afetivas que se estabelecem a partir do ofício das babás. Uma de suas contribuições,

portanto, refere-se aos estudos sobre trabalho doméstico, gênero e raça, imbricados e concretizados no corpo como objeto sociológico. Trata-se de mais um esforço para iluminar fenômenos sociais por seu intermédio. Afinal, o corpo já é uma categoria descritiva e de análise já consolidada nas Ciências Sociais, principalmente o corpo como instrumento de trabalho nos estudos que se dedicam à produção econômica. Mas, a presente investigação intencionou contribuir para a expansão dessa categoria também enquanto *lócus* de afeto e de abjeção no mundo do trabalho, em especial no espaço da domesticidade.

Ao considerar a constatação inicial, que indica uma lacuna nos estudos sobre as babás, empreendi esforço em complementar o referencial teórico da pesquisa com narrativas sobre a atividade realizada pelas amas de leite, amas secas e babás a partir de uma perspectiva histórica, desnaturalizando o corpo dessas mulheres e compreendendo como esse tipo de trabalho tem sido discursivamente construído ao longo do tempo. O intuito é apontar para o fato da atividade realizada por essas mulheres ser uma realidade sócio-histórica e simbólica, que articula em si imagens, mitos, tabus e valores desde a escravidão. Por isso, a observação direta das babás e as entrevistas foram utilizadas para possibilitar o entendimento de como esse tipo de trabalho doméstico, que se origina no passado escravocrata brasileiro, tem sido elaborado, experimentado e reconstruído hoje, dada à sua permanência na organização social brasileira.

As ponderações sobre o trabalho realizado pelas babás em Brasília (DF) e em uma perspectiva histórica, bem como as percepções e as análises sobre os três momentos das trajetórias corporais envolvidas nesse tipo de trabalho doméstico estão organizadas em quatro capítulos. No primeiro, exponho dados quantitativos sobre os aspectos do trabalho doméstico no Brasil e no DF, articulando-os a uma discussão acerca dos legados coloniais que persistem na capital brasileira da modernidade, Brasília. É também nesse momento que apresento as considerações metodológicas sobre o campo e conto brevemente as histórias de cada uma das entrevistadas.

No segundo capítulo, faço a revisão bibliográfica e elaboro um arcabouço teórico que reconhece o corpo enquanto um objeto de estudo da teoria social e que me serve de alicerce para refletir sobre o material empírico. A articulação entre as perspectivas feministas, raciais e decoloniais me levam para dentro dessa densa discussão sobre o corpo, na tentativa de me aproximar do corpo vivido e historicizado. Esta temática, então, se torna o eixo do terceiro capítulo, onde elaboro o retrato sócio-histórico do deslizamento do corpo da ama de leite

para o corpo da babá contemporânea e trato da Proposta de Emenda à Constituição 478/2010 (PEC das Domésticas)⁴.

No quarto capítulo, proponho um jogo de subcategorias para descrever os três grandes momentos do corpo das babás no ambiente de trabalho, sem a intenção de fragmentar essas corporeidades – que constituem a referência central dessa investigação –, mas para denunciar a subalternidade e entender a complexidade das relações que essa atividade profissional comporta. Momentos de resistência, prazer, sonhos e projeções futuras são apresentados a partir de trechos da voz das babás. Ao final, apresento minhas considerações conclusivas, tendo em vista suscitar novas perguntas e fomentar novos debates sobre as condições em que vivem e trabalham as babás no nosso país.

4 A proposta foi aprovada pelo Senado Federal em março 2013, entretanto ainda não entrou em vigor.

1. CENÁRIOS, PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E TRABALHO DE CAMPO

pássaro

impreciso

este corpo carrega a realidade

anda pára e pensa

apalpa a essência

escreve

presente

e cansa.

Alzira Rufino

1.1 Panorama geral do trabalho doméstico no Brasil

O trabalho doméstico está na pauta do dia. Os meios de comunicação dedicaram, nestes dois últimos anos, capas e páginas à “PEC das Domésticas”⁵, que revoga o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, com o objetivo de estabelecer a igualdade de direitos entre domésticas/os e demais trabalhadoras/es. Ao mesmo tempo, trabalhadoras domésticas viraram personagens de telenovelas e temas dos filmes de festivais nacionais de cinema⁶.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informam que, em 2009 no Brasil, havia 7.223 milhões desses trabalhadores, sendo que 93% eram mulheres. Em nível nacional, esse é o segmento com maior inserção ocupacional das mulheres que trabalham (17,0%), seguido do setor de comércio e reparação (16,8%) e o de educação, saúde e serviços sociais, onde estão 16,7% delas. O trabalho doméstico trata-se de uma atividade remunerada de cuidado que,

5 Atualmente, a lei garante aos/às trabalhadores/as apenas 9 dos 34 direitos trabalhistas. Com a mudança, vão passar a ter direitos iguais aos de qualquer trabalhador/a: jornada de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de horas extras, adicional noturno, FGTS e seguro desemprego.

6 Refiro-me à telenovela da TV Globo, “Cheias de Charme” (2012) e aos filmes “O Som ao Redor” (2012) e “Recife Frio” (2009) de Kleber Mendonça Filho, “Doméstica” (2011), de Gabriel Mascaro, “Bábás” (2010), de Consuelo Lins e “Domésticas” (2001) de Fernando Meirelles.

de acordo com padrões tradicionais, é naturalizado como feminino. Nesse contexto, o contingente de domésticas no Brasil consiste majoritariamente em mulheres negras (62,0%)⁷, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT (GUIMARÃES, 2012), sendo que, grande parte delas trabalha em condições precárias, desprotegidas e vulneráveis, muitas vezes inseridas em um quadro análogo ao que caracteriza o trabalho escravo.

Segundo o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), apenas 26,4% do total das trabalhadoras domésticas possuíam carteira assinada, em 2009, destas 29,3% eram brancas e 24,6% negras. Tal desigualdade se constata também no que se refere à remuneração, pois, em 2009, as negras recebiam, em média, R\$ 364,00, e as brancas R\$ 421,60, situando-se as duas rendas abaixo do salário mínimo a época, de R\$ 465,00.

Em diversos países, o trabalho doméstico está vinculado à história mundial da escravidão e à divisão sexual do trabalho. O Brasil, especialmente, reescreve hoje essa história, onde o trabalho doméstico consiste em uma das principais fontes de ocupação da grande parcela de mulheres negras, com baixo grau de escolaridade e oriundas das regiões mais pobres do país. Trata-se de um ofício “invisível” e desvalorizado, pois sua importância para a formação e organização da sociedade é praticamente ignorada, o que se revela no fato de ser a única profissão que não possui os mesmos direitos trabalhistas e as mesmas regulamentações que as demais, bem como é pouco estudada pela academia e encontra-se distante das políticas públicas que se voltam para o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe.

Segundo a cartilha “Trabalho doméstico: direitos e deveres”, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),

[...] considera-se empregado(a) doméstico(a) aquele(a) maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a). Nesses termos, integram a categoria os(as) seguintes trabalhadores(as): cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outras. O(a) caseiro(a) também é considerado(a) empregado(a) doméstico(a), quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa (2007, p. 6).

7 Nessa classificação, considera-se negras as mulheres autodeclaradas pretas e pardas.

1.2 Legados coloniais na capital da modernidade

Assim, eu gosto daqui. Gosto pra trabalhar e pra ganhar dinheiro. Pra viver o resto da minha vida, não. Aqui você não vive, é muita correria, muito trabalho.

Jane

Nos anos 1960, os meios de comunicação da época seduziam os/as brasileiros/as a participarem da construção do grande projeto nacional, a moderna capital do país que simbolizava a passagem da sociedade rural para a urbana em um contexto de intensas transformações econômicas e políticas. De acordo com Brasilmar Nunes (2003), “na ótica individual do migrante, Brasília é um ‘ponto’ no território nacional onde se vislumbram possibilidades objetivas de ultrapassar o estágio socioeconômico em que está inserto” (p.76). James Holston (1993) esclarece: “a viagem rumo a Brasília, através do Planalto Central, é uma jornada de separação” (p.11). A capital planejada é diferente do restante do país e essa separação a inscreve na história do Brasil, corporificando a passagem de uma velha sociedade para uma moderna⁸. Nessa viagem, migrantes chegam à Brasília modernista deixando outros Brasis. Quem viaja rumo à Brasília tem, sobretudo, o intuito de encontrar ocupação com altos salários e ligeira ascensão social.

Nunes (2003) esclarece, a partir de dados da Codeplan (1997), que após 37 anos da fundação, 44% da população do DF já correspondiam a pessoas nascidas aqui, o que o leva a constatar que Brasília se consolida tanto como pólo de atração transitória como de fixação de migrantes. De acordo com o autor, “é de pressupor que seria principalmente no nível imaginário que Brasília se transformaria nesse novo ‘eldorado’; a proximidade do poder jogaria simbolicamente para populações desfavorecidas uma possibilidade concreta de acesso a melhores condições de vida” (p.81). Em levantamento, que realizei na Agência do Trabalhador Autônomo – ATA do Plano Piloto (DF)⁹, também constatei que, das 29 babás interessadas em ingressar no mercado de trabalho por meio dessa agência, apenas 4 eram do DF, sendo que a maior parte vinha do Maranhão (6), seguida pela Bahia (5) e pelo Piauí (4).

8 Em sua pesquisa, Holston (1993) mostra como o discurso governista foi construído por Kubitscheck e seus aliados para legitimar a construção da cidade, combinando a teoria desenvolvimentista com a mitologia do Novo Mundo em uma campanha que associava a construção da nova capital – de acordo com a concepção modernista de cidade – à fundação de um novo Brasil.

9 A Agência do Trabalhador Autônomo – ATA é um serviço público do Governo do Distrito Federal e está direcionada à orientação, encaminhamento à contratação de trabalhadoras/es domésticas/os (faxineira, lavadeira, camareira, passadeira, jardineira/o, motorista, cuidador/a de idosos e babá) cadastradas/os, sejam diaristas ou mensalistas.

No caso das entrevistadas, soma-se à proximidade de suas regiões o fato de que elas são oriundas das regiões mais pobres do Brasil, onde esse potencial de Brasília é exercido intensamente. No Quadro *Perfis das babás entrevistadas* (em anexo), observa-se que todas elas são migrantes, vindas do Maranhão (3), Minas Gerais (3), Piauí (2) e Alagoas (1). Os dados sobre pobreza no Brasil, apresentados pelo IPEA (2010), reafirmam essa realidade, já que, em 2008, Alagoas foi o estado que registrou a maior taxa de pobreza absoluta¹⁰ (56,6%), seguido pelo Maranhão (55,9%) e Piauí (52,9%). Ao se considerar a taxa de pobreza extrema¹¹ em 2008, Alagoas foi o estado com a maior taxa (32,3%), também seguido pelo Maranhão (27,2%) e Piauí (26,1%).

A realidade confrontada por elas em Brasília, entretanto, não é animadora. Em relação à taxa de desigualdade de renda, em 2008, o DF foi o estado com maior índice de Gini (o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade), (0,62), seguido por Alagoas (0,58) e Paraíba (0,58). Entre 1995 e 2008, o DF foi o único ente federativo do país que registrou aumento na desigualdade de renda (0,5%). A seguir, as falas vão mostrar os sonhos e as representações que as babás construíram sobre a mudança para Brasília e como aqui se encontraram o imaginário e o real.

Nossa! Eu pensava que era o lugar mais lindo, maravilhoso, tudo de bom e quando eu cheguei aqui, que eu fui conhecer a realidade das pessoas porque, na realidade, lá [na cidade natal] nós só vê o centro¹², a gente não vê como é que são as cidades satélites. Então quando eu cheguei aqui em Itapoã nem asfalto tinha, era só poeirão. Ou era poeira, ou era lama, na época da chuva. A realidade era muito diferente. Tão perto do centro e com essa realidade daqui, né? (Carla)

Eu achava que era uma coisa. Eu era muito besta. Sabe criança, assim, inocente? Eu imaginava assim: “vou chegar em Brasília e enricar!” Olha o pensamento da menina! Chegar em Brasília, nossa! Eu só pensava em ganhar muito dinheiro! Depois eu volto pra Minas e monto alguma

10 Rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo mensal.

11 Rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo mensal.

12 O “centro” se refere à Região Administrativa de Brasília – RA I, onde há maior opulência e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é equivalente ao dos países mais desenvolvidos do mundo. Dados da CODEPLAN, de 2013, apontam o DF com o melhor IDH do país: o IDH do Brasil, em 2010, era de 0,727, e o do DF, 0,824. Em relação à comparação com os municípios da Área Metropolitana de Brasília, os números comprovam o enorme fosso que separa o DF desses municípios. Já o Itapoã, há apenas 30 km de distância de Brasília, é a RA com menor renda média mensal e per capita do DF, 1,6 e 0,4 salários mínimos, respectivamente, de acordo com dados da Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílio– PDAD, de 2004. O Itapoã é, desde 2005, região administrativa XXVIII, com aproximadamente 46 mil habitantes. A ocupação da área começou como uma invasão irregular e, sem medidas por parte do Governo, a invasão cresceu e aumentaram os índices de violência e pobreza na região. Atualmente, na região constam apenas um posto de saúde e três escolas (<http://www.itapoa.df.gov.br/>).

coisa pra mim. Nada disso... É imaginação. Aí eu falei: “Aí, vou chegar lá, vou comprar um computador, vou comprar um carro, vou ajudar minha mãe!” Nada veio, nada veio do que eu imaginava. Eu cheguei aqui e vi que o mundo era diferente [*risos*] (Cleide).

Embora para Carla e Cleide a realidade encontrada tenha sido diferente do que se imaginava, para Jesus, o trabalho em Brasília é o que possibilita o sustento e os estudos de sua filha no Maranhão, um objetivo que ela conquistou.

Eu vim pra Brasília pra arrumar um emprego melhor pra cuidar dessa menina minha. Tudo que eu trabalho é pra ela. Tudo que a minha mãe não me deu, eu quis dar pras minhas filhas. A minha outra morreu com dois anos e meio. Mas essa, tudo que eu queria era que ela fizesse a faculdade, estudasse. O que eu não estudei eu queria que minha filha estudasse porque se a gente não sabe ler, a gente não é ninguém. É difícil demais a vida de quem não sabe ler. E eu queria muito que minha filha estudasse. E se eu ficasse lá no Maranhão, nem a faculdade dela eu não ia conseguir. Então tudo é eu! Tudo é eu! Todo mês meu salário inteiro vai pra lá! [...] Muitas amigas minhas moram aqui, um monte, tudo trabalhando de babá! Uma amiga minha que cuidava dessa menina que era doente, mas ela casou e não podia mais cuidar. Aí me ligou pra eu vim. Então eu vim com emprego garantido já pra Brasília (Jesus).

E também contou porque permanece, mesmo sonhando em voltar ao Maranhão:

Eu gosto de Brasília, mas minha filha gosta mais. Impressionante. Tem horas que penso em ir embora, mas dá pena por causa da minha filha. Ela gosta de tudo daqui, de roupa, calçado. Eu podia ir pra outra cidade, mas ela adora aqui (Jesus).

Da mesma forma que para Jane e Jesus, Brasília também é lugar de trabalhar e ganhar mais para Vanda e seus parentes do interior de Minas Gerais:

Todo mundo falava que Brasília é o melhor lugar pra se ganhar dinheiro. Lá em Belo Horizonte as pessoas não pagam tão bem igual aqui paga. Lá, estourando, quem ganhava bem era um salário. Lá eu sempre ouvia que aqui as pessoas ganhavam mais, que a babá que dormisse no emprego ganhava mais. E lá eu dormia e ganhava metade do salário mínimo na época, ou até menos. Então o que me fez vir foi, lógico, a família que já estava aqui, mas também ganhar mais (Vanda).

As entrevistadas são mulheres que, em sua maioria, chegam solteiras e por meio de uma rede de contatos familiares ou de amizades, com um destino traçado: o trabalho doméstico na casa de alguma família branca de classe média alta de Brasília

(vulgo Plano Piloto), área privilegiada da região “onde habitam e trabalham aqueles para quem a cidade foi pensada com prioridade, particularmente a alta hierarquia burocrática” (NUNES, 2003, p.78). Mobilizando desejos, frustrações, medo e coragem, essas mulheres ensejam vantagens econômicas e o sonho de mudar a sua vida e a dos seus.

Fundada na década de 1960 sob a premissa utópica de que sua construção iria inaugurar uma nova era e transformar a sociedade brasileira, perversamente desigual, Brasília está vinculada aos princípios modernistas comprometidos com a Carta de Atenas¹³, redigida por Le Corbusier e assinada por famosos arquitetos em 1933. Os planejadores da cidade idealizaram que os elementos arquitetônicos iriam evitar a discriminação social, como aparece descrito no Jornal da NOVACAP, de 1963, e transcrito na tese de Houlston:

Os blocos de apartamentos de uma superquadra são todos iguais: a mesma fachada, a mesma altura, as mesmas facilidades, todos construídos com o mesmo material, o que evita a odiosa diferenciação das classes sociais, isto é, todas as famílias vivem em comum, o alto funcionário público, o médio e o pequeno.

Quanto aos apartamentos há uns maiores e outros menores em número de cômodos, que são distribuídos, respectivamente, para famílias conforme o número de dependentes. E por causa de sua distribuição e inexistência de discriminação de classes sociais, os moradores de uma superquadra são forçados a viver como que no âmbito de uma grande família, em perfeita coexistência social, o que redundará em benefício das crianças que vivem, crescem, brincam e estudam num mesmo ambiente de franca camaradagem, amizade e saudável formação. [...] E assim é educada, no Planalto, a infância que construirá o Brasil de amanhã, já que Brasília PE o glorioso berço de uma nova civilização. (Brasília, 1963 [65-81], p. 15 apud HOULSTON, 1993, p.28).

Os planejadores não pressupunham que o igualitarismo era um valor compartilhado pela sociedade, mas era algo a ser criado nos novos habitantes – as crianças brasilienses, que seriam forçosamente inseridas no modelo de organização social do espaço que os planejadores buscavam construir. Entretanto, o que se manteve na formalização do projeto arquitetônico do apartamento familiar foi o padrão da casa brasileira da família de classe média, que separa a área social e íntima da área de serviço. Segundo Houlston (1993), essa divisão,

13 A “Carta de Atenas” consiste em documento internacional resultante do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas em 1933. Foram os princípios desse manifesto urbanístico que orientaram o projeto criado por Lúcio Costa para a capital do Brasil. A Carta está disponível no site do IPHAN: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>.

que não apenas separa funções, mas também classes sociais, tem origem nos terrenos da propriedade escravocrata.

A área de serviço do apartamento abrange a cozinha, o(s) quarto(s) e o banheiro de empregada, e um lugar para a lavanderia. Este inclui tanque de lavar, varais e tábua de passar, todos localizados no corredor para fins de ventilação. Margeada por dois corredores, o de serviço de um lado e o da área íntima de outro, a área de serviço fica assim efetivamente isolada das áreas nobres do apartamento. Um acesso direto entre a cozinha e a sala de jantar é raramente tolerado.

Tanto no projeto como no uso, essa área de serviço faz apelo ao mais atávico dos valores da classe média: a cozinha do apartamento continua a ser a cozinha da casa-grande, um lugar afastado do espaço de vida do patrão; é o lugar dos empregados, raramente o da dona de casa: a empregada continua a ser uma escrava cuja presença é malvista nas áreas da família; e seu pequeno quarto com a porta abrindo para o tanque de lavar roupa no corredor de serviço ainda é a senzala (HOULSTON, 1993, p.188).

Ainda de acordo com o autor, a planta da superquadra SQS 108¹⁴ (na Asa Sul), desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, manteve essa organização tripartite do espaço doméstico nos apartamentos brasilienses, mas apresentou algumas alterações. Em seu projeto, Niemeyer manteve os dois elevadores (serviço e social), mas não há separação de entradas no prédio, assim como não há duas portas nos apartamentos. Com relação ao chamado quarto de empregada, esse diminuiu consideravelmente de tamanho com o intuito de desencorajar a sua ocupação enquanto dormitório, mas como uma despensa (lugar onde se guarda mantimentos), por exemplo. Se tiver sido, de fato, uma tentativa de sabotagem à tradicional divisão do espaço, as projeções do arquiteto não impediram a reprodução das práticas sociais da classe média, que não deixou de contratar trabalhadoras domésticas. De acordo com dados do DIEESE (2012), constatou-se, nas regiões estudadas (Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Fortaleza e Distrito Federal), a diminuição expressiva da proporção de trabalhadoras que dormem no emprego, mas no DF ainda são registrados os maiores percentuais: 37,4% em 2001 e 18,3% em 2011. Do ponto de vista das trabalhadoras, os quartos minúsculos são degradantes e ainda podem acarretar na falta de um espaço particular para dormir, tornando-se apenas um armário para guardar seus pertences¹⁵.

14 A planta dos apartamentos da SQS 108 serviu ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap, cujo diretor era o próprio Oscar Niemeyer, como modelo para a projeção e construção de prédios das 100-300. Como contraponto à essa planta há, por exemplo, a planta dos prédios da SQS 308.

15 Com essa reflexão, início a trajetória corporal das babás, que, percebidas e exploradas enquanto força de trabalho, são analisadas mais adiante como corpo-objeto.

A cama minha não serviu pra cá porque é muito pequenininho. Então eu durmo no quarto dos meninos. Mas tem televisão, tem minha cômoda, o banheiro é todo limpinho. Às vezes eu deito na cama do Pedro. É o mesmo quarto. A gente junta as camas tudo. Quando o Pedro dorme, aí eu deito com a Helena, porque ela só dorme comigo.

[...]

Mas aqui em Brasília já morei em quarto sufocado, sem ventilação, sem janela, onde a patroa não me dava sabonete e nem pasta de dente, tudo eu comprava. Mas assim foi só umas três casas, o resto tudo eu tive sorte de ter lençol, cama... (Sandra).

Dessa maneira, é possível perceber como a redução do quarto acaba por inserir ou manter a babá na jornada de trabalho noturna.

Eu sempre nas minhas casas tinha o meu quartinho com minhas coisas, mas eu sempre dormi no quarto das crianças, toda vida eu dormi no quarto com as crianças. Meu quarto era só pra banhar, usar, essas coisas, mas sempre dormi com as crianças. (Sandra).

Antes de mudar pra casa nova eu dormia com o menino porque no quarto de empregada eles botaram armários aí não tinha espaço, só tinha o espaço do banheiro. Então eu puxava uma cama e dormia com ele. (Ana).

No entanto, entender a organização do espaço social e o mundo do trabalho no DF, a partir das experiências subjetivas das trabalhadoras domésticas e suas histórias de vida, significa ir além da constatação da desigualdade e segregação simbolizadas na permanência da dependência de empregada nos fundos dos apartamentos dos prédios funcionais construídos no Plano Piloto. O que Carla constata quando fala do Itapoã *tão perto do centro e com essa realidade daqui* é o que José Jorge de Carvalho (2005), ao discutir a inclusão étnica e racial no Brasil, aponta ao afirmar que o DF é a região metropolitana brasileira¹⁶ mais segregada do ponto de vista racial, da renda e do espaço: “Temos a grande maioria da população branca concentrada no Plano Piloto e imediações e uma enorme população negra confinada e mantida à distância nas cidades satélites e nos assentamentos (além de uma massa negra, ainda não computada, que vive no Entorno)” (p. 20). Quando incitada a comparar sua casa com a de seus patrões, Ana disse: *Comparar minha casa com a dos meus patrões? A minha casa onde eu moro? A minha casa é um barraco! Não dá pra comparar não.*

16 A análise comparativa a que Carvalho (2005) se refere é a realizada pela Fundação SEADE e o PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) do DIEESE e divulgada, em 2000, pela Câmara Federal.

A constatação de Ana ilustra a ambivalência que se instaura entre a imagem da “ilha da fantasia” e a realidade em que vive a maior parte da população do Distrito Federal. Embora tenha nascido a partir de propostas de planejamento baseadas no comprometimento arquitetônico com a ideologia dita socialista e na negação da estratificação existente na sociedade brasileira, Brasília materializa em si “o mesmo processo de urbanização generalizada, presente nas empobrecidas metrópoles brasileiras” (PAVIANI, 2010, p.97)¹⁷. Aldo Paviani (2010) caracteriza a região como um conjunto heterogêneo, que engloba o Plano Piloto (espaço privilegiado da classe dominante) e as Regiões Administrativas (anteriormente denominadas cidades-satélites e onde se concentram cerca de $\frac{3}{4}$ do contingente populacional do DF), favelas, invasões e também a periferia goiana, todas vinculadas funcionalmente ao centro urbano, Brasília, onde estão concentrados as ofertas de trabalho, as melhores atividades e equipamentos. Como resultado desses aspectos, há o deslocamento de grande parte da população periférica, especialmente as trabalhadoras domésticas, que viaja ao centro diariamente para trabalhar ou em busca de serviços de saúde, lazer etc.

Ao analisar os índices mundiais de desigualdade nos quais o Brasil se insere com os piores índices e a condição das minorias étnicas e raciais brasileiras, Carvalho (2005) argumenta que jamais passamos por uma revolução social que desse conta de “desestabilizar a estrutura de classes e a sua hierarquia racial gerada após a abolição da escravatura” (p. 114). Logo, é fundamental historicizar e se debruçar sobre os conflitos conjunturais da nossa sociedade pós-escravista para entender estratégias de dominação e resistência e, assim, intervir no sentido da justiça e da igualdade.

Concentrado na análise socioeconômica da burocracia estatal que reside no DF, Nunes (2003) informa¹⁸ que o funcionalismo público federal, do qual se origina a alta renda que circula na cidade, aparece entre as de maiores incidências nas populações das regiões administrativas do Lago Norte (46,12%), Brasília (41,27%), Cruzeiro (34,18%), Guarã (25,81%) e Lago Sul (25,52%). Ao considerar que as entrevistadas trabalham nas regiões de Brasília, Lago Sul e Lago Norte, o perfil socioprofissional de suas/seus patroas/ões pertence, de maneira prioritária, à categoria dos servidores públicos federais. Sobre a renda familiar nessas regiões, o Lago Sul aparece como a região mais rica do DF, onde 65,81% da sua população recebem acima de 40 salários mínimos, seguida pelo Lago Norte (64,01%) e Brasília (28,37%). Com relação à população total do DF, em Brasília está concentrada a maioria das famílias de alta renda, representando 47,05% das famílias que têm rendimentos

17 Organizada pelo professor de Geografia, Aldo Paviani, a Coleção Brasília traz livros que são fonte excelente para a discussão sobre a implantação de Brasília e suas consequências sociais perversas.

18 A fonte desses dados é a pesquisa da Codeplan: “Perfil socioeconômico das famílias do DF”, de 1997.

acima de 40 salários mínimos. Assim, Brasília (Plano Piloto), Lago Sul e Lago Norte, são tanto os bairros de classe média brasileira como locais privilegiados com um meio ambiente urbano de alto padrão, o que indica a relação entre renda e qualidade ambiental urbana (NUNES, 2003).

Do outro lado, ou melhor, contornando essa “ilha da fantasia”, há as cidades que concentram a maioria pobre do DF, onde residem as entrevistadas. Em 1997, Ceilândia, onde moram Bárbara e Vanda, era a cidade com maior porcentagem de famílias com renda de até 2 salários mínimos, representando 17% da população total do DF. No Paranoá, cidade de Cleide e Jane, 32% das famílias recebia até 2 salários mínimos e, em Santa Maria, 46%. O panorama em torno do DF alerta para as condições dos empobrecidos municípios goianos que “mantêm laços funcionais fortes com o centro da metrópole e mesmo com as cidades-satélites” (PAVIANI, 2008, p.88). Em 2010¹⁹, a renda per capita do DF (R\$ 1.715,11) era 124,3% acima da verificada no município metropolitano de maior renda, Valparaíso, cidade de Jesus, (R\$ 764,73) e 281,7% superior ao do município de menor renda, Águas Lindas de Goiás (R\$ 449,38). São “dados como esses nos permitem tratar a cidade como uma materialização completa das posições sociais”, conclui Nunes (2008, p. 88).

A recente publicação do DIEESE, intitulada “A inserção da mulher no mercado de trabalho do Distrito Federal” (2014), caracteriza a desigualdade social entre homens e mulheres: em 2012, as mulheres recebiam por hora o que correspondia a 77,7% do rendimento masculino, sendo que, em 2013, essa proporção aumentou para 79,8%. A análise dos dados publicados pelo DIEESE sobre os mercados de trabalho metropolitanos²⁰ permitem traçar o perfil da trabalhadora doméstica no DF como uma mulher adulta, negra e com baixa escolaridade, mesmo que a categoria apresente diferenciações internas. Conforme Tabela 1, em 2009, verificou-se que, as mulheres ocupavam 47,6% do total de postos de trabalho no DF, sendo que, no setor de Serviços, concentrava-se o maior contingente (63,5%), seguido pelos setores do Serviço Doméstico (14,4%) Comércio (14,4%) e Indústria (3,3%). Com foco na raça/cor das mulheres, os dados da Tabela 1, indicam que, em 2009, 81,0% das domésticas do DF eram negras.

Embora o acesso às fichas cadastrais da ATA pudessem me fornecer dados primários sobre a auto-declaração de raça/cor das candidatas ao trabalho doméstico no DF, deparei-me com a ausência dessa informação nos questionários. O servidor que atende às mulheres que

19 Dados da Codeplan, 2013.

20 A fonte de informações utilizada é da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) divulgada em boletim pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

chegam à agência justificou que elas próprias preferem não declarar a raça/cor. Disse: *Eu vejo que tem gente que se ofende, então eu não pergunto*. E completou:

Aqui são pessoas humildes. Às vezes chega uma neguinha e ela pode achar que é preconceito, por isso não pergunto. Tem pessoas que não gostam de declarar, que têm vergonha da cor. Então, dependendo da pessoa, não pergunto por que essa classe é ignorante. Se a pessoa é mais doce e mais maleável, eu até pergunto.

As inferências do servidor estão pautadas na naturalização do lugar das mulheres negras no Brasil e no estereótipo negativo e discriminatório da negritude. Indicam ainda como a questão racial orienta as relações sociais entre pessoas e instituições, não sendo o registro institucional cumprido. A invisibilidade da informação – além de ser um dado – torna-se uma dificuldade para investigar as experiências relacionadas ao trabalho doméstico. Assim, das 465 trabalhadoras domésticas cadastradas na ATA em junho de 2013, 43,87% não têm registro de cor, 38,27% são pardas, 8,82% brancas, 8,17% negras e, por fim, 0,87% indígenas, conforme aparecia em suas fichas cadastrais²¹.

Tabela 1
Distribuição das Mulheres Ocupadas, por Raça/Cor, segundo Setor de Atividade
Distrito Federal
2000-2009

Setor de Atividade	Em percentagem					
	Total	2000 Negras	Não Negras	Total	2009 Negras	Não Negras
Total	100,0	57,6	42,4	100,0	64,5	35,5
Indústria	100,0	56,3	(1)	100,0	68,0	32,0
Comércio	100,0	56,5	43,5	100,0	63,9	36,1
Serviços	100,0	53,6	46,4	100,0	59,8	40,2
Construção Civil	100,0	(1)	(1)	100,0	(1)	(1)
Serviços Domésticos	100,0	70,5	29,5	100,0	81,0	19,0
Outros	100,0	(1)	(1)	100,0	77,1	(1)

Fonte: PED-DF – Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

De acordo com a publicação do DIEESE (2014), em relação à idade das trabalhadoras domésticas, o maior contingente (44,7%) está na faixa etária de 25 a 39 anos, onde predo-

21 Os documentos para o cadastro das trabalhadoras domésticas na ATA são: RG, CPF, comprovante de residência, nada consta criminal, foto 3x4, cópia da carteira de trabalho, atestado médico e atestado de bons antecedentes. Todos são anexados na ficha cadastral individual, a qual traz perguntas como: se é fumante, se tem filhos, tipo de cozinha, se gosta ou tem problemas com animais e se pode dormir no emprego. Algumas também vinham com carta de referência. Todos os arquivos das pastas das ATAS são renovados de 6 em 6 meses e a última renovação havia sido realizada em fevereiro de 2013.

minam as trabalhadoras negras (36,6%) em relação a não-negras (8,1%). Entre 2000 e 2009, a participação das trabalhadoras domésticas de 18 a 24 anos diminuiu de 31,7% para 14,4%, o que significa que as jovens do DF não têm considerado o trabalho doméstico uma opção relevante para a inserção no mercado de trabalho. Apesar da Tabela 2 indicar um aumento no nível de escolaridade da categoria entre 2000 e 2009, observa-se que a maioria das domésticas é analfabeta ou não chegou a concluir o ensino fundamental (50,8%) e, dentro desse contingente, a maior representatividade também é das mulheres negras (41,1%). Esse panorama se confirmou na análise dos arquivos da ATA: 65,52% das candidatas à babá têm entre 25 a 39 anos e 62,07% não têm ensino fundamental completo.

Tabela 2
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Nível de
Escolaridade
Distrito Federal
2000-2009

Escolaridade	Em percentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não Negras	Total	Negras	Não Negras
Total	100,0	70,5	29,5	100,0	81,0	19,0
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	71,7	51,6	20,1	50,8	41,1	9,7
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	20,5	13,8	6,7	24,6	19,8	(1)
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	7,8	(1)	(1)	24,4	19,9	(1)
Ensino Superior Completo	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PED-DF – Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em 2009, 73,5% das domésticas eram mensalistas (59,7% negras e 13,7% não-negras) e 26,5% diaristas (das quais 21,2% eram negras). As mensalistas com carteira assinada representavam 43,6% do total, percentual bem abaixo do observado no mercado de trabalho em geral. Dados levantados pela mesma pesquisa revelaram que, em 2012, as mensalistas receberam apenas 38,2% do rendimento médio recebido pelo total de mulheres ocupadas no DF e, em 2013, 40,9%. Em linhas gerais, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (2014) oferecem uma análise de longo prazo sobre o trabalho doméstico no DF, pois indicam que, no período entre 2001 e 2011, essa categoria profissional cresceu, significando um contingente de mais 7 mil pessoas nessa atividade. A taxa de escolaridade delas também aumentou, subindo de 9,1%, em 2001, para 26,7%, em 2011, a porcentagem das que têm ensino médio completo e ensino superior incompleto. As mensalistas com carteira assinada representavam, em 2001, 32,5% e

em 2011, 45,8%, as mensalistas sem carteira assinada eram, em 2001, 52,9% e em 2011 28,6%. Nesses termos, constata-se o crescimento das que se posicionam enquanto diaristas, indo de 14,6% para 25,7%, no mesmo intervalo de tempo.

No universo dessa pesquisa (ver Quadro I – *Perfis das babás entrevistadas*, em anexo), as babás se auto-classificaram como morena-clara (1), parda (2), morena (3), branca (1) e negra (2). Considerando as classificações do IBGE de raça/cor, das babás entrevistadas 7 são negras e 2 são brancas. A renda média delas é de R\$1.233,33, sendo que o salário mais baixo é de R\$1.000,00 e o mais alto R\$1.500,00. Oito são mensalistas e uma, atualmente, trabalha como diarista, tendo exercido a profissão de babá durante muitos anos. Em estudo realizado pela Codeplan em 2014, as mulheres negras do DF aparecem com menor escolaridade e ganhando menos que as brancas. Baseado em dados do Censo de 2010, aponta que 34% das negras recebem até um salário-mínimo contra 21% das brancas. Isso indica que as entrevistadas encontram-se em faixa salarial singular, estando em situação bem melhor que a média de renda de mulheres negras no DF.

Ademais, todas as babás têm empregadores da classe média brasiliense e classificaram suas/seus patroas/ões como brancas/os. Indagada sobre a raça/cor de sua patroa e de seu patrão, Meire respondeu: *Eles são brancos, descendentes de italianos*. Vanda falou sobre a família para quem trabalha: *O Miguelzinho é branco de olho azul. O pai é branco de cabelo preto, mas a Raquel é toda loira*. E Sandra afirmou sobre as crianças que cuida: *Eles são clarinhos, branquinhos*. Bárbara chamou a atenção para esse aspecto do trabalho doméstico

Eu nunca trabalhei com uma família negra, eu nunca cuidei de uma criança negra, era tudo sempre branquinho, loirinho do olho azul e muito raramente tinha uma cor mais fechada. Sabe aquelas crianças que parece porcelana que você não pode nem olhar que já fica roxo? Foi assim que trabalhei e sempre me senti discriminada. Inclusive teve uma época que eu sentia vergonha de dizer que era babá, justamente porque as pessoas discriminavam muito. (Bárbara).

E, buscando na memória, justificou.

Meu primeiro trabalho era cuidar de uma menina branquinha. Eu nunca cuidei de um negro, acredite ou não! E, olha, eu fui babá durante muitos, muitos anos, mas nunca cuidei de uma criança negra, mas não por escolha, claro, porque não é a gente que escolhe, né! (Bárbara).

No DF, a desvalorização dessa atividade profissional está também evidenciada na sua exclusão do acesso a benefícios legais e proteção social, assim como na baixa remuneração,

o que reforça o quadro de desigualdades sociais no Brasil e em sua capital. A concepção de interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw (2002), oferece uma perspectiva fundamental para entender as condições dessas trabalhadoras domésticas, pois ela aponta para os processos de formação de diferentes eixos de subordinação (FIGUEIREDO, 2011). De acordo com a autora,

[...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 178).

A partir do cruzamento dos dados sobre o trabalho doméstico no DF, constato o imbricamento das categorias gênero, raça e classe que, conforme Ângela Figueiredo (2011), “são naturalizadas, formando diferentes eixos de subordinação tornados tão comuns que somos levados a crer que são imutáveis e, como tais, têm sido úteis para a manutenção do discurso que normatiza as históricas desigualdades sociais” (p. 114).

Também a partir das análises sobre a interseccionalidade de gênero, raça, classe, foi verificado que o cotidiano experimentado por mulheres que trabalham como babás apresenta peculiaridades dentro da categoria geral do trabalho doméstico na atualidade. Durante as entrevistas, as próprias babás analisaram o trabalho de cuidado das crianças como uma atividade de maior *status* em contraposição com os serviços da casa.

É diferente [o trabalho da babá] que a doméstica que tá ali e cuida da casa... Cozinhou, cuidou da casa, tchau! E as babás não, as babás cuidam dos bens mais preciosos deles. Então, assim, eu acho que o tratamento é melhor das babás (Jane).

Quem cuida só da casa é basicamente ignorada, quem cuida das crianças tem mais atenção. É uma maneira que os patrões têm de que a pessoa se sintam mais à vontade e cuide melhor dos seus filhos. A maioria das babás senta na mesa com os patrões, enquanto que as outras não. Acho que é uma maneira da patroa ganhar mais confiança da babá e tratar melhor os filhos. E os patrões dependem mais da babá que de qualquer outra empregada. Se a comida não ficar boa, come em restaurante, né? Então tem que tratar bem a babá pra ela querer cuidar do seu filho (Bárbara).

O fluxo migratório voluntário no Brasil continua intenso e ainda é marcado pela trajetória rural-urbano e é nesse contexto que Brasília continua atraindo pessoas com neces-

cidade de migrar, especialmente mulheres que, em busca de melhores condições de vida e renda, chegam à capital para se dedicarem ao trabalho doméstico. Ao mesmo tempo, é em Brasília que muitas delas vão conquistar as melhores condições de trabalho, inclusive tendo pela primeira vez suas carteiras de trabalho assinadas e, conseqüentemente, vão vislumbrar a garantia de direitos trabalhistas básicos: *É que Brasília é um lugar bom, acaba que as pessoas respeita*, afirmou Vanda.

Sobre a vida e o trabalho em Brasília, Sandra e Bárbara concluem:

Eu gosto muito de Brasília porque aqui a gente ganha dinheiro suficiente. É sofrido sim porque aqui você não vive, você vegeta. Mas eu gosto muito de Brasília. Foi aqui que ganhei meu lote, no tempo do Roriz. E aqui tem mais facilidade pra ganhar dinheiro, mais que no Nordeste, que a gente trabalha muito no sol quente. Ganha muito pouco no nordeste, é difícil. Lá só se ganha dinheiro de ano em ano. Lá no Maranhão é muito pobre, você vive de coco. Eu quebrava 17 coco pra tirar o azeite e vender. A gente tinha que quebrar coco e pedra pra viver. É muito sofrida a roça. Eu não quero ir pra nenhuma outra capital. Aqui é muito bom de trabalhar e ganhar dinheiro. (Sandra).

Aqui é a minha casa. Não tenho vontade de voltar, tenho vontade de conseguir construir uma casa pra mim, comprar um lote e fazer uma casa bacana pros meus filhos. Eu não me vejo mais em outro lugar, aqui estou desde os 14 anos de idade. Aqui tem qualidade de vida, a gente ganha dinheiro com a mesma facilidade que perde, mas aqui nunca passei necessidade. Tudo que eu fiz aqui eu consegui sobreviver, nunca precisei implorar um prato de comida pros meus filhos de casa em casa. Então, Brasília é minha casa, e não Esperantina. Eu gosto daqui. (Bárbara).

1.3 Considerações metodológicas: a ida ao campo e o retorno pela escrita

Olha, eu gostei muito da sua pesquisa porque é muito difícil alguém fazer algo direcionado para as babás porque, na verdade, as babás são a segunda mãe das crianças porque fica o dia todo e até a noite.

Carla

A conversa é tão legal que você nem vê a hora passar. Eu gostei.

Vanda

“Só corpo, sem mente” é a expressão que bell hooks (1995) utiliza para discorrer sobre a forma de entendimento de corpos femininos negros em estereótipos produzidos pela cultura branca. São duas as imagens significadas pelo corpo que hooks explora no registro da presença das mulheres negras: de um lado, há as representações das mulheres negras como possuidoras de um corpo selvagem, sexual, descontrolado e primitivo e, do outro, as que fazem referências ao corpo da “mãe preta”, corpo que cuida dos outros, seio que amamenta. A partir de suposições racistas e sexistas, essas imagens construídas para justificar práticas de trabalho e abuso do tempo da escravidão impregnam o pensamento cultural de que o trabalho doméstico é papel das mulheres negras, o que o faz permanecer no imaginário comum enquanto feminino e racializado.

Em “Intelectuais negras”, hooks (1995) afirma que esse quadro de insistência cultural da mulher negra como “empregada doméstica” (socializada para priorizar os afazeres domésticos e tendo seu direito à educação negado) tem sido o principal fator impeditivo das mulheres negras percorrerem espaços acadêmicos e se dedicarem ao trabalho intelectual: “Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo, sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas” (p. 469).

Dessa maneira, assumo um compromisso com a crítica social e política, problematizando a maneira como o corpo das babás é considerado na sociedade brasileira. Identificada com as palavras de hooks, indico minha investida em associar o trabalho intelectual à “política do cotidiano” para “encarar e compreender o concreto”, produzindo uma escuta para o grito político das babás e evidenciando essa realidade. O corpo das babás é tanto vivido, quanto pensado e representado por elas mesmas no mundo do trabalho. Suas falas mostram que não existe corpo sem mente, conforme aponta a fragmentação cartesiana. Romper com esse mecanismo

de dominação é um movimento presente na apresentação dessas mulheres enquanto sujeitos que pensam sobre o reflexo do tempo, dos sentimentos e do trabalho nos seus próprios corpos.

No sentido de subverter a lógica da teoria social e o pensamento acadêmico tradicional, a crítica feminista propõe uma revisão ao desconstruir a ideia de um indivíduo generalizado, referenciado na pessoa do homem branco. Lourdes Bandeira (2008) questiona esse tipo de ciência universalista/objetiva/neutra e esclarece que a crítica feminista contribuiu para o conhecimento científico, isto é, para a ciência, uma vez que ampliou as formas de pensar ao introduzir novas perspectivas analíticas²². Partindo da premissa de que a produção do conhecimento científico tem sido historicamente dominada por homens e reservada a eles, a crítica feminista põe em xeque essa pretensão da ciência, a linguagem androcêntrica e a crença no caráter progressista e na racionalidade científica.

A crítica feminista à ciência “se estende à incorporação das dimensões emocionais e subjetivas da vida como meio de existir e forma de conhecer e que a ordem da razão e da objetividade não se constitui em recursos exclusivos da ciência” (BANDEIRA, 2008, p. 221). Dessa maneira, justifico a escrita dessa dissertação de mestrado em primeira pessoa, pois o processo de investigação também se constituiu em uma experiência social para mim e o ato da escrita é, em si, uma crítica aos paradigmas clássicos que marcam as Ciências Sociais. A escolha das técnicas, a elaboração dos instrumentos de pesquisa e a escrita do trabalho final em primeira pessoa evidenciam a crítica à pretensa postura de neutralidade do fazer científico tradicional. Esse posicionamento pressupõe um espaço de abertura para as diversas experiências femininas ausentes do campo de pesquisa da ciência – neste caso, das mulheres negras trabalhadoras domésticas – e o entendimento delas como “constitutivas da experiência social da modernidade” (BANDEIRA, 2008), enfatizando, neste trabalho, a visibilidade política para o domínio do privado, espaço laboral dessas mulheres.

A crítica feminista questionou as formas e as expressões da racionalidade científica, configurada por relações sociais, éticas e políticas marcadas e significadas por símbolos sexistas e masculinos e, ainda, elaborou a ideia do potencial reflexivo que pensava as/os cientistas como portadoras/es de gênero, raça, classe social e cultura. Bandeira (2008) res-

22 Outros textos são essenciais para essa discussão: FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos pagu* (27), julho-dezembro de 2006: pp.13-34; HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.): *Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro, Ed.Rocco, 1994; HARDING, Sandra. *Ciência y feminismo*. Madrid, Ediciones MORATA, 1996; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In *Labrys, études féministes / estudos feministas*, janeiro-junho, 2007.

salta que não há uma unidade de pensamento no feminismo, mas que existem diversas e heterogêneas correntes teóricas que ensinam explicar e transformar as diversas condições de subordinação das mulheres. A constatação da opressão das mulheres autoriza a produção de novos saberes e traz à tona a necessidade de forjar novos conceitos e instrumentos para o conhecimento científico.

Segundo hooks (2000), o feminismo do passado se recusou a dar atenção e a atacar as hierarquias raciais, suprimindo a conexão que existe entre raça e classe. Dessa maneira, nos escritos de feministas brancas, o racismo aflora reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se relacionam politicamente através das fronteiras étnicas e raciais. Para hooks (2000), apenas analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que entendemos as relações de classe. O sexismo como um sistema de dominação é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Isso implica que não há um destino comum compartilhado pelas mulheres independente de fatores como classe, raça, religião, preferência sexual, etc. Há uma diversidade de experiências que determina como o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher.

As assertivas das intelectuais negras denunciam que as feministas brancas não possuem a experiência da opressão de raça e classe e que, por isto, sufocam as divergências que existem entre brancas e negras. De acordo com hooks (2000), para que a luta feminista continue, é essencial que se reconheça o ponto de vista privilegiado de mulheres negras e faça uso metodológico dele, pois possuem uma perspectiva especial da sociedade capitalista e racista por viverem à margem, mas terem acesso ao centro dela, ocupando posições de subordinação, como no caso das trabalhadoras domésticas. hooks afirma que essa perspectiva surge como modo particular de ver a realidade e as dominações hegemônicas de raça, classe e gênero. Ela denuncia:

as a group, black women are in unusual position in this society, for not only are we collectively at the bottom of the occupational ladder, but our overall social status is lower than that of any other group. occupying such a position , we bear the brunt of sexist, racist, and classist oppression. (hooks, 2000, p.16).

Crenshaw (2002) utiliza a metáfora da intersecção para conceituar o problema das dinâmicas e consequências estruturais de dois ou mais eixos de subordinação, sejam de classe, do patriarcalismo e do racismo ou de qualquer outro sistema discriminatório que produz desigualdades. Raça, etnia, gênero e classe são eixos de poder que atravessam terrenos

sociais, econômicos e políticos. As intersecções surgem quando dois, três ou quatro eixos se cruzam. No caso das mulheres racialmente marginalizadas, frequentemente encontram-se no entrecruzamento de raça, gênero e classe. Uma metodologia desenvolvida para examinar e assegurar a visibilidade da convergência interseccional de subordinação, portanto, “exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas” (CRENSHAW, 2002, p. 182).

Ao refletir sobre o impacto da intersecção raça e gênero nas mulheres brasileiras e a trajetória das mulheres negras inseridas no movimento feminista brasileiro, Sueli Carneiro (2003) evidencia que, centrado em uma visão branca e ocidental, a “formulação clássica do feminismo” não é suficiente para analisar a situação de todas as mulheres nas sociedades colonizadas, multirraciais e pluriculturais. Desse modo, a presença de mulheres negras dentro do movimento feminista vem enegrecendo-o, afirmando “uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre” (p. 118). Para Luiza Barros (1995), a formulação do ponto de vista feminista permite o entendimento da experiência da opressão e oferece condições de entender as experiências de mulheres negras no Brasil, sem separar as duas dimensões de raça e gênero, e a experiência do trabalho doméstico como base legítima de construção do conhecimento. O lugar ocupado pelas trabalhadoras domésticas, portanto, significa um ponto de vista especial que “permitiu a mulher negra ver a elite branca a partir de uma perspectiva a que os homens negros e nem mesmo os próprios brancos tiveram acesso”, o que permitiu “uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante” (BARROS, 1995, p. 462).

Na discussão epistemológica das teóricas feministas negras, surge a importância da orientação do “ponto de vista” para a discussão que relaciona gênero, raça e classe (BARROS, 1995; hooks, 2000) e é a partir desse entendimento que este trabalho foi desenvolvido. O olhar dessas mulheres sobre a realidade é considerado um privilégio de acordo com as teorias de perspectivas²³. Dessa maneira, “a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina” (DIAS, 1990, p.3) e ancorada na crítica feminista, no conceito de interseccionalidade, na perspectiva do ponto de vista e percebendo o silêncio histórico sobre as babás é que desenvolvo a reflexão sobre meu papel de pesquisadora.

O uso das três subcategorias na apreensão, sistematização, discussão e apresentação dos dados – corpo-afeto, corpo-objeto e corpo-abjeto – possibilita a aproximação da realidade a partir da análise das relações entre babás, crianças e pa-

23 *Standpoint theories.*

trões/patroas. Os corpos são impregnados de paixões, desejos, dores e cicatrizes. São corpos que vivem; e vividos e marcados, nos desafiam a conhecer histórias que muitos/as não se interessam em escutar. Entretanto, é importante ressaltar que as subcategorias surgem nesta pesquisa como recurso de organização metodológica para ir além da descrição dos fatos, não para fragmentar a realidade, mas para denunciá-la. A partir dessas subcategorias inter-relacionadas, as relações sociais foram suspensas no tempo e no espaço, como um quadro preenchido pelas tensões que percorrem os corpos dessas mulheres de forma que possibilite uma descrição minuciosa e sensível da presença das babás na vida de inúmeras crianças brasileiras, contrastando com uma tendenciosa invisibilidade que percorre o trabalho delas. As subcategorias servem como mediadoras entre a experiência falada, vivida, representada – configurada a partir da subjetividade e das emoções de cada babá – e a análise que aqui se elabora.

As mulheres em questão são submetidas a determinações sociais, econômicas e políticas, mas – e principalmente – pensam e agem sobre as suas próprias trajetórias individuais: “entendemos, dessa forma, que indivíduo e sociedade não mantêm uma relação isomórfica entre si, mas uma relação onde um constitui o outro”, afirmam Wanda Aguiar e Sérgio Ozella (2006, p. 224). Para tanto, torna-se imprescindível manter inseparável o que é, ao mesmo tempo, único e singular do que é resultado de um processo histórico; ou ainda, o que é subjetivo do que é objetivo. Ao abordar as pessoas envolvidas nos trabalhos de cuidado, Pascale Moliner (2010) assinala que a sociologia permite situar e interpretar estas relações interpessoais, “mais próximas dos corpos e desejos”, em função de como se materializam as relações sociais de sexo, classe e raça. Ao mesmo tempo, colabora para a elaboração de políticas públicas e modos de atendimento aos/as envolvidos/as no trabalho. Nesse sentido, as análises sociológicas proporcionadas pelas subcategorias permitem pensar a agência da babá e captar estratégias de resistência e micro-ação políticas com a finalidade de organizar os dados e melhor compreendê-los.

Com o intuito de realizar a aproximação da vivência das babás em suas rotinas de trabalho e dinâmicas de vida pessoal e entender os corpos dessas trabalhadoras domésticas por intermédio da experiência corporal que apresentam em diferentes cenas sociais e para além do que referenciam no âmbito exclusivo das relações de trabalho, mas como *lócus* de identidade e subjetividade, foram realizadas entrevistas em profundidade e observações de algumas de suas atividades laborais. Assim, trajetórias²⁴ corporais foram traçadas, apontando para percursos cotidianos, realizados pelas babás, no trânsito entre o corpo-afeto, o

24 A rigor, não pretendo estabelecer trajetórias cronologicamente, lineares e delimitadas, mas pretendo refletir como as trajetórias corporais entre os núcleos de sentido do afeto, objeto e abeto se interconectam, a partir dos acontecimentos e dos traços pertinentes às vivências biográficas das babás.

corpo-objeto e o corpo-abjeto. Com o enfoque qualitativo na coleta de dados, procurei obter informações sobre mulheres que trabalham cuidando de crianças em Brasília, seus contextos e variáveis.

Busquei não interferir fortemente na representação dos relatos, portanto, permanecem no texto as próprias palavras e termos das entrevistadas. (SAMPIERI, 2006). Ao tratar da análise do material qualitativo, Aguiar e Ozella (2006) orientam:

[...] queremos apropriar-nos daquilo que diz respeito ao sujeito, daquilo que representa o novo, que, mesmo quando não colocado explícita ou intencionalmente, é expressão do sujeito, configurado pela unicidade histórica e social do sujeito, revelação das suas possibilidades de criação (p.227).

Assim, a partir das subcategorias, foram buscados os complexos processos constitutivos das dinâmicas de trabalho das babás.

Entrevistas em profundidade e observações foram realizadas. Munida do “diário de campo”, registrei o que via nos parquinhos, com especial atenção aos corpos no brincar de babás e crianças. Miriam Goldenberg (2004) afirma que a observação direta

[...] apresenta a vantagem metodológica de permitir um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações. Essa técnica, complementada pelas entrevistas em profundidade, revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece em um questionário padronizado (p.34).

A partir das observações, compreendi processos que não poderiam ser ditos sobre as interações entre as babás e entre babás e crianças, sendo identificados temas abordados posteriormente nas entrevistas. As entrevistas em profundidade possibilitaram a aproximação da vida das babás, pois grande parte aconteceu na casa delas. Fui entrevistá-las com um primeiro roteiro padrão, mas a intenção era deixar fluir livremente e gerar um clima de confiança. A elaboração dos roteiros definiu as entrevistas como flexíveis e abertas, como uma conversa. Ao mesmo tempo, quis mostrar desde o início como era importante o relato das experiências e opiniões delas acerca do que vive uma babá em seu cotidiano. Enquanto a primeira entrevista estava interessada em um levantamento inicial sobre uma grande diversidade de tópicos gerais, o retorno às babás para a segunda e terceira entrevistas permitiu melhor entender o significado do corpo. As entrevistas que seguiram à primeira foram realizadas a partir de um roteiro estabelecido individualmente, após a leitura de cada primeira

entrevista. Em média, as primeiras entrevistas foram as mais longas, durando, uma hora e meia cada. As segundas e terceiras cerca de 50 minutos.

Ao total, foram realizadas nove entrevistas com babás de diversas idades, que exerciam sua atividade no DF. Esse número de entrevistas mostrou-se suficiente à obtenção de uma compreensão detalhada dos objetivos da pesquisa. Temas comuns foram surgindo progressivamente à medida que as entrevistas foram sendo realizadas, pois experiências são recorrentemente compartilhadas nesse trabalho. Ainda como enriquecimento do universo da pesquisa, empreendi investigação na Agência do Trabalhador Autônomo – ATA, do Plano Piloto (DF), conforme dito anteriormente, onde tive acesso durante uma semana à rotina e aos documentos de cadastramento de mulheres que buscam o ingresso no mercado do trabalho doméstico no DF.

1.4 As entrevistas: estratégias e dificuldades

Eu posso mesmo falar? Era Vanda me questionando diversas vezes durante as entrevistas. Sua pergunta acompanhada pelo olhar dirigido ao gravador envolve três problemas: a insegurança de que aquele registro poderia ser arriscado para ela ou para qualquer outra pessoa citada; a falta de virtude da “boa mulher” em “falar mal” de alguém e a atitude contrária de quem tem historicamente sua “fala silenciada”. E aí ela falava, mas falava baixinho. Gayatri C. Spivak, uma das principais vozes dos estudos subalternos, delineia a seguinte questão: “o subalterno, como tal, pode, de fato, falar?”. O termo subalterno refere-se às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 11). O que marca a subalternidade, portanto, não compreende toda relação de exclusão, mas a impossibilidade de um grupo se articular enquanto coletivo e ter voz ativa permanente.

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos de insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 66).

Será que as babás podem falar? Os últimos acontecimentos mostram que as trabalhadoras domésticas estão mobilizadas na luta pela garantia de seus direitos trabalhistas e que a recente aprovação da chamada “PEC das domésticas” marca o debate sobre a urgente necessidade do fim da reprodução da estrutura “casa grande e senzala”, embora muitas mulheres ainda se encontrem em situações periféricas a essas conquistas, vivendo a informalidade, devido à distância entre a lei e os fatos concretos. Além disso, por realizarem seus trabalhos na maior parte do tempo no interior das residências das famílias, raro é o espaço de construção da consciência coletiva entre as babás, tanto que algumas ainda desconhecem os seus direitos. Entrevistar as babás é trazer à tona a questão central de Spivak: a agência dos sujeitos e a crítica a um sujeito coletivo homogêneo. Uma maneira de não tratá-las como objetos da intelectualidade acadêmica é não falar por elas, mas abrir mais um espaço onde elas possam falar e serem escutadas, e suas vozes possam ser articuladas, de outro modo e em espaço diferenciado do seu cotidiano, na luta contra a subalternidade.

A intenção inicial era realizar duas ou três entrevistas com cada babá, mas sabendo que isso poderia se tornar inviável em alguns casos, as primeiras entrevistas foram intensas e vastas, orientadas por um roteiro consistente e amplo (Anexo I). Dessa maneira, encontrei-me com Bárbara, Sandra e Vanda três vezes; Carla e Cleide duas e com Ana, Jane, Jesus e Meire apenas uma. Após a primeira entrevista e a sua leitura, recorri novamente às entrevistadas. Algumas estavam disponíveis para uma segunda entrevista, outras não. Os motivos para a dificuldade de realização da segunda entrevista eram: o celular encontrava-se constantemente desligado; não havia momento de folga disponível, pois iam viajar com as crianças e patrões/patroas ou emendar os finais de semana trabalhando; mudança de cidade e também um caso de doença e internação.

As segundas e terceiras entrevistas tinham como objetivo captar elementos relacionados mais especificamente à vivência corporal (sensações, mal-estares, percepções intuitivas, alegrias, tristezas, etc), e nelas foram abordados assuntos relativos à menstruação, higiene, nojo, prazer, carinho, enfermidades, gravidez, relacionamentos amorosos, roupas de trabalho, assédios e as próprias mudanças corporais resultantes do tempo, da idade e do trabalho. Essas entrevistas ocorreram para recuperar ao máximo o corpo, como os sentimentos são expressos nele e suas reações em determinadas situações, além de aprofundar reflexões, evitar induções apressadas e eliminar dúvidas referentes às primeiras entrevistas. Aguiar e Ozella (2006) descrevem que uma das funções dessa segunda consulta é “permitir uma quase análise conjunta do processo utilizado pelo sujeito para a produção de sentidos e significados” (p. 229).

As entrevistas também registraram o encontro entre duas mulheres, a babá e a pesquisadora, que, obviamente, geraram estranhamentos e envolvimento pessoais. Sempre soube que meu lugar estava marcado e associado mais à figura de uma patroa que da trabalhadora doméstica, pois sou a estudante da UnB, que chegava de carro saindo da Asa Norte, ou ainda, a mãe que brincava com o filho no parquinho na manhã de sábado. Muitas vezes, me senti intrusa nas entrevistas, havendo uma tensão em mim, uma sensação de que estava incomodando ou gastando o pouco tempo que tinham para si. Entendi desde o início que o meu cuidado com essas mulheres e suas densas histórias deveria ser total e também que, para alcançar os objetivos desta investigação, o meu olhar deveria estar atento e refinado para captar aspectos não-verbais desses encontros. No entanto, considerei a estratégia de elaboração discursiva das babás a parte mais importante da coleta de dados. Ainda assim, compreendendo que existe um hiato entre a experiência e a capacidade de narrativa sobre a realidade para todas/os nós, essas observações funcionaram no aprimoramento das análises das falas das babás.

As mulheres entrevistadas foram identificadas a partir de suas atividades laborais: todas deveriam trabalhar como babás ou já terem realizado esse tipo de trabalho em um passado recente. Pedi indicações para conhecidos, contando sobre a pesquisa para pessoas que empregam trabalhadoras domésticas e para as que exercem essa profissão. Devo ressaltar que, inicialmente, considerei que seria tarefa fácil agendar os encontros com as babás, mas as dificuldades foram apresentadas e a principal era a falta de tempo delas. Interessadas no tema da pesquisa, embora receosas e curiosas, logo se queixavam da ausência de folgas e das intensas jornadas de trabalho e indicavam datas distantes para o nosso encontro. Busquei mostrar que minha disponibilidade dependia unicamente da disponibilidade delas, então as entrevistas ocorreram em suas casas ou na minha, no próprio local de trabalho ou na hora de saída, durante uma carona, em uma lanchonete, de noite, de manhã bem cedo e nos finais de semana, preservando o cuidado com seus confortos e anonimatos.

As entrevistas tiveram como objetivo a investigação de como as mulheres se veem e se sentem nesse trabalho, o quanto lhes é solicitado comportamentos e ações distintos, apreender discursos de técnicas de manipulação com as crianças e aspectos afetivos relacionados à profissão. Investiguei, a partir da noção de “imagem do corpo” desenvolvida por Le Breton (2011), como se estrutura a imagem do corpo das babás, ou ainda, qual a representação que elas fazem de seus próprios corpos, localizando-os em suas histórias pessoais e em contextos socioculturais particulares. Nas palavras de Le Breton, temos que “a imagem do corpo não

é um dado objetivo, não é um fato, é um valor que resulta essencialmente da influência do ambiente e da história pessoal do sujeito” (2011, p. 106).

Tendo em vista o enfoque na dimensão corporal do trabalho das babás, paralelamente às entrevistas, realizei também trabalho de campo com observações *in loco*, pretendendo conjugar acontecimentos e impressões em uma busca mais profunda de dados. A observação possibilitou um contato mais direto com a realidade (BONI; QUARESMA, 2005) do cotidiano dessas trabalhadoras, dos temas que surgem em seus espaços de convivência e, sobretudo, do momento da brincadeira com as crianças. As observações foram realizadas em espaços públicos de lazer da cidade Brasília, como *shoppings*, parques e ruas. Observar o brincar trouxe importantes contribuições para a apreensão da corporeidade das babás, pois nesse momento há o corpo lúdico, sem os constrangimentos internos e externos que se apresentam no espaço da casa.

Ao final, sistematizei e analisei os dados e elaborei os quadros de sentido em que o olhar repousa sobre as babás, estabelecendo trajetórias corporais entre os núcleos do afeto, do objeto e do abjeto em diferentes cenas sociais e biográficas. As trajetórias corporais, evidentemente, não foram encontradas de forma coerente e coesa nas relações cotidianas das babás, pois foram por mim reconstruídas *a posteriori*. Tão pouco as subcategorias se separam, pois o corpo é único. Ou seja, as trajetórias corporais foram apreendidas a partir dos relatos de vida das babás e das observações na busca por sentidos articulados e articuladores entre o contexto social, as histórias individuais e as ações, os sentimentos e os pensamentos humanos (MONTAGNER, 2007).

O projeto dessa pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH/UnB e a participação das babás foi voluntária e de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo). Os nomes reais das entrevistadas foram mantidos com consentimento delas e por ter sido identificado um desejo de existirem como são, de serem vistas como querem se mostrar e por sentirem-se orgulhosas de “saírem da invisibilidade”. Apenas em um caso a pessoa preferiu pseudônimo para ela e filhos, sendo todos os codinomes por ela escolhidos. Ademais, os nomes das crianças e pessoas mencionadas por elas são fictícios para preservar-lhes o anonimato.

1.5 Histórias Cruzadas²⁵

I knew about the lives of white women, and certainly no white women lived in our neighborhood, attended our schools, or worked in our homes.

bell hooks

A história da resistência no Brasil é também a história das migrações. Desde os tempos coloniais, quando o acesso às melhores terras estava bloqueado pela Coroa, o apossamento dos sertões adentro foi a principal estratégia de territorialização da população pobre liberta, dos negros aquilombados e dos povos indígenas. Esta estratégia de sobrevivência reproduziu-se séculos a fio, enquanto havia uma fronteira aberta à ocupação. Assim, mulheres e homens fizeram das florestas, águas e cerrados o seu pedaço de chão, imprimindo-lhe novas configurações sociais e políticas. Nesta longa e variada história, enredos e trajetórias foram sendo construídos.

Este é o pano de fundo que enleia os enredos particulares das mulheres que integram hoje este trabalho. Migrantes nordestinas e mineiras cujas trajetórias atravessam os sertões, no real e na memória, no tempo e no espaço vivido, sonhado e imaginado, no corpo que viveu e vive. Mulheres que andarilham pelas estradas por onde seus iguais trafegaram para aportar na promessa redentora de um lugar projetado e construído para abrigar a Modernidade. Talvez todas elas quisessem atravessar a herança ruidosa do “atraso”, na busca por melhores condições de trabalho. Talvez quisessem apenas exercer o direito de ser, experimentando a possibilidade de liberdade através da ascensão econômica e social, ainda que apenas deslocando-se.

Na caminhada de resistência dessas mulheres, Brasília é a desembocadura das trajetórias. Um modo de resistir, como fizeram seus antepassados por outros lugares. Embora cada uma delas possua um motivo específico que impulsiona o seu mover-se, há nas pernas que percorreram os sertões a marca de uma ancestralidade negra. Entre as mulheres entrevistadas há uma quebradeira de coco-babaçu; há aquelas que começaram a trabalhar no início da adolescência, itinerário de tantas mulheres negras confinadas desde a infância ao labor doméstico; há trabalhadoras rurais; filhas de roceiras e roceiros de famílias numerosas, que vivem condições de vida penosas e instáveis, cenário comum do interior do Brasil. Estas nove mulheres preenchem microscopicamente o percurso de um país rural empobrecido que redefine sua geografia a partir de migrações ao longo do tempo.

²⁵ O título do capítulo faz referência à versão brasileira do filme “The Help”, 2011, baseado no livro homônimo de Kathryn Stockett, que retrata trabalhadoras domésticas negras nos EUA nos anos 1960.

Aqui, esboço em letras o retrato de sujeitos que migram cotidianamente do passado. O registro é como uma fotografia, que amplia as possibilidades de entendimento do/a leitor/a, pois a prática fotográfica abre a possibilidade de integrar-se ao ambiente captado, favorecendo um tipo de observação direta. A imagem fixa um conjunto de atributos e informações densas. Ela fixa o instante gestual, interpela a dinâmica daquilo que só pode ser percebido, congelando a cena. Embora esteja tratando de uma fotografia metaforizada, os contornos e as geografias de gestos e vivências corporais apreendidos nos momentos das entrevistas foram colocados em palavras nestas páginas, em uma tentativa de ver revelada parte significativa da história dessas mulheres através de minhas lentes teórico-metodológicas e de minha sensibilidade.

As histórias dessas mulheres são desdobráveis em muitas outras. Como será ser cuidadora, destinando ao filho de outrem aquilo que ela não pode, objetiva e subjetivamente, destinar aos seus? Enquanto babás, experimentam anos a fio serem exploradas numa relação de trabalho que as convoca, por meio de seus corpos e sentimentos, a figura da mãe terna potencial. Aquela que destina o seu afeto e sua corporalidade à criação dos filhos dos que a exploram por meio de uma antiga estrutura sociocultural de subjugação. Mulheres que, para trabalhar, precisam esquecer-se enquanto trabalhadora, pois não podem ser impessoais como nos moldes clássicos da relação capital-trabalho na produção de bens de mercadorias. Seus corpos atuam diretamente no labor que é, ao mesmo tempo, da delicadeza e brutalidade existentes na interação humana, quer seja pelo afeto que as crianças lhes dispensam quer seja pelo olhar de abjeção dos patrões e patroas em momentos que elas devem ser apagadas da história oficial das famílias.

O Quadro I – *Perfis das babás entrevistadas* caracteriza de forma sucinta as nove mulheres entrevistadas, mas as histórias que seguem vão revelar outras partes dessas realidades: além das impressões que delas tive nos encontros, que emergem no ensaio “fotográfico” delas por mim feito, há conteúdo elaborado por cada uma no nó que as relaciona no tempo e no espaço, no passado e no futuro, reconstruído e desenhado no tempo presente. Suas falas, trazidas da memória e do corpo no presente, são fragmentos de imagens e sentimentos que se referem aos sonhos, desejos, infância, amores, desamores, lugares e rotinas de trabalho. Essas falas participam intensamente da finalização “fotográfica” – que ora é esta dissertação.

1.5.1 Sandra

Era meu sonho contar uma historinha pra eles, mas eu não sei ler, aí eu brinco de pique esconde, cheirar, beijar, abraçar...

Sandra, mulher negra, baixa estatura, cabelos negros e lisos, presos em um coque. Saiu de Carolina, Maranhão, em 1956. Filha mais velha de uma prole de 15 irmãos, pai vaqueiro e mãe dona de casa. Aprendeu a cuidar de criança cuidando dos irmãos. Hoje cuida de Pedro, 7 anos, e Helena, 10. Sandra teve uma filha e dois filhos: José, 31 anos, Juliana, 28, e João, 26. Desde os 12 anos tem, no cuidado de crianças, seu ofício. Pode-se dizer que passou a vida inteira cuidando.

É mulher de riso e choro fáceis, disposta ao abraço treinado para cuidar dos filhos alheios. Embora não saiba ler e escrever, tem vontade de aprender. Queria continuar cuidando, mas como professora ou enfermeira, duas profissões que, embora femininas, permaneceram bloqueadas a mulheres negras por um longo tempo. Foi assim que saiu da roça e migrou para a cidade na companhia da avó, lavadeira de roupas, que lhe houvera prometido as primeiras instruções. *Porque a minha avó me prometeu me dar o colégio e não me deu, aí eu arrumei esse emprego [de babá] com a Maria Luzia que também prometeu...*

Sandra sonhava e a sina de promessa não cumprida esbarrava no desejo de continuar sonhando. Foi para o Rio de Janeiro aos 13 anos para cuidar das netas de um político de Carolina. Passou dois anos no Rio até os patrões se mudarem para Brasília e para cá veio junto. Mas decepcionou-se, voltou para o Maranhão, viu que não alçaria voos mais altos em sua terra e, novamente, retornou à Brasília, onde fixou residência. Juntou dinheiro, construiu uma casa para a mãe.

Aos 16 anos de idade, conheceu Arlindo, porteiro do prédio em que trabalhava. *Eu namorei com ele, engravidei e ele me abandonou... Fui atrás do bonito e ele falou que não tinha nascido pra ser pai. Minhas amigas domésticas falavam que era pra eu abortar. Falei que não ia abortar.* Sua patroa à época reagiu com indignação à gravidez absurda daquela que, pensava ela, fora criada pra lhe servir, concedendo-lhe o “favor” de deixá-la trabalhar até o parto do bebê.

Nós discutimos porque ela descobriu que eu tava grávida e não tinha falado pra ela. Ela descobriu porque eu tinha uma saia rosa que estufou muito, junto com aquele avental branco, daí ela desconfiou. Eu fiquei muito sem jeito. Ela perguntou e eu falei que não, mas ela perguntou de

novo e eu falei que tava grávida. Daí ela falou: “Sandra, pelo amor de Deus, eu não aceito você grávida. Eu aqui com três crianças e você me aparece grávida”.

[...]

Eu não fiz pré-natal no meu primeiro filho porque trabalhava demais, cuidava de três crianças, lavava, passava, cozinhava, dormia no emprego. Aí não tinha como fazer. Naquele tempo não tinha férias, aí fui-me embora pro Maranhão. Meu pai brigou muito, disse que eu tinha sujado a família, tudo isso eu passei. Daí, voltei pra Brasília com esse menino na barriga, mas graças a Deus, comprei as coisas do meu filho, arrumei meu barraquinho e fui vivendo minha vida.

Acabou casando-se com Arlindo. Suas aparições nos relatos, porém, são pontuais, emergindo apenas em perguntas diretas. Nas poucas vezes em que comparece, surge ora como marido violento, ora como pai ausente. Hoje, são casados apenas no papel porque a vontade de viver junto não existe mais. Sandra aprendeu a diminuir as enunciações de seu nome porque, certamente, se cansou:

Ele nunca me deu nada e eu nunca dependi de nada dele. Nem pros filhos, ele nunca deu nada, nem uma borracha. Nunca. Ele sempre foi galinha. [...] Hoje ele tem a vida dele e eu tenho a minha. Eu sofri demais com isso. Inclusive foi o primeiro homem que eu arrumei e vai ser o segundo porque eu nunca mais tive outra pessoa na minha vida, nunca quis e nunca vou querer. Sofri muito com ele. Ele foi muito violento dentro de casa, mas eu disse pra ele que se ele me desse um tapa ele morria, então ele nunca me bateu. Eu nunca pedi dinheiro pra ele. Eu quebrei coco no Maranhão, dei uma casa pra minha mãe. E ele queria ser o “talzão” de casa, mas eu nunca deixei... Daí eu fiquei criando meus filhos sozinha.

Depois de ter seu primeiro filho, começou a trabalhar como faxineira, deixando-o na creche. Não fosse isso, Sandra se pergunta como teria conseguido sobreviver. Voltando a trabalhar como babá, para os filhos de suas patroas, a história era outra. Era ela, a sua voz, o seu colo, o seu abraço e o seu afeto – a própria creche e o parque de diversões. Dedicada desde sempre ao labor doméstico, desenvolveu um profundo gosto pela sua atividade profissional. Se assim não fosse, talvez não tivesse resistido. Sandra está convencida: gosta de cuidar de criança. Mas, no fundo, seu gostar está atravessado por uma consciência nítida do medo do desemprego, especialmente para quem não foi iniciada no ofício de ler e escrever. Precisa gostar de criança. Assim ela diz:

Agradeço muito a Deus por ter esse emprego porque eu não tenho estudo. Eu sou feliz em ajudar as outras mães e agradeço muito por elas terem filho pra eu cuidar e a confiança em mim. Se não fossem as crianças, como eu ia sobreviver, né?!

Mas o corpo de Sandra dá sinais de que está cansado de cuidar tanto. No início, trabalhava de segunda a segunda para poder garantir o sustento dos próprios filhos. Depois de algum tempo, passou a ter folga a cada quinze dias. Apenas em 2012, a jornada de trabalho requerida pelas trabalhadoras no início do século XX alcançou sua vida: passou a ter folga nos finais de semana. Sua atual patroa contratara uma faxineira para auxiliar no trabalho de casa. *Porque eu fico preocupada de não dar conta... Eu tô mais pesada, eu não tô mais aquela... eu tô com 57, né minha fia! E eu é que cozinhas, lavava, passava... Entendeu? Era tudo eu!* Entretanto, sua rotina ainda deve ser todo o tempo ajustada às necessidades da patroa: *Desde o ano passado eu passei a ter mais tempo pra mim. Tem dias que ela me libera, quando ela pode ficar com as crianças. Eu só durmo aqui quando ela precisa.*

Sandra não fala do tempo que leva para deslocar-se de casa para o trabalho, mas descreve seus horários: *Eu entro no trabalho 7:10h, 7:15h. Só atraso quando o ônibus quebra. Nos dias que vou pra casa, saio daqui às 18h, 18:30h, 19h. Agora eu trabalho de segunda a sexta. Tem sábado que ela precisa, daí trabalho, mas domingo eu não trabalho mais.*

Que ninguém duvide, Sandra ama as crianças! E, além de compreender e amar, ela cozinha, arruma a cozinha, lava, dá banho, cozinha de novo, escova os dentes, leva e traz do colégio, cozinha mais uma vez, escova os dentes, veste, bota pra dormir e termina o dia, ninando e dorme trabalhando. Depois de tantos anos desconhecendo o que é dispor de tempo para si, passando por violências de patrões e patroas, medo, fome e dramas familiares, Sandra descobriu-se com algum tempo para si. E, ironia do destino, destina seu tempo de folga ao cuidado de sua própria casa e à ajuda numa creche. Hoje, conseguiu até “liberações” para dormir em casa.

Quando falava da dor, passado e presente se confundiam: *Eu sofria muito, sou uma pessoa muito sofredora* - repetiu várias vezes. Por tudo isso, ela quer se aposentar e voltar para sua Carolina. Ao final das entrevistas, agradeceu a oportunidade de me contar sobre sua vida.

1.5.2 Jesus

O que mexe comigo no meu trabalho é a falta de conversar. No meu trabalho não existe isso. Tudo é soco, é “quero isso”, “me dá aquilo”, “faz num sei o quê”.

Jesus, 48 anos, nascida em Caxias, Maranhão. Trabalha no Lago Sul, região nobre da cidade. Cuida de uma menina de 4 anos, Maria Fernanda, e do seu irmão, Gabriel, 8. Jesus aparenta mais idade do que tem. Fala com o corpo todo, gargalha através dele. Realizamos a entrevista em sua casa, em Padre Bernardo, Goiás. Chegamos lá em um dia claro e quente. Ela abriu o portão e entramos em um corredor com roupas penduradas, algumas mulheres sentadas conversando e uma criança brincando. Havia várias portas e a última era a dela. Trata-se de uma casa com sala, cozinha, banheiro e quarto, cujo aluguel mensal é R\$ 200,00.

Seu pai morreu quando era bebê e sua mãe sempre labutou na roça, onde vivem suas 3 irmãs e um irmão. Trabalhando desde os 8 anos de idade, Jesus saiu direto do “álbum da primeira infância” para o mundo do trabalho. Não teve estudos, tanto que é analfabeta. O tempo de Jesus, como de tantas mulheres negras e pobres, é um tempo vertiginoso... tempo que não espera a vida seguir o curso de sua própria idade. Veio à Brasília em busca dos estudos, de uma vida diferente, de outro lugar social. Porém, só conseguiu realizar seu desejo de recusa à continuidade através da filha: envia todo o seu salário para comprar os livros do seu curso universitário no Maranhão. *O que eu não estudei eu queria que minha filha estudasse porque se a gente não sabe ler, a gente não é ninguém*, disse ela, e completou: *É difícil demais a vida de quem não sabe ler. E eu queria muito que minha filha estudasse*.

Desde os 8 anos, cuida de criança e nunca teve outro tipo de emprego. Contratada para brincar, saiu de casa cedo, seguindo os passos de sua irmã mais velha.

Eu fiquei sem pai, aí minha mãe arrumou um marido que não era bom pra gente e a gente teve que sair de casa cedo pra poder se sustentar. Graças a Deus, todo mundo cresceu trabalhando. Ela trabalhava no hospital, essa mulher, aí ela me chamou. A minha irmã mais velha trabalhava vizinha casa dela, cozinhando. Daí ela perguntou se minha irmã não tinha uma pessoa pra brincar com a menina dela. Ela era nova e não tinha ninguém pra brincar. Aí minha irmã foi me buscar lá no interior e eu fui pra cidade. Eu fiquei lá um ano e depois fui pra Teresina com minha prima, sempre trabalhando de babá.

Não há doçura em sua rotina. *Tudo é soco*. Conta que, com a menina que ela cuida atualmente, é muito difícil: *eu cuido dessa menina desde que ela tinha um mês, mas ela bate na minha cara, me chuta. O irmão dela também*. A pequena Maria Fernanda, mesmo sendo criança, já conhece sua posição na estrutura hierárquica das relações que o trabalho doméstico encerra²⁶. Tratada pelos pequenos como corpo que também pode ser agredido,

26 Ver hooks, bell. Feminist theory, 2000.

comportamento consentido pelos patrões, ela prefere cuidar de crianças doentes. Lembra com carinho de uma menina com necessidades especiais. *Porque quando eu olhava pra ela, ela sorria pra mim! Então quando você cuida de uma criança boa, ela te bate na cara, ela te chuta. Tu é chata e num sei o quê. Uma criança doente, todo dia te olha com amor! Uma criança doente te dá mais valor, te dá mais amor.* Cuidar de criança doente talvez a ajude a curar sua própria dor...

Jesus reclamou que, com a justificativa dos altos gastos resultantes da nova legislação, a patroa demitiu a funcionária que cuidava da casa e da comida, tendo ela acumulado essas funções. Ela tem que se virar pra cuidar de tudo. Como babá, nunca deixou de ser uma empregada doméstica disponível para suportar os “dissabores financeiros” de seus contratantes, que residem no metro quadrado mais caro de Brasília. Uma força de trabalho superexplorada, disponível para servir e responder aos imperativos verbais “quero isso”, “me dá aquilo”, “faz num sei o quê”.

Jesus denuncia que o acúmulo de serviço é perigoso para a criança cuidada, pois a atenção fica dividida entre a casa, a comida e a Maria Fernanda, além de lhe gerar um cansaço maior mesmo recebendo o salário anterior e não havendo nenhum diálogo com os patrões. A vida de Jesus é regulada pela dinâmica estabelecida entre a mãe e o pai das crianças. As crianças ficam com o pai domingo, segunda, quarta e sexta. Com a mãe, terça, quinta e sábado. Ela acompanha todo esse movimento como um apêndice do mover-se das crianças. A casa do seu trabalho não tem fronteira, vai além-muro. E, embora tão grande seja o espaço em que labora, não tem sequer um cantinho para dormir e guardar suas coisas.

Jesus tem folga nos finais de semana e nesses dias gosta de coisas triviais e simples. Destina tempo para si e para os seus. Fica em casa na companhia das amigas da vizinhança, tomando um cafezinho e cuidando do cabelo. Por outro lado, cuidando de Maria Fernanda e Gabriel, Jesus contou que já viajou o Brasil inteiro e foi até para a Disney. Compreende então sua contradição, dizendo-se feliz no trabalho. Podia ser pior, denuncia o seu olhar crítico, mas sua felicidade é sua salvação.

Eu sou feliz. Antes eu não era. Mas aí fui ver o mundo e vi quantas pessoas queriam ter um trabalho e não conseguem. E eu não sei nem ler e tô nesse emprego tão bom que eu ganho tanto. Aí fui ver as coisas, vi que Deus abriu as portas pra mim. Tem tanta gente que é formado, caçando emprego e não acha. Aí eu sou feliz!

Jesus, porém, não quer continuar sua vida nessa felicidade. Sonha em voltar para o seu pedaço de chão, o Maranhão. Quer voltar para o Nordeste sem patrões, quer abrir uma

pousada. Quando a tarde caiu, seus risos me simbolizaram um nervosismo além do *medo de errar as respostas*; havia ali uma expressão corporal que indicava que havíamos chegado ao fim da entrevista.

1.5.3 Ana

Eu sou feliz no meu serviço, eu gosto. Como de graça do bom e do melhor. Tem de tudo, tem nada que reclamar. [...] Eu não gosto é de fazer as duas coisas, gosto só de cuidar de criança. Babá é babá, doméstica é doméstica, e acho que sou uma boa babá.

Ana é maranhense de Araióses, tem 29 anos, três irmãs e três irmãos. Estudou até o 2º ano do Ensino Fundamental. Veio da roça, onde moram e trabalham seus pais e seus dois filhos, no interior de Carnaubeiras (MA). É tímida, seleciona criteriosamente as palavras que pronuncia. Quando soube da entrevista, deixou a timidez de lado e arrumou-se. Entrevista para ela é evento de sair em televisão. A expectativa de ver-se não escondeu seu desapontamento quando soube que não tinha câmera. Logo, revelou-se bastante religiosa e desconfiada.

Morou durante 5 anos em Fortaleza (CE), trabalhando como babá de um bebê. Lá engravidou de sua filha mais velha e decidiu voltar ao Maranhão. Quando Mariana completou nove meses, veio para Brasília, a convite de um primo, para ser trabalhadora doméstica. Em Brasília, engravidou de Iuri e, mais uma vez, voltou ao Maranhão para lhe dar à luz, pois é seu porto seguro – rede de balançar e acolher suas crianças em forma de colo de avó.

Um mês depois, sua irmã, que a substituíra no serviço, disse que iria ficar em Brasília e que lhe tinha arranjado outro trabalho. Dessa vez, não faria de tudo um pouco, seria apenas babá. Enquanto cuidava de Luana e Eduardo, Ana deixava Mariana, hoje com 8 anos, e Iuri, com 6 anos, aos cuidados de sua mãe. O que significa para ela cuidar de criança? Diz que gosta. Não há dúvida.

Eu gosto de cuidar de criança. Até quando eu vim cuidar de menino achei bom porque substituiu um pouco meu filho, porque eu deixei ele muito pequenininho. A idade que os meninos têm é a mesma dos meus filhos, então é um sentimento de mãe. Mas eu sofri muito porque deixei os meninos.

Os seus filhos?, indaguei, Ana respondeu-me com veemência: *Não! Os outros!*, e completou,

Acho que sofri mais do que quando deixei meus filhos. Eu deixei meus bebês muito pequeninhos, mas com esses eu passei 5 anos. Ai...nossa! Eles eram muito apegados a mim, principalmente o pequenininho. O nome dele é Eduardo e o dela é Luana. É um casal da mesma idade dos meus. Eu me apeguei demais a eles.

E chorou... Cuidar de criança para ela parece ser confundir a mãe e a babá. Confundir os filhos para não perdê-los.

Foi para Fortaleza aos 17 anos, mandada pela mãe para estudar e trabalhar, porque estava começando a namorar. E namoro lhe era coisa proibida. Ela tinha de escondê-lo, pois o seu corpo, seu sexo, é “patrimônio” de se guardar. E assim ela foi-se para “salvar-se” de sua própria carne, destinando seu corpo jovem ao monopólio do trabalho e do estudo. Porém, *no serviço que eu tava eu não arrumei mais tempo pra estudar, só pra trabalhar*. A partir daquele momento, Ana passou a mandar dinheiro pra casa, pois seu pai, catador de caranguejo, por um problema na perna e recomendações médicas, não poderia mais trabalhar. Ana nunca mais voltou a estudar e nem parou de trabalhar.

Aprendeu a cuidar de criança cuidando dos irmãos. Trabalhar em Brasília é melhor do que em Fortaleza, *porque aqui pagam mais e assinam a carteira de trabalho*. Só que o baixo salário, a jornada extensiva e a falta de folga nos sábados não permitem idealizações. *Fui só aguentando por causa das criancinhas, porque eu falava em ir embora e elas choravam. Aí eu aguentei 5 anos ainda*. Ana é casada. Seu companheiro é eletricitista. *Ser casada e dormir no trabalho é difícil*. Dormir no trabalho, sob qualquer circunstância, é viver sob a égide do tempo desmedido, plantão interminável, cativeiro do corpo e da vida exilada num contrato de trabalho.

Em sua carteira de trabalho estava registrado um salário de R\$ 800,00, mas o líquido ficava em R\$ 735,00, e o registro estava como empregada doméstica. Ana rejeita essa identidade, embora, legalmente, “babá” seja uma das formas de trabalho doméstico. *Eu acho que tem muita diferença porque acho que babá tem que ganhar melhor*, indignou-se e completou: *É muito mais responsabilidade*. Hoje ela não cuida de criança, vai para casa todo dia e seu salário é de R\$ 1.300,00. Ela ganha mais como doméstica do que como babá, mas queria mesmo era ser reconhecida como babá, ganhando aquilo que ela considera justo pela natureza do trabalho que exerce.

Em seus dias de folga, Ana continua trabalhando. Acorda cedo, sem precisar de despertador, faz café, arruma a casa, faz almoço, almoça e depois vai para o lote, onde estão construindo

do uma casa, ela e o marido. Demoram-se levantando paredes e fazendo reboco até de noite. Aos domingos, vai à Igreja evangélica. Até participa dos churrascos organizados pela família, mas sem grande entusiasmo. *Pra eu me divertir, ah, pra mim só a Igreja mesmo!* Trabalha atualmente no Sudoeste, área nobre de Brasília e próxima ao conhecido “Plano Piloto”, e mora no Jardim Ingá (região do entorno do Distrito Federal, localizada no estado de Goiás). Quando era babá, costumava sair de casa às 5 horas da manhã para chegar ao trabalho, preparar o café da manhã das crianças, acordá-las e arrumá-las para a escola. Depois disso, limpava a casa e fazia o almoço. Toda quinta-feira a sua patroa viajava, então nos dois últimos dias da semana era ela também quem pegava o taxi e buscava Luana e Eduardo na escola. Ela cuidava, lavava, passava, cozinhava! Era babá e doméstica. Mesmo com 29 anos, sente-se cansada. Sua fala manifesta a dor que o corpo sente, *principalmente nos pés*, disse.

Considera-se uma boa babá, mas conclui que não gosta de acumular serviços: *Babá é babá, doméstica é doméstica*. Ana tem outra felicidade em mente: sonha voltar ao Maranhão.

1.5.4 Bárbara

*Se eu não trabalhasse, eles me devolviam, diziam que eu fazia “corpo mole”.
Eu sempre me cuidei sozinha.*

Bárbara, piauiense de Esperantina. Mulher negra, 34 anos, cabelos curtos e alisados, mãe de Amanda, de 8 anos, e Kadu de 15. Mulher bonita e vaidosa, exibe um corpo magro num *short* curto, rosto maquiado, unhas feitas. Chegou a Brasília em 1994 para trabalhar como babá, mas atualmente é diarista. Foram três momentos de entrevista, dois em minha casa e o terceiro na dela, em um sábado à tarde, em Ceilândia (DF), lugar onde reside. Bárbara não conheceu o seu pai, que abandonou a família quando ela, a mais nova de 11 irmãs e irmãos, tinha acabado de nascer. Esse foi o seu primeiro exílio. O segundo exílio de Bárbara ocorreu quando sua mãe seguiu para Teresina (PI) para ser trabalhadora doméstica, deixando ela e os irmãos com a avó materna. Quando sua mãe regressou a sua cidade natal, Bárbara já estava com 6 anos de idade.

Aprendeu a cuidar de crianças com a avó, vendo-a cuidar de seus irmãos e primos. Em seu terceiro exílio, viu também alguns irmãos serem distribuídos em casas de outras famílias quando eram crianças pequenas para serem cuidados, mas Bárbara sempre foi “mandada” para trabalhar. Aos 10 anos de idade, foi “levada” para estudar e trabalhar como babá. Se não trabalhasse direito, seria devolvida. Não houve tempo e Bárbara, sob a ameaça silenciosa de devolução, não estudou. A história de Bárbara também é filha de uma promessa não cumprida:

Nesse primeiro emprego, eu lembro como se fosse hoje, eles falaram que iam me pegar da minha mãe e que eu ia trabalhar só meio período e ia estudar o outro. Eu lembro que fiquei com aquilo na cabeça, porque eu queria estudar, mas a minha mãe não deixava porque ela dizia que não tinha condição de comprar material, livro, e que era melhor arrumar um trabalho pra colocar comida dentro de casa. Naquela época minha mãe não tinha alternativa, eram sete crianças e ela não era casada. Eu entendo a minha mãe.

Trabalhar como doméstica é sina de mulher na sua família. A irmã mais velha já era trabalhadora doméstica em Brasília quando ela, aos 14 anos de idade, decidiu seguir seus passos na capital. Sua saída de Esperantina (PI), porém, não fora reação à pobreza ou às condições duras de vida que ela efetivamente vivia. Como ocorre com tantas meninas negras, o corpo de Bárbara é também o corpo de regulações morais, censurado, pressuposto no crime moral e suspeito. E assim, acusada de não saber o quê, Bárbara exilou-se, para não ter mais de apanhar:

Eu cheguei um dia em casa e minha mãe me recebeu com um tapa na cara. Ela me batia muito. Minha irmã tinha falado pra ela que eu tava transando com um carinha, mas eu não tava, eu tava na casa do meu avô assistindo televisão. Aí eu falei pra ela que já que eu tinha apanhado eu ia fazer mesmo e na semana seguinte eu perdi a virgindade e aí vim pra cá porque minha irmã mais velha já estava aqui. Eu queria ficar longe e vim pra cá e estou aqui até hoje.

Bárbara queria ir pra longe e a distância que ela imaginava era maior que o trecho Brasília-Esperantina. Ela não sabia o que era Brasília, não sonhava nem desenhava uma transição para Brasília. Sua infância não vivida tinha de alguma forma de ser resgatada da memória, da saudade de não ter acontecido. Assim, quando conseguiu um trabalho que lhe desse uma remuneração em Brasília, Bárbara resgatou sua infância numa boneca que ela se deu de presente aos 15 anos. Na rede simbólica de representações que utiliza para se relacionar com o mundo e consigo mesma, Bárbara resgatou-se de seus exílios na Barbie e no Ken, provável objeto de desejo de tantas meninas negras de sua Esperantina:

Eu lembro que quando eu era criança nunca tive uma boneca. Em Esperantina ou eu trabalhava em troca de salário ou em troca de estudo e eu sempre quis estudar, mas não tinha dinheiro. [...] Eu tenho ela ali, uma Barbie e um Ken que eu tenho até hoje²⁷.

27 Na segunda entrevista realizada em sua casa, Bárbara me mostrou as bonecas e eu pedi para tirar uma foto, a qual está anexada (Anexo IV) ao final da dissertação.

Seu primeiro emprego em Brasília foi no Guar cuidando da casa e de Pietra, uma criança de 7 anos. Tinha folga de 15 em 15 dias, dormia no serviço e estudava de noite. Devido  sua pouca idade, não tinha carteira assinada. Do seu pagamento, 70% era enviado para sua mãe no Piauí. Diz que gostava muito do trabalho, mas o patrão foi transferido para São Paulo e ela não quis ir pra longe de sua irmã. Foi indicada para trabalhar em uma casa no Lago Norte, mas lá não pode estudar porque ficava com as crianças durante a noite.

Lá eu só ficava com as meninas, ia pro *shopping*, parquinho, clube. Eu odiava aquela roupa de babá e a mulher era muito chata, uma miserável do caramba, renegava até o que comer. Nem a menina que cozinava podia comer aquela comida. Era a sobra do dia anterior, de dois dias. Eu fiquei pouco tempo l, porque, poxa, eu entrava na segunda e saía no sábado e não conseguia me alimentar direito. Eu ainda dormia com as meninas no quarto porque ela sempre ia pra festa de noite. Além da parte da comida, ela era histórica e sempre gritava comigo.

A partir de uma agência de trabalho começou a cuidar da Luiza, do Maurício e da Patrícia.

Eu cuidava dos três, mas em específico da Luiza, que era a mais nova. Lá eu voltei a estudar, estudava de noite, tinha carteira assinada e mais duas funcionárias: a passadeira e a que cuidava da casa e fazia comida.

Bárbara diz que adora cuidar de crianças:

Pra mim é simplesmente maravilhoso, é o melhor trabalho que existe na vida. Se você souber entrar no mundo da criança, você tem ela pro resto da vida, principalmente essas crianças que a mãe larga, porque aí a criança conta com a babá pra tudo.

Para Bárbara, ser babá  como cuidar de um filho e contou que ela se apegou  Luiza e a Luiza a ela, mas foi demitida e diz que até hoje sente falta da menina. Perder Luiza foi mais um exílio na vida de Bárbara, que explicou chorando:

A mãe dela falou que a Luiza já estava grande e os outros já se viravam. Mas, na verdade, eu fui demitida porque a Luiza me ligava, chorando no final de semana. Depois da Luiza, cuidar de criança perdeu a graça. A gente se apega tanto aos filhos dos outros que quando a gente sai do trabalho parece que tão tirando um filho seu.

Depois de trabalhar em outras casas e grávida de Amanda, sua segunda filha, decidiu mudar de profissão e ser diarista.

Eu parei de trabalhar como babá, porque no trabalho de babá você cuida muito bem do filho dos outros, você se apega, mas não tem tempo pro seu filho, explicou. No final de semana você está exausta e tudo que você não quer é menino perto de você, e é o seu filho! Aí eu comecei a ver que o Kadu estava sentindo muita falta disso. Eu chegava, dava a janta, tomava um banho e levava ele comigo para a escola de noite. E eu sempre quis estudar.

Na época das entrevistas, Bárbara estava em processo de separação, pois havia descoberto que seu marido – que é pedreiro, mas estava desempregado – estava cheirando cocaína. Ela estava com medo e seu ponto de apoio era o filho mais velho em quem podia confiar para ficar com a Amanda enquanto ela ia trabalhar. Trabalhando como diarista ela se diz mais satisfeita, pois pode controlar o seu próprio tempo. Acima de tudo, Bárbara sente a calma de ser senhora do tempo para viver e sentir-se mãe. Ela realiza com Amanda a maternidade que não pode realizar com Kadu:

Hoje em dia faço tudo calma e tranquila, saio pra ir às reuniões da escola dos meus filhos, acompanho a Amanda e consigo buscar ela na aula todos os dias. Esse tempo eu tenho pra nós. Inclusive, tem até um tempinho pra ir no cinema eu e a Amanda no cinema na segunda-feira à tarde, que é mais barato, mas isso é segredo! Pra mim eu também tenho tempo, dá tempo de descansar, relaxar, bater papo com o marido, ver meus *e-mails*. Quando eu era babá eu não tinha esse tempo disponível. A babá não tem um horário pra descansar. Eu já dormi em lugares que eu tinha que dormir com a criança também. Eu tinha que levantar, trocar fralda, preparar mamadeira. E no dia seguinte eu tinha que estar disposta pra pegar o turno do dia. E nessa época não existia adicional noturno, mas se você tem que trabalhar e tem seus filhos pra sustentar, você se submete a esse tipo de coisa. E isso foi na época que eu senti que o Kadu ficou mais prejudicado, eu não queria, eu não tinha ânimo pra brincar com o meu filho. Eu chegava em casa e só queria dormir. É como se você ficasse ligada 24 horas por dia e chega no final de semana você só quer descansar. Quantas vezes já inventei de ver televisão com o Kadu só pra dormir?

Bárbara atualmente mora na Ceilândia (DF) em uma casa alugada. Em seus momentos de lazer gosta de ir a uma cachoeira, ao pesque pague, ao *shopping* ou assar uma carne em casa: *São coisas pequenas, mas é lazer, né? Pra vida não ficar tão monótona*. Não tem vontade de voltar a Esperantina. Diz que Brasília é o seu lugar e que gosta da cidade porque aqui tem qualidade de vida e nunca falta trabalho. Sonha em comprar um lote, construir uma casa para os seus filhos, entrar numa faculdade para estudar psicologia e se especializar nos

cuidados de crianças com necessidades especiais. Entretanto, afirmou que seu maior sonho é ver seus filhos seguirem um caminho diferente do dela.

É eles poderem ter infância, adolescência e só depois entrar na fase adulta e eu poder ficar do lado deles em cada etapa ensinando o caminho certo e o caminho errado. Eu não tive amigo de infância, de adolescência, eu não tive tempo pra isso. Eu quero que eles tenham.

Ao final das entrevistas perguntei-lhe qual nome fictício ela gostaria de ganhar no meu trabalho. Os filhos dela escolheram os pseudônimos, Kadu e Amanda. Ela, por sua vez, me respondeu séria: *Bárbara, porque acho que tem um pouco a ver comigo. É uma pessoa destemida e determinada*, riu e completou: *Estou me achando agora!*

1.5.5 Carla

Com elas [as patroas] eu aprendi que existe uma lei que me defende e a aceitar a família gay. [...] E comigo elas aprenderam a não ter preconceito com quem é do nordeste.

Carla, 28 anos, não tem filhos, é casada, parda, mulher baixa, magra. Nordestina do Piauí nasceu na cidade de Joaquim Pires, filha de agricultor e dona de casa. Teve que sair de casa para continuar os estudos na cidade, aos 13 anos, quando começou a trabalhar como doméstica. Como não tinha escola na roça, foi para a cidade e trabalhava em troca dos estudos. *Me disseram que eu ia ganhar as coisas, roupa, dinheiro, mas não ganhava nada. Eu queria estudar e fiz esse esforço e graças a Deus consegui e nunca mais voltei pra casa, fiquei trabalhando, trabalhando...* Ao falar dos estudos, o sorriso se abria do tamanho do desejo de aprender. Ainda não está satisfeita com o salário, apesar de já ter alcançado um grande aumento desde o primeiro emprego em Brasília, principalmente quando começou a receber pelas horas extras.

Nossos dois encontros aconteceram em sua casa, no Itapoã (DF), cujo aluguel custa R\$ 400,00. Seu primeiro trabalho como babá foi em Brasília quando chegou há seis anos para visitar uma amiga que já trabalhava aqui como babá. Veio apenas para passear e imaginava a capital como um lugar lindo... a lindeza de Brasília era tanta aos seus olhos que o contraste entre o centro e a região onde foi morar foi inevitável. Nada que a impeça de gostar muito daqui, embora sua travessia desemboque no desejo de retornar ao Piauí, onde pretende ficar com os pais. Aqui, logo foi convidada para trabalhar como babá e abraçou a oportunidade porque sempre gostou de criança e queria ser professora. Decidiu ficar sob a promessa de que iria poder conciliar trabalho e estudos. Após três anos, o tempo para os estudos não

apareceu, pois precisou cumprir jornada noturna. Carla não vacilou: cumpriria seu objetivo de cursar pedagogia, tornar-se professora. Pediu demissão, matriculou-se em uma escola e cadastrou-se em uma agência de babás, por onde conseguiu seu atual emprego.

Na entrevista ela me perguntou se eu tinha preconceito e eu falei que até agora não tinha me deparado com nenhum preconceito. Ela entrevistou as outras e pediu para fazer entrevista comigo de novo e fez de novo a pergunta. Aí ela falou que não vive sozinha, que é gay e que tinha uma companheira. Fiz três dias de experiência e ela já me escolheu porque eu já tinha cuidado de adotivo e essa menininha que elas têm é adotiva. Uma delas engravidou depois, fez aquele processo de fertilização e teve a outra menininha que agora completou um ano e sete meses. E eu tô lá com essas duas e é muito bom trabalhar lá, elas são muito boas e hoje eu sinto como uma coisa normal.

Para Carla, o afeto das crianças é o mais importante no trabalho. Contou que esse carinho é tão grande que quando saiu do seu primeiro trabalho como babá sofreu muito de saudades. Hoje, trabalha no Lago Sul como babá de duas meninas, a Isabela, de 4 anos, e Inara, de 2. Sua jornada de trabalho é superior a oito horas por dia, com início às 7h e término às 17:30h. Nesse intervalo, deve “apenas” cuidar das meninas, desincumbindo-se dos cuidados da casa:

Eu acho muito pouco esse tempo para mim! Eu não reprovei ainda, eu estou conseguindo, mas eu queria mais um pouquinho pra poder estudar. Eu me viro à noite, eu morro de sono, às vezes vou dormir às duas horas da manhã e tem dias que não consigo estudar. É muito difícil, muita atividade pra fazer.

Na prática, Carla exerce duas funções: motorista e babá. Suas patroas exigiram que ela tirasse a habilitação de motorista e entregam um carro em suas mãos durante a semana. Ela é responsável por levar e buscar as crianças à escola, natação, hipismo, judô, *ballet*, inglês e visitar as avós. Com tantas atribuições, dribla a falta de tempo e a dupla exploração de sua força de trabalho fazendo uso das exigências de suas patroas. A mobilidade que transforma a cidade em seu lugar de trabalho é apropriada por ela mesma para encurtar distâncias, pois não tem de esperar pelo ônibus lotado e vagaroso para ir e voltar do trabalho.

A participação do marido nas tarefas domésticas é um elemento destacado por Carla para que ela consiga estudar. Carla gosta muito do seu trabalho e fala de todas as pessoas com quem se relaciona com carinho. Ela diz que as patroas são muito tranquilas, fazem questão de que todas almocem juntas e que ela tire o intervalo de descanso após o almoço. *Com*

elas eu aprendi que existe uma lei que me defende e a aceitar a família gay. Além disso, são excelentes mães, nunca vi mães que ficam tanto com as filhas como elas, ressalta. Em comparação aos outros empregos, essas foram mudanças significativas.

Para Carla, a melhor parte de ser babá é o amor e o carinho das crianças e a pior parte é sair do emprego e sentir saudade delas. Agora seu sonho é terminar o curso de pedagogia, voltar ao nordeste e ajudar a alfabetizar as crianças de lá.

Meu início de alfabetização foi muito difícil porque eu não tinha professores capacitados. Eu tive professor na alfabetização que não tinha nem até a quarta série. Isso é muito difícil. Então eu posso dizer que na verdade eu não aprendi, eu só ia pra ficar na escola. Eu chorava porque queria muito aprender a ler, mas não conseguia. A minha mãe tentava me ensinar e era só decorando a lição. Então eu não quero isso pras crianças do futuro. É isso que eu quero! Não quero que as crianças passem pelo que eu passei. E acho que os professores não têm culpa, a culpa é do governo que não capacita os professores.

Todo o tempo fala que seus momentos livres são voltados para os estudos. Depois pretende cursar enfermagem para cuidar de crianças na área hospitalar.

1.5.6 Meire

Um dia a gente foi pra um aniversário e o meu patrão, o seu Lorenzo, disse que eu era como se fosse da família, mas dizer é uma coisa, outra coisa é fazer...

Meire, mulher branca, muito magra, olhos azuis, cabelos quase ruivos. Tem 39 anos, ensino médio completo, solteira, não tem filhos. Mora em Luziânia (GO), em uma quitinete alugada por R\$ 350,00 ao mês. Sua cidade natal é Coité do Nóia, em Alagoas. Meire é a filha mais velha de 7 irmãs e irmãos e foi cuidando deles que aprendeu a cuidar de criança: Sua mãe é dona de casa e seu pai trabalha *na roça plantando feijão, milho, batata*.

Seu primeiro trabalho foi como babá em sua cidade cuidando dos sobrinhos. *Comecei com 15 anos cuidando dos filhos da minha tia enquanto ela ia pra roça. Eram 4 crianças e eu ficava só de tarde, mas depois ela passou a precisar o dia todo. Foi assim que começou.* Em 2002, uma tia que morava em Brasília a convidou para ajudar a cuidar da casa e de Sueli, uma prima de segundo grau que tinha esclerose múltipla. Disse que *sonhava com uma cidade grande* e via nesse trabalho a oportunidade de *adquirir novos conhecimentos e conhecer novos lugares*. Porém, sua vontade desde o início era conseguir um emprego em uma creche, e não cuidar de criança como babá.

Sueli faleceu e Meire foi para Alagoas fazer vestibular, tentar outra sorte, quem sabe... A sorte não veio, a faculdade foi ficando distante e, em 2006, ela retornou. Aqui reencontrou o trajeto de ser babá, cuidando do Sandrinho. Nesse período, a casa dos patrões começou a ser reformada e eles se mudaram para a casa da avó paterna, o que a desagradou. Meire, que já tinha dois patrões, acabava de ganhar mais uma – a sogra de sua patroa. Meire era indolente a seus olhos vigilantes, olhar que controla para suprimir o tempo morto no processo de trabalho, que invisibiliza o trabalho despendido, que questiona sua “serventia” enquanto trabalhadora para torná-la servil. Meire, no entanto, não se continha no olhar que a vigiava e decidiu então tentar outro rumo.

Foi muito difícil a convivência porque a sogra dela ficava fazendo crítica de mim. O meu trabalho era babá dos meninos da Léo e ela queria que eu trabalhasse na casa, ajudando a empregada dela, mas a empregada da minha patroa também foi pra lá. Aí ela disse que era fácil trabalhar como eu, que era ganhar dinheiro de graça e de perna pro ar. Eu não gostei. Eu não sabia como falar pra ir embora, a Léo até hoje é uma maravilhosa pessoa, mas eu falei que não estava gostando, que não estava me adaptando a casa nova.

Um mês após a demissão, já em 2009, através de uma indicação de uma amiga, Meire fez uma entrevista na casa de Adele e foi contratada para cuidar do Lorenzo filho e de Giovanna. *Fiz a entrevista e agora tem 4 anos que eu to na casa da Adele. O Lorenzo tinha 2 meses. A Giovanna hoje tem 7 anos e o menino tem 4*, completou. No início, Meire foi cuidar apenas do Lorenzo, pois outra babá cuidava da Giovanna. A relação entre as duas babás não era boa, condição em parte derivada das condições de trabalho difíceis que as duas compartilhavam.

Ela [a babá folguista] deixava as roupas de cocô tudo no balde de molho e eu não gostava. Ai, que nojo! E o nosso quartinho já era pequeno, era um quarto só, e ainda era pra nós duas. Ela dormia na cama e eu dormia num colchão no chão. Foi difícil. Mas depois ela saiu e eu fiquei cuidando das duas crianças, da Giovanna e do Lorenzo. É difícil a convivência de duas babás.

Meire está visivelmente cansada. Dorme no trabalho todos os dias, começando a rotina às 7:30h e terminando por volta das 21h, quando as crianças dormem. Seus patrões são descendentes de italianos, *são todos bem brancos*, ela disse. Na casa moram o casal e as duas crianças e lá trabalham 4 funcionárias: a cozinheira, a faxineira, a babá folguista e ela. Seu trabalho começa com o café da manhã das crianças. Três vezes por semana, Meire as acompanha na academia que fica dentro de um *shopping* da cidade. *Vou eu, a mãe e as*

crianças, porque ela não trabalha, mas só eu cuido das crianças, ela explicou. Lá as crianças fazem aulas de natação, futebol e circo. Nesse momento, Meire encontra outras babás e *troca experiências*, coisa que ela gosta muito.

Reclamou do s l rio, do não cumprimento da nova legislação e da falta de apoio dos pais no cuidado das crianças, especialmente no que se refere à liberação deles quanto ao uso de aparelhos eletr nicos, como o *ipad*. Sabe que estabelecer limites às crianças é a única forma de preservar sua saúde num regime de trabalho que não tem hora pra acabar. Seu tempo de trabalho   a reprodução do ciclo de vida diário das crianças. Ao mesmo tempo, sente o descompasso entre o valor do trabalho que realiza e o valor que a remunera. Sente que não é apenas uma babá, mas aquela que recobre na rotina das crianças a sensação de ausência.

Ele [o Lorenzo filho] está numa fase de chutar. Ele gosta desses filmes *Homem-Aranha*, *Hulk*, e quer imitar, né?! Eu acho bonitinho isso daí, mas às vezes eu fico chateada porque não quero que ele aja dessa forma brigando com a irmã.   difícil. Tem que ter paciência. E os pais não têm paciência. A mãe não tem paciência, ela não aguenta o menino, aí eu penso que os pais não aguentam, mas a gente tem que se dispor, tem que ter paciência. Aí é fácil, né? Eu sou uma babá rígida, eu só quero o melhor, mas acho que eles não aceitam o “não”. Eu sou muito rígida, mas é porque o momento exige. Já a mãe não tem uma atitude firme, ela disse que tava pra enlouquecer quando eu tirei férias. Ela não faz nada.

Meire tem vontade de estudar, mas não tem tempo durante a semana, nas noites e nem disposição nos finais de semana. Mais de uma vez reclamou da *falta de apoio* dos pais. Meire tem a sensação de estar presa à sua condição de força de trabalho. Em seus dias de folga gosta de ir ao cinema, ler e ir ao *shopping* fazer compras. Também gosta de ficar em casa cuidando das suas coisas e *ir pra balada com as meninas, l  no Gama*. Seus planos para o futuro são cursar enfermagem e *ter um relacionamento que d  certo*. Ela sonha, mas se perde no esquecimento por não ter tempo pra dormir. Por isso lamenta: *No momento não tenho nenhum [sonho], às vezes eu nem tenho tempo de pensar no que eu quero pra mim*.

1.5.7 Vanda

Naquela época tinha um detalhe: trabalhava de domingo a domingo. Quando a gente mora no emprego é assim. Não tinha lei, não tinha nada. Era a lei da escravidão.

Conhecemo-nos em um parquinho na Asa Norte. Era uma manhã de sábado e ela brincava com duas crianças: uma menina negra e um menino branco, loiro de olhos azuis, que parecia ter menos de um ano. Ele agarrado em seu colo, a menina emburrada e eu com o meu filho. Começamos a conversar e Vanda me contou que estava muito cansada porque estava cuidando do Miguelzinho em tempo integral. A mãe do bebê estava enfrentando uma gravidez de risco, sendo acompanhada por um médico em São Paulo e pelo marido. Enquanto isso, ela e as crianças estavam na casa da avó materna. A menina negra emburrada era sua filha, que acompanhava a mãe que cuidava de outra criança, pois não havia quem cuidasse dela nos finais de semana.

O Miguel ainda não falava e ficava todo o tempo junto ao colo de Vanda, que tinha muita cautela com o bebê. Ela me disse que ele já tinha 1 ano e 4 meses, mas ainda não andava e justificou: *Filho de rico não é esperto como os nossos, filho de pobre se vira*. Vanda sentia o peso de sua responsabilidade. Nem deixava sua filha brincar com o bebê, nem podia lhe dar atenção, motivo da chateação da menina naquela manhã. Conversamos bastante e tive receio de perder a espontaneidade, contando-lhe da pesquisa que estava desenvolvendo. Trocamos telefone e mais de um mês depois conseguimos nos encontrar em sua casa, na Ceilândia Norte (DF). Vanda tem uma voz suave e tranquila. Como quem deseja sentir-se segura, pergunta todo tempo se pode mesmo falar das coisas que vive e sente.

Vanda tem 32 anos, ensino fundamental completo, casada, dois filhos – Alina, de 4 anos, e Rafael, de 9. *Sou uma mistura de negra com indígena, mas eu me identifico mais com negra*. Sua negritude vem de Minas, dos pequenos roçados de Arinos. *Meu pai mora na roça até hoje, eles trabalham pra eles mesmos ali dentro da roça. O trabalho dele e dela é igual, lá na terrinha deles, como lavradores. Mas profissão mesmo tem nenhuma*, contou.

Atualmente, para poder trabalhar, Vanda deixa seus filhos com sua irmã, que cuida de outras sete crianças da vizinhança. No período vespertino Alina e Rafael vão para a escola e ao final do dia o pai é quem busca. Por esse serviço, Vanda paga para a irmã R\$ 150,00. Assim, a rede afetiva de Vanda é acionada, comunicando a realidade das condições das mães e das crianças das classes populares.

Eu pago pra ela e pago pra escola. Normalmente ela cobra 300 reais por criança ou mais, mas pra mim, que sou irmã, ela cobra 150 reais o meio período. E pra escola eu pago 168 reais, mas eles fazem desconto pra mim porque meu filho estuda lá tem muito tempo. Eles já ficaram em creche, em casa de pessoas que cuida, eu tinha que levar bem cedo, eles passavam o dia todo lá. Tem que ser assim.

Aprendeu a cuidar de crianças observando outras pessoas e também nas casas onde trabalhou. “Aprendeu” com as patroas ensinando; aprendeu *com a vida*, completou. Começou a trabalhar como babá porque *essa foi a primeira porta que abriu*. Disse que *as meninas pegam esse trabalho por não ter condições, por não ter estudo*. Em Brasília, também moram suas 4 irmãs. Seu primeiro emprego foi em Belo Horizonte (MG), trabalhando na casa da filha de *um fazendeiro que tinha muito dinheiro*. Ela era uma criança trabalhando. Por tudo que fazia recebia para ajudar seus pais.

Eu amei a ideia porque lá na terrinha a gente era pobre, pobre, sem perspectiva de nada. Achei muito bom quando eu fui. Mas nessa casa eu fiquei uns dois anos, fui trabalhar de tudo, fui ajudar a cuidar de casa, de criança. Eu tinha 13 anos. É tão triste, né! Imagina se eu tivesse registrado desde essa época, ia aposentar mais cedo. Eu recebia só metade de um salário todo mês. E com esse dinheiro ajudava meu pai e minha mãe que a situação era bem pobre pra eles. Se era ruim pra mim, imagina pra eles! Hoje melhorou porque meu pai e minha mãe já são aposentados. Eu fiquei lá dois anos e saí pra arrumar outro emprego. Foi quando eu vim me embora pra Brasília. Lá, no final de semana, eu não tinha ninguém, aqui já estava a família toda, minhas irmãs, tio, primo.

Nesse primeiro emprego, Vanda sofria ameaças e agressões típicas de assédio moral. Ainda menina, viu sua autoestima cair. O segundo emprego, embora melhor que o primeiro, não lhe permitia ultrapassar as barreiras que a sua escolaridade formal interporia à possibilidade de melhorar de vida. Estudava à noite, movida pela vontade de sair da situação em que se encontrava, ainda que o cansaço driblasse seu desejo.

Eu era muito nova e quando fazia as coisas errado ela ficava braba e falava muita coisa e na época ela bebia, era muito doidona também. Ela falava que meus pais não gostavam de mim e me ameaçava de bater às vezes. Então, assim, quase que eu entro em depressão, já imaginou? Eu pensava: “é mesmo, se eu to aqui acho que é porque meu pai e minha mãe não gostam de mim mesmo não, afinal eu vivo aqui, né” Aí eu comecei a pensar nesse tipo de coisa. Aí foi tanto que quando eu saí de lá eu procurei outro emprego lá mesmo em Belo Horizonte. Eu fui pra casa da Suzana, fiquei um ano e pouco, dois anos. Uma pessoa super

bacana, totalmente diferente dessa que me levou da casa dos meus pais. Uma pessoa super paciente. O filho dela tinha 5 aninhos na época. Eu só saí porque eu tinha que estudar, porque de dia eu não podia estudar e eu tive que estudar a noite. Essa época também foi complicada que eu até reprovei na escola.

Sua segunda patroa passou a exigir que ela ficasse com a criança também no período noturno. Vanda não vacilou, pediu suas contas e foi-se. E a cada passo que dava, Vanda se segurava em algo que a fizesse sentir-se bem para continuar trabalhando. Referiu-se ao terceiro emprego como um bom lugar: *Lá eles me tratavam muito bem, eu tinha até o meu quarto*. Embora “tivesse” um quarto, Vanda não deixava de associar seu terceiro trabalho em Belo Horizonte à vivência concreta de uma *lei da escravidão*.

Em 1999, aos 18 anos, Vanda chegou em Brasília e começou a trabalhar como babá em uma casa no Lago Sul. Sua expectativa era *que Brasília é o melhor lugar pra se ganhar dinheiro*. Após seu casamento, saiu do emprego porque não dormiria mais fora de casa. Seu olhar foi longe:

Nossa, eu sofri de saudade do bebê que eu cuidava na época. Acho que ele nem lembra quem sou eu, mas eu lembro até hoje. Era o Junior, filho da Estér. Acho assim, que a gente acaba pegando amor por eles. Acho não, tenho certeza!

[...]

Como dormia no emprego, depois que começava não parava nunca. Eu tinha folga quinzenal. Até hoje ainda existe, né? Ou não pode mais existir? Mas lá não tinha ninguém que me tratasse mal. Eu era solteira e tava tão acostumada que as folga era assim que pra mim tava bom.

Vanda resolveu trabalhar como diarista, assim poderia ter folga em todos os finais de semana e ganhar mais com as diárias. E foi em suas diárias que conheceu os atuais patrões, fazendo faxina na casa de cada um. Comentou com orgulho que foi *o cupido da relação*, pois ambos eram solteiros e foram apresentados por ela. *Eu tenho uma relação muito boa com ela, no começo era como se fosse amiga, mas depois que ela casou ficou um pouco diferente, mas acaba que eu sou aquela pessoa confidencial*, explicou. Apesar de o salário ser maior com as diárias, Vanda reconhece como privilégio ter férias remuneradas. A precariedade das relações em que ela se inseriu não pára de se manifestar. Assim, embora receba menos e continue com pouco ou nenhum tempo para si, Vanda procura em detalhes de sua trajetória um motivo para sentir-se feliz no mundo do trabalho.

Atualmente Vanda trabalha na Asa Norte e acumula os cuidados com a casa e com o Miguelzinho. Completamente encantada pela criança, seus olhos brilham ao falar dele: *ele é apaixonante, o Miguelzinho. O sorriso dele abre o dia! Não tem como, não. Ele é uma criança assim... Sabe? Eu gosto muito do Miguel. Ele é especial mesmo!* Fica evidente que esse amor a faz feliz no trabalho. Ela explica:

Pra você ver, quando eu fazia as minhas faxinas, eu tirava, há uns 4 anos atrás, 1.300, 1.000 reais. Hoje o meu salário é 1000 reais. E se fosse pra preferir – e olha que eu corri disso muito –, hoje eu preferiria mil vezes ficar só cuidando dele do que da casa, né? E olha que você vê que cuidar de criança dá mais trabalho do que a casa.

Nos seus dias de folga, sábado e domingo, costuma ir à igreja e passear com seus filhos. Seu passeio preferido é o zoológico. Perguntei-lhe sobre o tempo que ela tem para si, se está satisfeita com esse tempo: *Sabe que nunca parei pra pensar nisso? O tempo que tenho pra mim? Ele é o menos possível, acaba que eu tenho que dar prioridade pro trabalho e pros filhos. Mas agora eu tô dando umas caminhadinhas, então até acho que tenho um tempo pra mim.* Vanda reconhece a importância da divisão de tarefas domésticas com o marido. Disse que *se não fosse ele ajudar, estava lascada. Ele ajuda em casa, não faz comida, mas lava louça e põe a roupa na máquina.*

Diz estar muito cansada, pois *isso de cuidar de bebê exige muito esforço físico*. Enfrenta muito preconceito por ser babá e pretende mudar sua realidade voltando a estudar. Seu plano é conseguir um trabalho que lhe restitua o direito ao tempo para si.

1.5.8 Jane

Ser babá é um teste de tudo, de paciência, de gostar, de tudo... é tão difícil cuidar de criança!

Conheci Jane por intermédio de Meire. As duas convivem na academia de esportes onde acompanham as crianças que cuidam. Jane é mineira de São Francisco, 33 anos, integrante de uma família de oito irmãos; destes, quatro moram em Brasília. Chegou à capital federal em 2009, conhecendo aqui a sua primeira experiência enquanto trabalhadora. Decidiu vir morar com a irmã, deixando para trás a separação do marido. Porém, *ele veio atrás de mim e a gente voltou, mas eu comecei a trabalhar aqui e fui gostando e fiquei*. E foi ficando, vivendo para trabalhar, que conseguiu montar uma oficina mecânica em sua cidade natal com o salário. Lá o marido trabalha como lanterneiro, com renda suficiente para garantir o regresso a sua cidade.

Aqui, Jane conseguiu o seu primeiro emprego através de uma famosa agência particular de babás da cidade. Nessa agência realizou um curso de cinco dias de práticas de primeiros socorros: *A maioria eu já sabia, mas eu fiz o curso todinho. Passamos por psicólogo, dentista, nada consta criminal*, descreveu. Entretanto, em sua opinião, o aprendizado do cuidado ela teve mesmo foi quando nasceu seu primeiro filho, quando ela recebeu ajuda de sua mãe e sua tia. Para ela, cuidar de criança é difícil e também é um dom, é algo que gosta e por isso é feliz como babá, mas reconhece que se tornou *babá mais por falta de opção*.

Jane dorme no emprego e tem folgas semanais aos sábados e domingos. Disse que não paga aluguel, pois nesses dias de folga vai para a casa de alguma amiga só para dormir. Sua casa permanece em Minas Gerais e seu olhar repousa em São Francisco. Anteriormente à nova lei, sua jornada era ininterrupta. Ia do tempo de acordar à hora de dormir. Hoje em dia, sua rotina no trabalho começa quando as crianças chegam da escola; são dois meninos, o Marcelo de três anos, e o Marcos, de sete.

Aí eles retornam meio dia e meia, eu dou banho, dou almoço... O menor dorme à tarde. Eles têm academia duas vezes na semana, pra fazer natação, caratê... Depois toma banho, janta e dorme... [risos]. É isso... Aí em uns dias da semana, que são dois dias, tem academia, e nos outros dias, eu desço com eles pra passear. Parquinho de areia, pracinha, essas coisas lá mesmo pertinho.

Jane considera-se amiga de sua patroa, mas isso não a impede de apontar a falta de atenção da mãe com as crianças. Sente-se muito responsável por elas, mais do que deveria em sua condição de babá. Esta situação lhe acarreta cansaço físico e mental. Para ela, o trabalho de cuidar não inclui educar a criança, tarefa da mãe e do pai. Papel que ela não pode nem quer exercer, pois *sabe que quando fala mais firme com as crianças, eles [os patrões] não gostam*. No fundo, sabe que sua condição de cuidadora é mediada por uma relação de poder em que sua autoridade sobre as crianças está em permanente questão.

Ela não fica nem meia hora com as crianças. Não faz nada! Nadinha mesmo! Só chega, beijinho, tchau. Então, eu tô no ponto de tudo. Sozinha... Eu gostaria que ela fosse mais atenciosa com os meninos, sabe? Cuidasse mais, tirasse um tempo pra eles. Mas não... Tudo sou eu. Ela chega no horário de pôr pra dormir. Igual eu te falei, o papel meu ali é de cuidar... Dar o meu carinho, mas o restante é com ela: educação, né, e tudo... Mas... é difícil [risos].

Jane, em uma relação permeada pela ausência, vê os pais lhe delegarem suas funções.

Os pais não são aqueles pais, sabe? De estar com os meninos, de sair, passear, curtir as crianças... Nunca. Aí hoje, então, com a separação, ficou pior porque o pai nunca pode estar com as crianças, mas isso eu acho que é pelo fato de que ele não consegue ficar com os dois. Aí ele nunca tá disponível, nunca pode. Aí hoje é mais comigo porque a mãe também sempre tá pra longe, né? Aí hoje eles tão sofrendo demais os meninos. Nossa, teve uma cena lá...o maiorzinho chorando, querendo ir dormir na casa do pai, a gente ligando, ligando pro pai, e ele não atendia o telefone. Aí eu fico com dó deles. Nesse ponto eu fico com dó.

[...]

Eles não são bons pais. Eu não sei se eles acomodaram comigo lá pra cuidar, que eles não dão muita atenção. O pai só vive trabalhando, tudo dele é “tô trabalhando”. A mãe... não sei... acho que ela não tem paciência, ela não consegue. Nem quando ela tá de folga dentro de casa, ela não fica com crianças. Sempre tem alguma coisa pra resolver.

Em nosso encontro, Jane estava com passagem comprada para sua cidade natal. Seu plano era voltar a estudar e seu sonho é ser assistente social. *Agora é estudar, cuidar de meu marido, do meu filho, da minha casa, da oficina e seguir pra frente.*

1.5.9 Cleide

Praticamente eu acho que eu que sou a mãe. Final de semana mesmo, quando eu venho pra casa, nossa senhora! O coração chega apertada.

Foi Jane quem me apresentou a Cleide, a última entrevistada. Jane dorme na casa de Cleide nos finais de semana, no Paranoá (DF), onde ocorreram nossos encontros. Cleide também é de São Francisco (MG). Tem 24 anos, oito irmãs e irmãos, é solteira e está concluindo o curso técnico em enfermagem. Seu pai faleceu quando ela tinha 8 anos e sua mãe é lavadeira. Sua história tem um traçado conhecido: aos 15 anos chegou a Brasília buscando *ganhar dinheiro e mudar de vida*. Uma amiga já estava aqui e a ajudou a conseguir seu primeiro emprego, como babá: *Não tinha outra alternativa, né? Quando eu tinha 15 anos de idade foi o primeiro emprego que consegui arranjar.*

Chegando à capital, destinou-se a cuidar de duas crianças em Águas Claras. Ela contou que, na época, o seu salário era cerca de R\$ 400,00 e a maior parte era enviada a sua mãe. Trabalhava de domingo a domingo, não tinha folga e também não tinha lugar onde pudesse repousar. Seu trabalho de cuidar de filho da classe média brasiliense despertou o ciúme da patroa. Cleide foi demitida por excesso de dedicação ao ofício de cuidadora, pois o neném começara a lhe chamar de “mãe”. *Aí ela não gostou, ela fechou a cara, mas era eu quem*

ficava com ele 24 horas, né! Eu trabalhei lá 3 anos, mais ou menos. Ela ficou muito ciumenta e me mandou embora.

Para conseguir seu atual emprego cadastrou-se em uma agência de babás e realizou os cursos que eram oferecidos, mas foi através da indicação de uma amiga que sua segunda patroa entrou em contato com ela. *Aí eu falei que tinha o curso e que também tinha o curso de primeiros socorros e aí eles ficaram comigo.* Cleide entende que a rede de indicações é decisiva para *arrumar trabalho* na capital. Hoje em dia, trabalha de segunda a sábado, mas volta para casa todos os dias. Sua rotina de trabalho:

Entro 8:15h e saio 18:10h. Eu não durmo, saio todos os dias. E não trabalho domingo. Cuido de uma criança de um ano, lá no Lago Norte. Quando eu chego, a primeira coisa que faço é dar um beijinho no neném. Eu chego e ele ainda está dormindo. Aí preparo o lanchinho dele. Acordo ele, dou banho de sol, aí a gente passeia bastante lá no condomínio. É bem tranquilo porque eu só cuido dele. Lá tem uma senhora que cuida da casa há 27 anos, mas eu que faço a papinha dele. Ela só cuida da casa. Tudo que é dele eu tenho que cuidar. Os dois trabalham, o pai e a mãe. E ele sempre dorme umas 9, 9:30h e acorda as 11h. Aí nesse tempo que ele está dormindo eu faço a papinha, arrumo as coisinhas dele, lavo as roupas. Ele acorda, eu dou a papinha, dou banho, dou um leitinho pra ele dormir e ele dorme até às 16h. Quando ele acorda a mãe chega. O pai me entrega e a mãe pega. No final da tarde o sono dele é mais compridinho, aí eu pego as roupas pra passar.

Nos dias de folga, Cleide faz faxina em sua própria casa, prepara o almoço e depois vai ao salão de beleza. E de noite, *é farra... Eu estudo e ainda tenho tempo livre, saio, vou ao shopping. Adoro uma farra!* Em nossa primeira entrevista, Cleide considerava a opção de ficar nesse emprego até concluir seu curso técnico para depois procurar *algo melhor*. Porém, sua patroa passou a desejar que ela comece a dormir no emprego, mudança que não estava nos seus planos e que ela rechaça.

Agora tá difícil, né? Porque eu acho que ela mudou o horário dela no trabalho, agora tá chegando 19:00 horas. Aí ela quer que eu durma, né? Só que eu não posso deixar de estudar pra ficar com ela. Não dá, não. Porque trabalhar na casa dos outros... Você não sabe o quê que é... Não sabe... Nossa senhora! Às vezes é humilhante, sabe? Tem gente que acha que ter uma empregada, pagar uma empregada, eles acham que tão podendo. Nada contra domésticas, sabe? Mas, cara, é bem humilhante, eu acho. Assim, só pelo fato de você deixar sua família, vir pra cá, aí eu cheguei e as pessoas não dá valor, qualquer coisinha já enche o saco.

Cleide sabe que se sair do emprego vai sentir saudades do Fabinho, mas demonstra sua preocupação em perder-se caso abandone os estudos. Seu projeto de vida inclui preservar o tempo que tem para as projeções construídas sobre si. Demonstra consciência de seus direitos enquanto babá, mas mostra que seu desejo vai além.

Ela falou: “Você podia dar um tempo, trancar sua matrícula aí eu ajudo você a pagar”. Mas eu falei que não tem como, e não tem como realmente! Não tem como trabalhar pra ela, passar do meu horário e não pagar hora extra, e não vou deixar de estudar pra ficar com ela, não tem como. Gosto muito do Fábio, mas... Infelizmente... Não tem como fazer isso. Eu conversei com ela, mas quando eu vou chegando, ela vai saindo. Converso mais com o pai do menino... Ele fica: “Ai Cleide! Dá um tempo porque o Fabinho tá apegado demais com você. Eu vou conversar com a Fabiana [a mãe] pra gente ver o que fazer por você”.

2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CORPO

*Moço, cuidado com ela!
Há que se ter cautela com esta gente que menstrua...
Imagine uma cachoeira às avessas:
cada ato que faz, o corpo confessa.*

Elisa Lucinda

2.1 Considerações sobre o corpo na teoria social: a necessidade da superação do dualismo cartesiano

Em seu trabalho a respeito da atenção dada pela história à concepção dos corpos, Elisabeth Grosz (2000) afirma que tanto o pensamento filosófico ocidental quanto a teoria feminista contemporânea continuam tendo o corpo como um ponto cego conceitual. De acordo com Grosz (2000), como consequência da adoção do par dicotômico *mente x corpo* para tratar do sujeito humano, o pensamento ocidental hierarquiza e classifica-os: “assim, o corpo é o que não é a mente, aquilo que é distinto do termo privilegiado e é outro. É o que a mente deve expulsar para manter sua ‘integridade’. É implicitamente definido como desregrado” (p. 48).

Grosz (2000) apresenta outros pares de oposição que estão associados a essa relação binária, de modo a sustentar a desvalorização da posição mantida pelo corpo. Esses outros pares são razão e paixão, sensatez e sensibilidade, fora e dentro, ser e outro, profundidade e superfície, realidade e aparência, mecanicismo e vitalismo, transcendência e imanência, temporalidade e espacialidade, psicologia e fisiologia. Similarmente a Grosz, Donna Haraway (2009), em seu “Manifesto Ciborgue”, problematiza o pensamento contemporâneo ao discutir a relação entre humano e animal, de um lado, e máquina e humano, de outro (cultura e natureza, artificial e natural), na busca de, sobretudo, questionar essas mesmas dicotomias e borrar as fronteiras existentes entre o corpo do sujeito humano e seus instrumentos tecnológicos ou a animalidade. Carregando de ironias o mito do ciborgue²⁸, Haraway (2009) fala de um ser do capitalismo patriarcal e militar que acopla em si todas essas categorias. Nessa imagem, o mundo do ciborgue “pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas

28 Organismo cibernético, pós-gênero, híbrido de máquina e organismo, criatura da ficção e, ao mesmo tempo, da realidade social vivida e política.

quais as pessoas não temam sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não temam identidades permanentemente parciais e contraditórias” (p.46).

A análise de Bruno Latour (2004) apresenta o corpo como o lugar em que a ambiguidade insiste, em toda a sua sensibilidade. Sua definição o traz enquanto uma “interface que vai ficando mais descritível quando aprende a ser afetado por muitos mais elementos” (p. 39). O corpo, para Latour, é dinâmico, visto que nele registramos e através dele nos tornamos sensíveis ao mundo. A partir da sua noção de *body talks* – as “conversas do corpo” – se faz necessária a superação do dualismo na discussão sobre o corpo para a compreensão de como este é envolvido nos relatos sobre aquilo que faz. Sua proposta dinâmica de definição do corpo é, inclusive, de superar a interminável argumentação entre dualismo e holismo para ver como o corpo aprende a ser afetado.

Para Grosz (2000), a mais relevante das associações é a que opõe homem e mulher, relacionando os pares homem-mente e mulher-corpo de maneira não acidental, mas que se refere à perspectiva central do modo pelo qual se deu o desenvolvimento histórico da filosofia ocidental, preocupada antes com o conhecimento voltado para a razão e a elaboração de conceitos do que com a corporalidade e, portanto, recusando o corpo em detrimento da mente. Em consequência disso é que Haraway (2009) apresenta uma perspectiva em que o mundo de ciborgues também “significa a apropriação final dos corpos das mulheres numa orgia guerreira masculinista” (p.46).

Desde a bifurcação entre alma e natureza realizada por Descartes, o corpo é visto como instrumento mecânico que, ao contrário da mente, funciona de acordo com as leis da natureza. A alma, ou a substância pensante, sem lugar no mundo natural, se ocuparia do conhecimento e da fundação de uma ciência que se pretende indiferente ao sujeito, neutra, impessoal e objetiva. Em suma, afirma Grosz (2000), as ideias defendidas por Descartes tiveram êxito em fundar o dualismo que vincula a oposição *mente x corpo* aos fundamentos do próprio conhecimento, que estaria vinculado à mente em uma posição hierarquicamente superior. Ora, não foram essas as pretensões dos fundadores da Sociologia, primeiramente denominada como “física social”?

Lília Gonçalves Tavolaro e Sérgio Tavolaro (2011) mostram que a ausência do corpo na teoria sociológica justifica-se pelo embate travado pela própria Sociologia em afirmar-se como uma legítima disciplina científica. Entretanto, muitos autores consideraram o corpo enquanto objeto de investigação, tratando-o “como algo exterior à experiência social, como mero receptáculo simbólico, isto é, um depósito de significados cujas origens lhes

é necessariamente externa” (p. 6). Tal abordagem implicou em uma percepção passiva do corpo, que deveria ser domesticado pela cultura e pela sociedade dentro de um processo de socialização.

Nesse sentido, Nízia Vilaça e Fred Góes (1998) argumentam que a Sociologia clássica não desenvolveu o corpo enquanto objeto de estudo, pois esteve focada em questões econômicas e de classe. De acordo com Vitor Ferreira (2009), a partir da perspectiva inaugurada por Marcel Mauss²⁹ em “As técnicas do corpo”, de 1934, foram estabelecidos os parâmetros teórico-metodológicos para o surgimento de um novo campo da análise sociológica, a vertente chamada Sociologia do Corpo, que insere o corpo na história enquanto construção simbólica e social. Tal iniciativa significou um esforço em desnaturalizar o corpo e pensar as diferentes maneiras que cada sociedade se serve dele que, ao mesmo tempo em que aprende e se socializa, também cumpre funcionalidades sociais enquanto um instrumento técnico. Assim, Mauss (1934) revela o corpo em sua dimensão físico-químico, mas contextualizado sociocultural e historicamente.

Jorge Crespo (1990) argumenta que a crise das civilizações e do Estado contribuiu para que o corpo emergisse enquanto um tema de estudo nas Ciências Humanas e Sociais, mostrando que a regularização e a repressão das condutas tinha no corpo um objeto privilegiado para o exercício do controle. Nesse sentido, Vilaça e Góes (1998) defendem que está ocorrendo uma recente valorização da Sociologia do Corpo na medida em que se enxerga a necessidade de reflexão acerca do silêncio corporal imposto pela sociedade cristã e se problematiza o discurso moderno que enxerga o corpo como um instrumento produtor a serviço do capital.

Ao final da década de 60, movimentos individualistas e igualitaristas protestaram contra o legado de estruturas e hierarquias sociais, culturais e políticas que oprimiam e marginalizam corpos e subjetividades. As lutas políticas colocaram o corpo em debate e o usaram como espaço da libertação, ou ainda, da revolução, e assim passaram a usá-lo contra o discurso do poder. Desde então, afirma Jean-Jacques Courtine (2006), o corpo também carrega marcas de gênero e raça, além de classe, que o vinculam ao sujeito e não podem ser suprimidas. Dessa maneira, a concepção do corpo, própria do século XX, de que ele é um constructo social, deve muito ao feminismo acadêmico e militante de colocar-se contra o determinismo e o essencialismo biológico. O movimento feminista dos anos 60 e 70 denunciou publicamente a falta de autonomia das mulheres, dedicando-se a uma elaboração

29 Mauss define as *técnicas do corpo* como “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (2003, p. 401).

teórica na qual a base da organização sócio-política é o corpo e ensinando que a História começa e termina com a apropriação deste (VILLAÇA; GOÉS, 1998). Segundo Susan Bordo (2000), “no centro da ‘política pessoal’ estava a concepção de corpo como algo moldado, tanto materialmente quanto em termos de representações, por ideologias culturais e práticas ‘disciplinares’” (p. 13).

Entretanto, para Grosz (2000), o pensamento contemporâneo, inclusive a teoria feminista, ainda se encontra em estreita relação com o cartesianismo quando se refere ao corpo. A autora determina três situações características em que isso ocorre e define que, na primeira, o corpo é tratado enquanto objeto orgânico, um sistema interligado e instrumental pelas ciências naturais ou como uma extensão material meramente física pelas ciências humanas e sociais. De acordo com a filósofa, as duas áreas compartilham a recusa “do fato de que os corpos constroem, e são por sua vez construídos, por um interior, uma visão psíquica e significativa, uma consciência ou perspectiva” (GROSZ, 2000, p. 58). Na segunda situação, ou “linha de pesquisa”, o corpo é compreendido como uma ferramenta ou um instrumento a serviço da consciência, passivo e alheio ao constrangimento de forças externas que vão discipliná-lo. Por fim, o corpo é visto como veículo de expressão que comunica o que é privado como sensações, afetividades, pensamentos. Recebe informações, as codifica e expressa a sua interioridade.

Norbert Elias, teórico da Sociologia moderna, elaborou o que ficou conhecido como “sociologia processual” por conta de sua teoria dos processos civilizadores, desenvolvida especialmente na obra “O processo civilizador”. Elias (2011) reflete acerca da internalização de coerções morais e das estruturas nas mentes dos indivíduos e das mudanças psicológicas, nos costumes e comportamentos das altas classes do Ocidente europeu que seriam almejadas como exemplos de uma “boa sociedade”. Sua posição teórica acerca da relação entre indivíduo e sociedade é de desconstrução dos modelos conceituais existentes sobre essa relação que comumente partem de visões, a princípio, opostas e marcadas principalmente pela dualidade entre “natureza” e “social”. Aponta para a necessidade de transcender os dualismos sociológicos e elucida a existência de uma rede de funções que as pessoas realizam umas com as outras, isto é, as relações sociais inerentes à presença de uma sociedade que possuem estruturas e regularidades próprias. O autor afirma que essa rede é a própria sociedade e que todas as atitudes, definições, individualizações, diferenciações presentes nos indivíduos, são seus frutos.

David Le Breton, um dos fundadores proeminentes da Sociologia do Corpo, afirma: “o corpo parece explicar-se a si mesmo, mas nada é mais enganoso. O corpo é socialmente

construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna” (2011, p.26). A Sociologia do Corpo deveria se interessar pelas ações da vida cotidiana que envolvem a corporeidade. Esta, por sua vez, deve ser compreendida como um fenômeno social e cultural, motivo simbólico e objeto de representações e imaginários, vetor semântico em que a relação com o mundo é construída.

Tendo em vista que as práticas do corpo não são simples e nem homogêneas e que devem ser compreendidas, como afirma Crespo (2009), no “entrecruzamento dos múltiplos elementos econômicos, políticos e culturais de uma tonalidade” (p. 8), evidencia-se a relevância da reflexão sobre a questão na modernidade. Nesses termos, trata-se de abordar a corporeidade dos diversos atores sociais em suas historicidades e a partir de uma perspectiva que também apresente a articulação de gênero e raça no processo de elaboração social desses corpos modernos.

2.2 As teorias feministas e o corpo

Grosz (2000) debruça-se sobre o feminismo indicando três grupos de teóricas feministas com o objetivo de identificar as características principais da reflexão sobre o corpo em que elas se apoiam. Definidas como feministas igualitárias, Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone e Mary Wollstonecraft, a partir de discussões sobre a maternidade ou o envelhecimento, essas teóricas vão enxergar o corpo a partir de duas perspectivas: em um polo negativo, este é um obstáculo a ser vencido, um constrangimento ou uma limitação a ser superada para o alcance da igualdade feminina. Em um polo positivo, o corpo faz o ser feminino ser dotado de uma percepção especial, inerente às experiências das mulheres e que nenhum homem será capaz de conhecer. Tais concepções levam em consideração o corpo sendo essencialmente biológico e, concomitantemente, alheio ao aprimoramento intelectual e cultural; algo sexualmente limitado e determinado em contraposição a uma mente neutra. Para Judith Butler (2010), nessa linguagem masculinista e falocêntrica, o corpo feminino passa a ser concebido como o negativo do corpo masculino abstrato, inadequado por carregar a potencialidade da maternidade, o que seria a origem da opressão das mulheres.

Consequentemente, Bordo (2000) define que os homens seriam os teóricos culturais do corpo, enquanto as mulheres teriam o corpo. O ausente corpo masculino continua a operar como a norma – científica, filosófica, médica – para todos os outros corpos. Grosz (2000) demonstra como

[...] muitas feministas nesta categoria veem um conflito entre o papel de mãe e o de política ou cidadã. Se a mulher adota o papel de mãe, seu acesso à esfera pública, social, torna-se difícil, se não impossível, e a equidade dos papéis dos dois sexos perde o sentido (p. 73).

É nesse sentido que Judith Butler (2010) também vai criticar a análise de Beauvoir, como sendo “claramente limitada pela reprodução acrítica da distinção cartesiana entre liberdade e corpo” (p. 32).

Assim como as feministas igualitárias, as teóricas feministas contemporâneas marxistas ou psicanalistas, como Julia Kristeva, Michèle Barrett e Nancy Chodorow, vão compartilhar da oposição *mente x corpo*, mas a partir de uma noção do corpo construído culturalmente e que vai representar politicamente a distinção social entre masculino e feminino (GROSZ, 2000). Agora, como a participação em diversas esferas da vida material será compartilhada, as posições vão se diferenciar no domínio da produção e no domínio ideológico, marcando espaços relacionados ao cuidado, à reprodução e à passividade para as mulheres, alocando homens em espaços de produção e intelectualidade ativa – em suma, mais valorizados socialmente. Tais distinções são consequências da educação e socialização que ocorrem de acordo com o gênero e a partir de ideais de feminilidade e masculinidade. Dessa maneira, o feminismo contemporâneo vai admitir que não se trata de questão da biologia, mas a maneira como a sociedade atribui significado aos corpos biológicos é que é opressora às mulheres.

Assim, parte do projeto feminista ocidental contemporâneo busca dar significados e valores culturais diferentes para as diferenças biológicas, defendendo que o sexo está para a natureza assim como o gênero está para a cultura e mostrando a possibilidade da igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, tais lutas políticas estariam dispostas no psicológico, enquanto o corpo, em si, que é a parte que mais sofre no processo de adequação social, não participaria da transformação, pois essa se encontraria na arena privilegiada da mente, ou seja, das atitudes, valores e crenças.

Torna-se fundamental, portanto, considerar o corpo das mulheres em suas dimensões históricas, que definem o cumprimento de diversas funções impostas pelo patriarcado e que o coloca em uma posição de um corpo objetificado que também recebe, em determinados espaços, o lugar da abjeção. Por ser esperado do corpo feminino determinadas performances, este apresenta maior chance de ser objetificado na sociedade capitalista, principalmente quando ocupa um *lôcus* racializado e, por conseguinte, subalterno e com maior possibilidade de se tornar *corpo-abjeto*. Isso ocorre devido à interseccionalidade de raça, classe, sexuali-

dade e gênero que não positiva simbolicamente subjetividades corporais que se inscrevem na história – ou na teoria social – hegemônica ocidental, masculina e branca de maneira inferiorizada.

Um terceiro grupo, integrado pelas teóricas Luce Irigaray, Gayatri Spivak e Judith Butler vai recusar o dualismo *mente x corpo*, desconfiar da dicotomia entre sexo e gênero, enxergar que existe diferença irreduzível entre os sexos³⁰ e se interessar pelos materiais pelos quais vai se dar a construção cultural da subjetividade. Segundo Grosz,

Para elas, o corpo é crucial para a compreensão da existência psíquica e social da mulher, mas não é mais visto como um objeto a-histórico, biologicamente dado, não cultural. Elas estão preocupadas com o corpo vivido, o corpo representado e utilizado de formas específicas em culturas específicas. Para elas, o corpo não é nem bruto, nem passivo, mas está entrelaçado a sistemas de significado, significação e representação e é constitutivo deles. Por um lado, é um corpo significante e significado; por outro é um objeto de sistemas de coerção social, inscrição legal e trocas sexuais e econômicas. [...] O corpo é visto como um objeto político, social e cultural por excelência e não o produto de uma natureza crua, passiva, que é civilizada, superada, polida pela cultura. O corpo é um tecido cultural e produção da natureza. (2000, p. 75).

Estas teóricas vão tratar o corpo como um lugar crucial de contestação e lutas políticas, sexuais, econômicas e intelectuais. Nesse sentido, a concretude histórica traz a necessidade de enxergar os corpos além de suas especificidades biológicas, mas como um lugar de inscrições de várias ordens em um mesmo *continuum* de várias dimensões: masculinos, femininos, gordos, magros, pequenos, grandes, brancos, negros, pobres, ricos, jovem, velho, saudável, moribundo... que vão além de um modelo violento e opressor de corpo ocidental, centrado na figura ideal de um homem, jovem, branco, urbano de classe média. Nesse sentido, reclama-se a afirmação da multiplicidade de existências de corporeidades e subjetividades em seus diversos referenciais. Ao vincular mente e corpo e afirmar a produção social de saberes com a posição que determinado corpo ocupa, Grosz (2000) defende pesquisas que entrelacem o natural com o cultural³¹:

Apenas quando a relação entre a mente e o corpo for adequadamente repensada, poderemos compreender as contribuições do corpo para

30 Aqui, compreende-se que as diferenças sexuais (e raciais) existem e não podem ser ignoradas, embora não sejam universais, ou seja, o corpo não é neutro nem uma tabula rasa biológica, mas um objeto social e discursivo, “vinculado à ordem do desejo, do significado e do poder” (GROSZ, 2000, p. 77).

31 A partir de uma análise que recuse reducionismos, resista ao dualismo e que possibilite o entendimento de uma *subjetividade corporificada* ou de uma *corporalidade psíquica* (GROSZ, 2000).

Ao afirmar a dificuldade em se nomear o feminismo através de um único adjetivo e até mesmo de continuar utilizando esse termo, Haraway (2009) admite como “a consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado” (p. 47). Sendo assim, não existe universalidade natural e, tão pouco, uma inocência essencialista na categoria normativa e excludente (BUTLER, 2010) “mulher” ou em “ser” feminista.

Butler (2010) e Haraway (2009), ambas feministas brancas e ocidentais, têm insistido nessa questão da opressão que o feminismo branco ocidental tem exercido. Nesses termos, “ao longo de cada fissura possível, tem feito com que o conceito de mulher se torne escorregadio: ele acaba funcionando como uma desculpa para a matriz das dominações que as mulheres exercem umas sobre as outras”, afirma Haraway (2009), ao denunciar o silêncio entre as radicais brancas e as feministas socialistas sobre a questão de raça e mostrar que é fundamental a compreensão do que significa ter um corpo que se define na história. Butler (2010) também vai afirmar que a crítica feminista deve ser, ela mesma, autocrítica em relação aos gestos universalizantes do feminismo em uma atenção ao esforço de não identificar a imagem do opressor como singular e global e, assim, acabar incluindo “outras” culturas apenas para indicar um falocentrismo totalizante repetindo o gesto epistemológico imperialista e colonizador das próprias teorias masculinistas que se pretende combater. Quando argumenta a favor da produção de um conhecimento situado e corporificado, Haraway (1995) busca a recuperação da objetividade que só é possível a partir da posição localizada, específica e particular do pesquisador, que é sempre parcial.

2.3 O corpo e a perspectiva racial

De acordo com Jonatas Ferreira e Cynthia Hamlin (2010), durante a história da constituição da sociedade moderna e do ocidente, o discurso civilizador precisou “excluir incluindo e incluir o outro sob o estigma da exclusão” (p. 812). A partir da modernização da sociedade dentro da lógica civilizadora e colonial, surgem discursos científicos legitimadores da expansão capitalista. Esse discurso civilizador (centrado na imagem do homem branco e ocidental) foi fundado ao se colocar em oposição com “o Outro” ou “a Outra”, resultando na produção científica de imagens de alteridades corporais consideradas monstruosas, exóticas e abjetas. A história do pensamento ocidental limitou a humanidade de mulheres e negros/

as e “monstros”, os colocando em proximidade com a natureza e distante do mundo da cultura para controlar e objetificar esses “seres fronteiriços”. Os imaginários sobre o corpo da mulher negra foram marcados por discursos que determinaram e continuam por determinar o seu uso social. Nesse contexto, o corpo negro virou mercadoria a partir de um argumento racial³², que o inferiorizava e permitia tratá-lo como um objeto (FERREIRA; HAMLIN, 2010).

No contexto brasileiro, onde persistiu o mito da democracia racial e a prática do embranquecimento, reivindicar a cor do corpo tem efeitos políticos e ideológicos. Pensar a situação das mulheres negras no Brasil pelas representações de seus corpos é buscar entender como atuam essas práticas sexistas e racistas e as opressões de classe que determinam deslocamentos país adentro. Para Kabengele Munanga (2012, p. 19), “o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade” e, por isto, os atributos físicos da negritude devem ser considerados e afirmados na recuperação da identidade que, por sua vez, não é de ordem biológica, mas refere-se à história comum de grupos que foram vítimas da inferiorização, de tentativas de desumanização e tiveram sua existência cultural negada a partir do olhar ocidental do branco. Afirmar ainda que esse discurso passa necessariamente “pela questão da cor da pele ou do corpo negro e pela cultura, por razões historicamente conhecidas”.

O negro tem problemas específicos que só ele sozinho pode resolver, embora possa contar com a solidariedade dos membros conscientes da sociedade. Entre seus problemas específicos está, entre outros, a alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e consequentemente sua “inferiorização” e baixa estima; a falta de conscientização histórica e política, etc (MUNANGA, 2012, p. 19).

As reflexões metodológicas sobre conhecimentos localizados encontram no debate epistemológico do feminismo negro um importante espaço de discussão. Representante dessa perspectiva teórica, em que o olhar feminista deve estar voltado para as questões de gênero sendo orientado pela perspectiva da raça e da classe, hooks (2005) trata das experiências corporais subjetivas e vividas cotidianamente que são consequências do patriarcado e do racismo que apenas as mulheres negras, em suas corporeidades específicas, vivenciam. Para hooks (2005), a posição privilegiada das mulheres negras leva à compreensão de como a cultura de dominação e anti-intimidade age em nossos corpos. De uma maneira brilhante, hooks declara:

32 No século XIX, o darwinismo social transpôs para as relações sociais a concepção da teoria de Charles Darwin, que tratava das relações ditas do mundo natural e biológico, privilegiando-se, em particular, a ideia de sobrevivência dos superiores pelas chances de adaptação.

devemos lutar diariamente por permanecer em contato com nós mesmos e com os nossos corpos, uns com os outros. Especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são nossos corpos os que frequentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Celebrando os nossos corpos, participamos de uma luta libertadora que libera a mente e o coração (2005, p.11).

2.4. Os estudos subalternos e decoloniais

De acordo com Aníbal Quijano (2005), a dominação e a exploração durante o capitalismo colonial/moderno foram justificadas pela instrumentalização da noção de “raça”, que permitiu a distribuição racista do trabalho e que classifica o atual padrão mundial de poder capitalista. No momento de constituição e colonização da América, a codificação das diferenças fenotípicas entre os grupos dos dominados e dos dominantes foram definidas a partir do surgimento da categoria “raça” enquanto uma referência biológica a essas diferenças, produzindo, assim, novas identidades sociais associadas a novas hierarquias, lugares e papéis sociais (BERNARDINO-COSTA, 2009).

O conceito de colonialidade do poder está associado à “sobrevivência de legados coloniais em tempos modernos” (BERNARDINO-COSTA, 2009, p. 3). Esta noção aponta para o fato de que estruturas hierárquicas do sistema colonial não desapareceram após a abolição formal da escravidão e a independência das nações, mas, pelo contrário, estão vigentes nos tempos atuais, afetando todas as dimensões da vida social como, por exemplo, a sexualidade, a autoridade, a subjetividade e o trabalho (GROSFOGUEL in SANTOS; MENESES, 2009).

Assim, a colonialidade consiste no caráter central do padrão de poder mundialmente dominante, associando trabalho não-pago com a inferioridade racial dos colonizados e conformando a América Latina – onde as classes sociais têm “cor” – como um cenário de intensa flexibilização e precarização do trabalho. Para Quijano (2005), a noção de colonialidade do poder capitalista mundial, a partir da articulação das categorias “raça” e trabalho, permite explicar porque, ainda hoje, negros/as recebem salários inferiores a brancos/as, exercendo a mesma profissão. Nesse sentido, há que se desconectar do paradigma eurocêntrico de modernidade (que defende um ponto de vista unilinear de evolução da história humana) para perceber que ainda temos em nossas sociedades latino-americanas, no cenário capitalista global, o que um dia referiu-se ao modo de produção escravocrata e pré-capitalista.

Joaze Bernardino-Costa (2009) argumenta que a colonialidade do poder não está limitada à associação entre “raça” e trabalho, pois se refere a todo um sistema complexo de estruturas hierárquicas que consideram dimensões de gênero, religiosidade, linguagem e conhecimento. Nesse sentido, trazer tal noção para a análise do trabalho exercido pelas babás esclarece novas reflexões para a visibilidade desse tipo de trabalho doméstico problematizando-o como uma das consequências históricas do colonialismo. Ao mesmo tempo, pensar o trabalho doméstico inserido na arena global, revela porque as mulheres são mais requisitadas no trabalho doméstico e quais são as mulheres que ocupam prioritariamente esse setor (CRENSHAW, 2000).

A partir da perspectiva das vulnerabilidades interseccionais, Crenshaw (2002) também argumenta que elas são, em parte, consequência da divisão Norte/Sul:

[...] a eventual construção racial/étnica de tal divisão, juntamente com seus vínculos com a história colonial, introduz o fantasma da raça ou da cor no nível macro da equação. Portanto, poucas circunstâncias podem ser definidas como livres da raça, mesmo supondo um caso em que nenhum direito humano possa ser explicitamente invocado (p. 185).

Com o intuito de entender o patriarcado para além dos discursos feministas hegemônicos (europeus e branco), a filósofa argentina Maria Lugones (2008) pensa sobre a cartografia do poder global a partir da colonialidade de gênero, propondo um encontro entre dois marcos teóricos: o conceito de colonialidade do poder, de Quijano, com o feminismo das “mulheres de cor”³³ dos Estados Unidos e o feminismo de mulheres do terceiro mundo. Sua intenção é caracterizar o sistema de gênero colonial/moderno tanto em traços gerais quanto em sua concretude detalhada e vivida. Esse ponto de vista permite enxergar a extensão e a profundidade histórica da imposição colonial e, desta forma, perceber seu alcance destrutivo. Nesse sentido, o entrecruzamento entre raça, gênero e trabalho reservou o trabalho assalariado quase exclusivamente aos homens europeus e brancos – o que coloca a questão do trabalho doméstico no Brasil na pauta analítica da colonialidade do poder.

33 A expressão *mujeres de color* (traduzida aqui como “mulheres de cor”) surgiu nos Estados Unidos, tendo sido proposta por mulheres vítimas de dominação. Lugones afirma: “*no se trata simplemente de un marcador racial, o de una reacción a la dominación racial, sino de un movimiento solidario horizontal. Mujeres de color es una frase que fue adoptada por las mujeres subalternas, víctimas de dominaciones múltiples en los Estados Unidos. “Mujer de Color” no apunta a una identidad que separa, sino a una coalición orgánica entre mujeres indígenas, mestizas, mulatas, negras: cherokees, puertorriqueñas, sioux, chicanas, mexicanas, pueblo, en fin, toda la trama compleja de las víctimas de la colonialidad del género. Pero tramando no como víctimas, sino como protagonistas de un feminismo decolonial. La coalición es una coalición abierta, con una intensa interacción intercultural*” (LUGONES, 2008, p. 75).

Associadas aos vários tipos de opressão, a condição das trabalhadoras domésticas no Brasil – aqui, especificamente, das babás –, traz um privilegiado ponto de vista para o entendimento de experiências corporais subjetivas distintas e o reconhecimento de diferentes mecanismos de dominação, o que leva a teórica pós-colonial Gurminder Bhambra (2007) a indicar: “*standpoint epistemologies are defined not merely by their concern to document or explain relations of oppression, but also to transcend them*” (2007, p. 30).

Nesse momento, cabe trazer à tona a teórica indiana Gayatri Spivak³⁴ (in HOLANDA, 1993, p. 193): *nesse espaço do pós-colonial, qual é especialmente o espaço da mulher?* Problematicar e se debruçar sobre a história das babás na atualidade, a partir da noção de colonialidade do poder e de gênero, subsidia uma reflexão crítica acerca do “mito da democracia racial brasileira”, como uma ideologia ou um mecanismo legitimador de uma pretensa burguesia nacional que “mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros” (QUIJANO, 2005, p.19) e que “exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra” (GONZALEZ, 1980 p. 228). Há que indagar como a imagem da mulher negra é construída a partir desse mito e como ela ora é integrada, ora é excluída da história da formação da cultura brasileira. Assim, pensar a situação das trabalhadoras domésticas, pela noção de colonialidade, consiste em uma busca pela compreensão das hierarquias e da situação precária que as mulheres negras enfrentam em relação ao atual mercado de trabalho, ainda em um *lôcus* herdado do passado escravocrata.

Torna-se possível, portanto, concluir, que os nossos corpos são espaços de poder. Assim, a transgressão da concepção dual da realidade está na consideração dos corpos enquanto objeto de estudo da teoria social e da libertação da condição de todo tipo de opressão e desigualdade que os mesmos encerram quando as suas múltiplas identidades não são levadas em conta quando se estuda a vida social sem questionar a manutenção dessas fronteiras epistemológicas hegemônicas e as posições marcadas por gênero, raça, classe, entre outras na sociedade. Afinal,

[...] precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1995).

34 É necessário esclarecer que a teoria da decolonialidade não é a mesma que a da pós-colonialidade, mas há aproximações entre ambas, o que permite que as intelectuais indianas Bhambra e Spivak seja aqui mencionada junto com representantes latino-americanos da primeira.

Trazer o corpo para a discussão sociológica é entender a realidade dinâmica e viva em que os sujeitos estão em movimento e articulados, são influenciados e afetados, inscrevem e impõem-se.

3. MULHERES NEGRAS E O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

*[...] Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria [...]*

Milton Nascimento

Em “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária”, Marilena Chauí (2000) mostra que estão conservadas as marcas da sociedade colonial escravista em que as divisões sociais aparecem como inferioridades naturais (mulheres, negras/os, índias/os) e “essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais” (2000, p. 90). Chauí argumenta que uma das características da “cultura senhorial”, que permanece atualmente, é a do emprego do trabalho doméstico como signo de prestígio e poder.

[...] – por estar determinada, em sua gênese histórica, pela “cultura senhorial” e estamental que preza a fidalguia e o privilégio e que usa o consumo de luxo como instrumento de demarcação da distância social entre as classes, nossa sociedade tem o fascínio pelos signos de prestígio e poder, como se depreende do uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição (o caso mais corrente sendo o uso de “doutor” quando, na relação social, o outro se sente ou é visto como superior e “doutor” é o substituto imaginário para antigos títulos de nobreza), ou da manutenção de criadagem doméstica, cujo número indica o aumento (ou diminuição) de prestígio e de status, ou, ainda, como se nota na grande valorização dos diplomas que credenciam atividades não-manuais e no consequente desprezo pelo trabalho manual, como se vê no enorme descaso pelo salário mínimo, nas trapaças dos cumprimentos dos insignificantes direitos trabalhistas existentes e na culpabilização dos desempregados pelo desemprego, repetindo indefinidamente o padrão de comportamento e de ação que operava, desde a Colônia, para a desclassificação de homens livres pobres (CHAUÍ, 2000, p.92).

A autora também mostra como a invenção do Brasil foi construída a partir da ideia de “uma terra abençoada por Deus e bonita por natureza³⁵”, cuja raiz data de 1500. Aqui

35 Referência à música *País Tropical* (1969), de Jorge Ben.

a natureza se faz bondosa, como “um seio de mãe a transbordar carinhos”³⁶ ao filho que deve desbravá-la. A forte presença dessa representação que relaciona a natureza ao corpo feminino a partir do ato de acolher e acarinhar com o corpo oculta fortes contradições e tensões relacionadas às imagens das mulheres na sociedade brasileira, principalmente no que concerne ao corpo feminino negro. Será discutido neste capítulo o peso sobre as mulheres negras tanto de estereótipos do corpo nacional como exótico e selvagem, quanto do corpo da “mãe preta” terna que, no Brasil, teria amaciado a violência da escravidão. Em ambos os casos, as mulheres negras estão limitadas ao corpo e não são percebidas como realmente são, mas despojadas “da condição de sujeitos sociais e políticos”. Chauí argumenta que ao lado de uma imagem positiva imaginária há o silêncio sobre as contradições de uma sociedade que pratica o *apartheid* social. Assim, seríamos um povo sem preconceitos que nasceu da mistura de raças e que tem na miscigenação a origem da alegria de cantar a vida, mesmo quando ela é sofrida.

Ainda neste capítulo, reflito sobre a figuração da babá na atualidade, pensando-a a partir da historiografia brasileira e das análises sobre a interseccionalidade de raça, gênero e trabalho doméstico desde o trabalho das amas-de-leite. Ao final, elaboro e apresento a discussão teórica sobre as categorias corpo-afeto, corpo-objeto e corpo-abjeto.

3.1 Trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho

Tradicionalmente, o trabalho doméstico estabelece-se em relação à afetividade, à manutenção do lar e aos cuidados com a família e os filhos. É construído socialmente como o trabalho feminino, realizado em nome do amor e da dita natural disponibilidade materna. O trabalho doméstico é definido no “Dicionário crítico do feminismo”, pela socióloga francesa Dominique Fougereyrollas-Schwebel (2009), como “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família conjugal e parental – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (p. 257).

Embora o trabalho doméstico seja considerado “como algo que toda mulher deveria saber, especialmente as mulheres oriundas das classes baixas” (BERNARDINO-COSTA, 2011, p.69), é importante destacar como as babás entrevistadas falam do aprendizado da tarefa de cuidar de crianças, ocorrendo junto à outra mulher da família, na situação de cuidar dos irmãos, por exemplo, no primeiro emprego ou, como ocorre com as babás mais jovens, em uma instituição

36 Referência ao poema *A Pátria*, de Olavo Bilac (1865-1918) em que ele escreve: “A natureza aqui perpetuamente em festa / É um seio de mãe a transbordar carinhos”.

como a agência de trabalho. Ou seja, não há uma dimensão instintiva e biológica que se sobreponha às representações culturais e sociais. A partir das falas das babás, me deparei também com outro aspecto típico do trabalho doméstico no Brasil, que é ele estar diretamente relacionado com a exploração do trabalho de crianças oriundas de famílias pobres, que serão “criadas” em uma evidente relação de exploração de gênero, raça e classe. Perguntei às babás com quem elas aprenderam a cuidar e nenhuma delas afirmou que “nasceu sabendo”. Cleide me respondeu: *No olhar. Eu aprendi, olhando as pessoas*. Ela também disse que, na busca por emprego em Brasília, realizou um curso em uma agência de babá:

Eles ensinavam a forma de pegar o bebê. Há uns dois anos pra cá eu tive que me alistar na agência pra conseguir emprego. Aí eles dão esse cursinho, ensina a dar banho, essas coisinhas... acho que foram uns dois dias de curso, foi bom. Mas eu não consegui o emprego por lá, foi através de uma amiga minha que também é babá e indicou pra mim. Aí eu falei que tinha o curso, tinha o curso de primeiros socorros também. Aí eles ficaram comigo. (Cleide).

Bárbara apontou o papel que teve sua avó materna nesse aprendizado:

Aprendi com a minha avó. Minha mãe largou 7 com ela, minha tia largou 3, minha outra tia largou mais 3. Ao total minha avó cuidou de 13 crianças ao mesmo tempo e nunca deixou de olhar pra nenhuma. Ela era lavadeira, lavava roupa pra sobreviver, e lavava no rio. Eu lembro que minha avó acordava de madrugada pra lavar roupa e eu ia com ela. Foi lá que aprendi a nadar, de madrugada no rio. Ela cuidava de todos nós, no final do dia ela chamava as meninas, dava banho nas meninas com uma bacia grandona, trocava a roupa de tudinho, penteava o cabelo, fazia os cachinhos, tranças. Depois era a vez dos meninos. Na hora de comer, a mesma coisa, ela fazia pra todo mundo. Quando a minha irmã mais velha ficou maiorzinha, aí ela assumiu essa responsabilidade. Depois eu. Minha avó não deixou ninguém largado, nunca me faltou uma alimentação morando com ela. (Bárbara).

Ana elaborou:

Em casa mesmo, cuidando dos meus irmãos. [...] Minha mãe precisava trabalhar e ficou trabalhando como zeladora de escola e meu pai na roça. Ela também sempre ia ganhar neném e como a gente morava no interior distante ela ia e eu ficava em casa cuidando deles. Com a dificuldade a gente aprende tudo. (Ana).

Assim como Ana, Sandra contou que também aprendeu a cuidar com sua mãe.

Aprendi com minha mãe, que teve 15 filhos depois de mim, eu sou a mais velha. Minha mãe morreu com 48 anos e todo ano teve um filho. Ajudei a criar os filhos dos meus tios também. Aí fui aprendendo a fazer chazinho, mingau, dar na mamadeira. (Sandra).

Entretanto, Sandra destacou que, como começou a trabalhar aos 12 anos, a primeira patroa exerceu papel fundamental na sua vida: *Ela é tudo na minha vida, ela foi uma mãe pra mim*. Apesar da realidade do trabalho infantil, a babá destacou a grande estima que tem por essa patroa, pois foi ela *a única* quem lhe ensinou.

A Maria Luzia disse assim: “Dona Flor, a senhora não quer me dar a Sandra pra mim trabalhar com ela e não sei o quê, eu to precisando de cuidador da Heloísa e do meu neto”... Menina! Aí a minha avó: “Então Sandra, você vai trabalhar e ganhar por mês, ela vai te ensinar e tudo”. Foi a única que me ensinou a escrever meu nome. Foi ela. Ela fazia bem apagadinho e eu cobria por cima, só. Mas ela nunca me botou no colégio. Nunca. E aí também fui desgostando. Mas eu trabalhei, ela que me ensinou a fazer tudo de emprego doméstico, foi ela que me ensinou o que é um rodo, a cozinhar, passar a roupa.

[...]

Minha patroa me dava roupa e calçado, mas dinheiro não. Me dava vestido e calçado, mas dinheiro ela não me dava até porque ela não tinha muita condição. Mas ela me ensinou a cozinhar. Foi a única patroa que me ensinou a cozinhar. Eu nem sabia nem o que era rodo e ela me ensinou tudo. Eu adoro ela. Minha primeira patroa. (Sandra).

De maneira semelhante, Jesus, que iniciou no trabalho doméstico aos 9 anos de idade, também contou que aprendeu a cuidar com sua primeira patroa.

Essa primeira mulher que eu fui era muito paciente e me ensinou varias coisas boas, cuidar de menino, a trocar, colocar fralda, limpar direito. Aí fui aprendendo com ela, fui pegando o jeito e pronto. (Jesus).

Vanda, que começou no emprego doméstico aos 13 anos, esclarece:

Aprendi vendo e as pessoas me ensinando onde eu trabalhava. E a gente sempre teve muita criança na infância, as amigas da minha mãe. Mas a gente aprende mesmo com o pessoal que vem ensinar. Hoje em dia tem até curso pra babá. Eu nunca fiz, mas eu tenho uma amiga que primeiro teve que fazer esse curso pra poder começar a trabalhar. Mas eu aprendi com a vida. (Vanda).

Em um estudo inaugural sobre emprego doméstico no Brasil, a socióloga e feminista brasileira Heleieth Saffioti (1978) se interessou pelos “delicados problemas teóricos descortinados pela presença da mulher nos empregos domésticos em formação social capitalista, onde persistem formas de trabalho marcadamente não-capitalistas” (p. 16). De fato, Saffioti mostra que o trabalho doméstico nos países desenvolvidos é realizado por donas-de-casa na forma de trabalho doméstico gratuito. Entretanto, nos países subdesenvolvidos, há a presença dos serviços domésticos remunerados, que desempenham papel importante na economia nacional. Essa constatação, para Saffioti, sugere a necessidade de estudos sobre a ocupação da trabalhadora doméstica.

Grande parte da bibliografia especializada indica que, a partir da década de 1970, o contingente de mulheres no mercado de trabalho no Brasil aumentou rapidamente. Entretanto, esses estudos raramente apresentam análise que visibilize inserções diferenciadas, como a situação das mulheres negras e o peso do racismo nesse processo. Nesse contexto, muitas contradições apontadas como novos problemas sociais já eram vividas por grande parte das mulheres negras, em sua maioria das camadas empobrecidas: desigualdades salariais, falta de creches públicas, situações de assédio, jornadas extensas. Da mesma maneira, estas mulheres, pouco se beneficiaram das conquistas relacionadas ao trabalho para as mulheres brancas de classe média.

De acordo com a historiadora e poeta negra Beatriz Nascimento (NASCIMENTO, 1976 in RATTIS, 2006) é necessário estabelecer comparações entre a mulher branca e a mulher negra, pois a mulher negra sempre trabalhou e isso nunca foi sinônimo de emancipação e, por conta dos resíduos do nosso passado colonial, ela permanece ocupando espaços similares aos de suas antepassadas, ou seja, os precários empregos domésticos, nas zonas urbanas ou os trabalhos no campo. De forma geral, para se compreender o atual quadro da desigualdade racial e pobreza no Brasil, é necessário levar em consideração a exclusão das mulheres negras, amas-de-leite, amas-secas, trabalhadoras domésticas e babás e dos/as seus/suas filhos/as e da população afro-brasileira dos projetos nacionalistas que foram conjecturados. Sobre esse ponto, o economista Mario Theodoro (2008) afirma que

[...] com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades (2008, p. 27).

Ao tratar do cenário brasileiro atual, Matilde Ribeiro (2008), intelectual e militante dos movimentos negro e feminista, avalia: “obtivemos avanços na agenda política? Sim, muitos!! Porém, não o suficiente para destruir as mazelas deixadas pela escravidão e pela abolição inacabada” (p. 988). Nesse sentido, a atual luta das trabalhadoras domésticas em conquistar direitos consiste em formular um novo discurso sobre o trabalho exercido, rompendo com o discurso hegemônico e dominante em circulação, que desvaloriza seu serviço, marginaliza e fere sua dignidade. Afinal, é um trabalho inserido em estruturas de poder e privilégios que há muito tempo vêm enquadrando essas mulheres em subalternidades que articulam opressões de gênero, raça e classe.

3.2. A transição da ama-de-leite à babá

[...]

*Nas contas do meu rosário eu vejo rostos escondidos
por visíveis e invisíveis grades
e embalo a dor da luta perdida nas contas do meu rosário.*

Nas contas de meu rosário eu canto, eu grito, eu calo.

*Do meu rosário eu sinto o borbulhar da fome no
estômago, no coração e nas cabeças vazias.*

*Quando debulho as contas de meu rosário,
eu falo de mim mesma em outro nome.*

*E sonho nas contas de meu rosário lugares, pessoas,
vidas que pouco a pouco descubro reais.*

*Vou e volto por entre as contas de meu rosário,
que são pedras marcando-me o corpo-caminho.*

[...]

Conceição Evaristo

3.2.1 A ama-de-leite em relatos de viajantes

No cenário do Rio de Janeiro, território urbano de maior concentração de escravos do mundo moderno³⁷ (ALENCASTRO; NOVAIS, 1998), viajantes testemunharam a vida de mulheres no Brasil, entre 1801 e 1900. Seus relatos foram organizados pela historiadora Miriam Moreira Leite no livro “A condição feminina no Rio de Janeiro: Século XIX” (1984) e percorrem sobre os espaços ocupados por elas à época. Recorrer a esses relatos – que podem

³⁷ Sobre este ponto, Alencastro (1998) esclarece que o escravismo moderno, principalmente o brasileiro, estava baseado em indivíduos de mesma origem e raça, diferente de outros lugares.

apresentar-se como contraditórios e ambivalentes – como fonte para uma pesquisa interpretativa acerca das relações sociais exige atenção tanto aos referenciais culturais e ideológicos, quanto aos interesses do estrangeiro europeu. Maria Isaura Pereira de Queiroz (in LEITE, 1984) alerta que tais relatos não são suficientes para esclarecer tal modo de vida, sobretudo das mulheres negras, visto que estas constituíam o mais exótico dos aspectos para os viajantes. Contudo, apesar dessas ressalvas, as informações veiculadas são esclarecedoras para investigações do impacto dessas representações – muitas delas ainda vigentes atualmente e que reafirmam estereótipos e preconceitos – quando as convergimos com outras fontes de dados.

Nesses relatos, pesava sobre a mulher branca o julgamento de ser ociosa e desprezar o trabalho manual ou qualquer tipo de ocupação, além de se inserir no ideal da reclusão. Por sua vez, era a mulher negra quem realizava o trabalho, ou o “trabalho sujo”. No segundo volume de “História da Vida Privada no Império”, o historiador Luiz Felipe de Alencastro (1998) nos conta que o aluguel de amas-de-leite era prática comum da família oitocentista no Brasil, significando uma atividade econômica importante nas cidades. Narrativas sobre as amas-de-leite mostram que elas tornavam pública a “prosperidade da casa”. Para os comerciantes da cidade, a ama-de-leite representava um “luxo insolente”. Porém, essa presença era vivenciada de maneira ambígua, pois ela também era vista como elemento desvirtuador dos filhos da elite branca (GIACOMINI, 2013; SHUMAHAR; VITAL BRAZIL, 2007).

Em 1853, Charles Expilly (EXPILLY, 1862 in LEITE, 1984), pequeno comerciante inglês, descreveu que as mulheres negras negociavam “a existência dourada” da ama-de-leite e que almejavam desde cedo a gravidez e os privilégios de roupas novas, relações importantes, cuidados, atenções, um lugar na casa rica, dedicação por parte da cozinheira e, inclusive, de sua senhora, tudo para garantir a boa qualidade de seu leite. Esse tipo de relato colocou-as em lugar de mercenárias e insensíveis, ignorando os dramas íntimos, o transtorno e, ainda, a brutalidade do momento de separação da/o filha/o biológico. Evidentemente, a tarefa da ama-de-leite exigia a separação de sua prole. Raramente tinham a permissão de amamentar seus filhos junto aos dos senhores brancos, sendo levadas a abandoná-los nas rodas dos asilos, às vezes convencidas, antes da Lei do Ventre Livre de 1871, de que agindo assim as crianças cresceriam livres.

Em 1874, o médico Francisco Moura declarou:

[...] a ama escrava, quando é alugada, não leva em sua companhia o seu filho; ela é obrigada pelo seu senhor, a fim de dar um aluguel maior, a abandoná-lo, portanto ela vai contrariada e odeia a família que a aluga,

e principalmente a inocente criança a quem ela vai fazer às vezes de mãe!” (MOURA, 1874, p.26 in KOUTSOUKOS, 2009, p.306).

Por fim, Shuma Shum Maher e Érico Vital Brazil (2007) apontam para as consequências da casa-grande para a população negra ao longo da história brasileira, que se traduzem na negação dos filhos das mulheres escravizadas, na alta taxa de mortalidade de seus bebês e no esquecimento e marginalização desses indivíduos.

3.2.2 A ama seca ou a mãe preta e o discurso médico higienista

A historiadora Mary Del Priori (1993) indica dois discursos que visavam a “domesticação” das mulheres no período colonial: primeiro, o discurso normatizador religioso da Igreja, que controlava corpos, condutas, hábitos e defendia valores; segundo, o discurso normativo médico, dando força ao religioso e assegurando que, de acordo com a ciência, a função da mulher era a procriação. Nesse sentido, a imagem da mulher de elite era reclusa e submissa, a mãe-ideal, se diferenciando da mulher promíscua de classe subalterna, que era, geralmente, negra, mulata ou indígena.

Jurandir Freire Costa (1983) investiga como os resultados da educação higiênica e da ordem médica disciplinadora produziram a norma familiar que se impôs na passagem do Brasil Colônia para o Brasil República. De acordo com Costa (1983), o desenvolvimento urbano estava em relação direta com a higienização das famílias e a política da medicina social estava dirigida a controlar o tempo dos indivíduos e regulamentar condutas corporais, sentimentais e sociais. Ao mesmo tempo, um tipo corporal específico foi eleito para representar a “superioridade” biológico-social do corpo da família burguesa branca, colaborando na própria formação do projeto de um *ethos* burguês, em nome de uma higiene de cunho racista e preconceituosa.

Como o discurso médico se dirigia à família de elite, pressupondo a existência de um “cidadão perfeito, livre e trabalhador” (p. 121), a presença do escravo colocava empecilhos ao projeto higienista. Naquele momento, ocorre o que Costa (1984) aponta como uma inversão do valor do escravo: “de ‘animal’ útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se ‘animal’ nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi, deste modo, garantido” (p. 121). A prática da ama-de-leite passou a ser condenada, mas não porque o aluguel e a exploração econômica da atividade de amamentação de filhos ilegítimos levavam à multiplicação do abandono e morte das crianças negras, mas porque, agindo assim, as famílias brancas estariam expondo suas/ suas filhas/os aos cuidados de amas deprimidas, contrariadas e inaptas e ao contato familiar

com negras/os. As amas-de-leite foram massacradas pelo higienismo que as atacava enquanto relapsas, preguiçosas, cruéis, contrariadas, de leite estragado ou corpos transmissores potenciais de doenças. As doenças passavam pelo leite da ama assim como aspectos culturais e hábitos morais do povo negro. A mulher branca entrou, então, no cenário da amamentação para proteger o bem-estar e educar suas crianças brancas.

De acordo com Alencastro,

[...] pouco a pouco o costume das amas-de-leite de aluguel declina, e o médico, baseado em uma nova especialidade – a puericultura –, intervém cada vez mais no cuidado dos bebês, em detrimento das práticas e da autoridade materna” (1998, p.65).

A apropriação masculina de atividades e ofícios das mulheres, referenciada pelo discurso científico e positivista, somado ao “projeto da santa-mãezinha” (DEL PRIORI, 1993) da Igreja Católica, passa a defender a alimentação dos bebês no próprio seio – branco e limpo – da mãe, justificada pelo carinho, generosidade e amor materno, ao invés do “leite mercenário da africana”.

Rita Segato (2007) argumenta que o higienismo aparece como um olhar de fora para uma elite que pretende a modernização e ocidentalização do Brasil. Contudo, as famílias não conseguiram abrir mão de todos os serviços da ama-de-leite, apesar das pressões higienistas, e buscaram soluções para conciliar a criada e os cuidados com a saúde. Nesse momento ocorreria o “deslizamento” da ama-de-leite para a ama seca como mãe substituta, desenhando as babás como uma espécie de manutenção do privilégio perante a ausência de solução do Estado para o cuidado de crianças.

Na verdade, pouco ou nada sabemos do ponto de vista das amas-de-leite ou da ama seca e de suas histórias, emoções e relações. Lélia Gonzalez (1980), uma das maiores referências da literatura acadêmica feminista negra no Brasil, constata, a partir da figura da *mãe-preta* das obras de Gilberto Freyre, que esse é um dos únicos momentos em que a mulher negra é “vista como figura boa e vira gente”.

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos E nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí fora? É a

mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto bá, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe preta” é a mãe (1980, p. 235).

3.2.3 A babá no presente

É possível afirmar que existe um esforço estratégico em suprimir, borrar e substituir a escravidão e suas personagens em nossa história. Ao tratar desse tema, questionou Segato: “onde estão os negros e onde está a babá?”. Parece não importar, apesar de sabermos que o lugar dela, no imaginário racista, é a periferia; ela é a negra anônima e é “natural” que seja a faxineira, cozinheira, criada, prostituta, mulata rainha do samba, devassa, doméstica, mãe preta, escrava... são variados os termos para o mesmo sujeito. Atualmente, a trabalhadora doméstica é a “mucama permitida” de que nos fala Gonzalez (1980), um corpo anulado em sua identidade e que ocupa um lugar racializado vinculado ao seu passado escravizado. Ou seja, há uma continuidade do corpo-escravo para o corpo-produtivo, ainda que esse tenha permanecido fora das leis que garantem os direitos das demais categorias do trabalho livre.

Escassa é a literatura que toca no tema da ama-de-leite. Foram encontrados trabalhos de campos disciplinares diversos como: artes (KOUTSOUKOS, 2009), antropologia (DEIAB, 2006), antropologia visual (QUINTAS, 2009), literatura (RONCADOR, 2008; 2007) e história (DEL PRIORI, 1993; GIACOMINI, 2013). Entretanto, consonante com as observações de Segato, análises não são encontradas nesses trabalhos sobre os tipos de relações derivadas da prática da maternidade transferida³⁸, principalmente no que tange à apreensão de uma fala negra a respeito, o que “destoa com a enorme abrangência e profundidade histórica desta prática e o seu forçoso impacto na psique nacional” (SEGATO, 2007, p.148).

É possível afirmar ainda que, mesmo quando a maternidade é pensada pela perspectiva feminista, a babá é raramente nomeada. Novamente, na vertente que estuda o trabalho doméstico, o caso das babás – trabalho que apresenta especificidades como demanda de maior envolvimento corporal e afetivo, residência no mesmo local de trabalho e jornadas diferenciadas – ainda que esteja nessa categoria, vem sendo pouco investigado. Há que se estranhar o silêncio sobre esse fenômeno social e as persistências das representações que aprisionam os corpos das mulheres

38 O conceito de “maternidade transferida”, de Suely Costa (2002), trata de práticas históricas em que mulheres delegam as responsabilidades do espaço doméstico a outras. “Essa transferência atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais”, afirma Costa (2002, p. 303).

negras, pois é pela imposição da invisibilidade que o capitalismo, o racismo e o sexismo agem, reciclando ideologias. Assim, observa-se o apagamento, a forclusão, da existência dessa mulher da história das crianças brasileiras e da formação de suas subjetividades e identidades.

3.2.4 O combate às diferenciações: a PEC das Domésticas e o caso dos uniformes

A PEC das Domésticas, como ficou conhecida a proposta de emenda à Constituição que garante à classe das trabalhadoras domésticas todos os direitos dos/as demais trabalhadores/as regidos/as pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda não entrou em vigor, mas já provoca muitas discussões. Movimentos sociais e sindicatos afirmam que esse é um passo histórico na superação de injustiças que afetam, especialmente, as mulheres negras brasileiras, pois, historicamente, da ama-de-leite às babás, o trabalho doméstico no Brasil está intrinsecamente associado à questão das opressões e subalternidades de gênero e racial. Em entrevista à Central Única do Trabalho (CUT), Benedita da Silva, relatora da proposta que deu origem à PEC das Domésticas, ex-doméstica e primeira deputada negra eleita para o Senado Federal, em 1994, lamentou:

Desde 1888 quando foi decretada a Lei Áurea no Brasil, foram as mulheres negras que seguraram a economia doméstica. Na verdade, estavam livres, mas sem emprego, sem escola, sem moradia, sem lugar para colocar seus filhos. Esse é uma história muito perversa e cruel porque aprenderam na casa grande que tinham de cuidar dos filhos da sinhazinha, com amor e carinho, enquanto seus filhos eram vendidos. Isso foi uma coisa que dinheiro nenhum paga. Evidentemente, essa cultura ficou na sociedade brasileira. Então, todas as vezes que a trabalhadora doméstica vai buscar os seus direitos, o empregador tenta minimizar essa luta, dizendo que as tratam bem, que é uma pessoa da família. Mas essa pessoa da família é relegada a um verdadeiro cubículo, com uma jornada sem hora para acabar, sem folga semanal e remuneração adequada, férias, 13^o.³⁹

Concomitantemente, a PEC das Domésticas foi alvo de críticas da imprensa conservadora brasileira e de alguns/algumas empregadores/as, que argumentam que o serviço ficará muito caro e que esse impacto financeiro nas famílias de classe média causará desem-

39 Disponível no site: <<http://www.cut.org.br/acontece/23005/em-entrevista-a-cut-deputada-federal-benedita-da-silva-pede-aprovacao-imediata-da-pec-das-domesticas>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

prego. Em entrevista⁴⁰ ao site Agência Brasil, o sociólogo Bernardino-Costa, sobre o tema da nova legislação, afirmou que

[...] criticar a ampliação de direitos da categoria sob o argumento de que vai encarecer as contratações é recorrer a um discurso “eticamente insustentável, encharcado de herança escravagista, baseado na exploração principalmente de mulheres negras” [...].

Embora a lei ainda não tenha sido aprovada, a partir das babás entrevistadas foi possível constatar que em alguns casos mudanças já estão sendo implementadas, como no caso de Jane, que mesmo dormindo no trabalho agora tem sua jornada regulamentada em 8 horas.

Antes dessa lei, era horrível! Você era obrigada, né? Tipo assim: eu trabalho lá e eu durmo, então eu tô o dia todo pra trabalhar, né? Agora não! Com a nova lei tá uma maravilha. Você tem horário pra tudo. E passando dessa carga horário de 8 horas, é hora extra. Eu trabalhei mais de 3 anos da minha vida praticamente de graça, porque eu dormia, né?! Se saíam eu ficava com o menino, eu tava lá pra isso, né? Então eu era obrigada. Mas hoje não, é diferente! Hoje eu entro meio dia... Então, mesmo eu estando lá, dormindo lá, de manhã eu não faço nada, eu resolvo outras coisas. Aí é de meio dia às 19:30h e, depois desse horário, é hora extra e a patroa paga tudo certinho. E agora, como as crianças estão de férias, eu to trabalhando direto e com hora extra! Nossa, essa lei foi tudo de bom! [risos]. (Jane)

A satisfação de Jane com a regulação de sua jornada de trabalho e, consequentemente, com o tempo que tem para si é contraponto à opinião das/os patroas/ões. Obviamente, sem a lei, seu trabalho permaneceria invisibilizado.

Eles falam que essa nova lei está tirando eles do sério. Pra gente ficou melhor, mas para eles ficou ruim porque às vezes eles querem sair, ficar até mais tarde na rua pra fazer alguma coisa, e agora não tem como, têm que voltar correndo pra casa. Antes eles determinavam o horário, mas agora não, com a nova lei não. Agora é tudo combinado direitinho. (Jane).

Jesus entende que a lei *mexeu muito com eles* [as/os empregadoras/es], e que *eles não acharam bom não*, mas ela sabe a importância da nova legislação para as trabalhadoras domésticas: *porque antes tinha patrão que pintava e bordava com as empregadas. Hoje é diferente, entendeu?* Jesus também vem sendo beneficiada pela PEC:

40 Site: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-27/criticar-pec-das-domesticas-e-recorrer-discurso-da-heranca-escravagista-diz-professor-da-unb>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

Eu gostei, pra mim foi bom por um lado que agora tenho mais folga. Se eu ficar feriado ela me paga. Eu acho que pode melhorar a vida das babás. Tem muita babá que não recebia sábado e domingo. Agora recebe. No feriado recebe. (Jesus).

Nesse sentido, Cleide também é uma das babás que participa desse momento de transição e apontou para as transformações positivas que a “nova lei” proporciona:

Essa nova lei que tá uma polêmica, né?! Nossa! Eu tô adorando! Na hora de sair é sempre marcando pontinho! Hora extra, tudo! Eu faço bastante hora extra! Vamos supor, na segunda, eles chegaram em casa 7 horas da noite, aí eu vou só contanto as horinhas. Na sexta eles me perguntaram se eu podia ficar, eu disse: “posso, claro que eu posso!”. No sábado? Posso, sem problema! Melhorou bastante! Tem patrões que exploravam os funcionários. Praticamente abusavam. A pessoa não tinha horário pra sair. Agora com a nova lei mudou totalmente. Agora eles estão respeitando mais. (Cleide).

Cleide também está satisfeita com o tempo que tem para si, para lazer e com possibilidade de estudar: *Com certeza estou satisfeita. Eu estudo e tenho tempo livre, saio, vou ao shopping. Adoro uma farra.* As mudanças são sentidas por Carla: *pra mim veio a favor porque eu tava trabalhando muitas horas a mais que não estavam sendo pagas pra mim, então isso veio só a melhorar.* E, ainda, por Vanda:

Eu já recebi muito sapo de algo que não tava terminado porque não dava tempo senão eu ia perder meu ônibus e isso eu já saí as 21h de serviço. Aí eu achei muito bom em relação à lei por causa dos horários, foi o que eu achei mais legal. Porque você cansa, isso de não poder tirar o intervalo, trabalhar toda vida, sem parar e ainda sair tarde. Porque não adianta, serviço em casa nunca acaba, sempre tem serviço. Hoje, eles [os patrões] têm muita preocupação com essa lei. Eles ficam: “Vanda, tira seu intervalo! Vanda, vai descansar! Vanda, olha o seu horário.” Entendeu? A lei faz toda a diferença! (Vanda).

Já no caso de Meire, seu patrão disse que *só ia aplicar a lei quando estivesse tudo prontinho. Isso foi em maio, mas até hoje nada. Ele disse que ainda tinha uns itens pra serem aprovados, mas para ele continuava tudo do mesmo jeito.* Na casa onde trabalha, são duas domésticas, ela – a babá – e Tetê, a faxineira.

Como a gente não vive na lei, nem sei te falar como é... Mas eu queria que essas regras servissem pra todos. Se eles sabem que existe a lei, porque eles não aplicam? Eles exigem tanto do nosso trabalho, né? E nós não podia ficar calada como eu e a Tetê fica. A Tetê chega às 8h e às

14h vai embora, mas e eu? Ela vai pra casa todos os dias. Eu, que sou babá e que durmo, trabalho muito mais. É muito mais difícil. Tem que ter a lei pra eu ter o direito de fazer algum curso, ter o direito de ir e vir. A lei não está valendo pra mim. Eu ainda estou dormindo e acho que ganho pouco. (Meire).

Mesmo que não tenha sido o cerne das entrevistas com as babás, escutá-las sobre a mudança constitucional trouxe uma perspectiva que aponta para os discursos de muitas das famílias empregadoras (que têm origem na cultura patriarcal escravagista), mas, principalmente, para os impactos nos cotidianos e nas perspectivas futuras das babás. Elas vislumbram a valorização dos seus trabalhos, a garantia de direitos humanos e trabalhistas básicos e, acima de tudo, liberdade. Parafraseando Meire: *Tem que ter a lei pra eu ter o direito de fazer algum curso, ter o direito de ir e vir.*

A distinção entre trabalhadoras domésticas e outras categorias não ocorre apenas no nível da legislação trabalhista. Simbolicamente, o trabalho doméstico ainda é considerado um trabalho inferior e desqualificado – ou até mesmo um não-trabalho. Ao final de 2012, o caso da babá que foi barrada na entrada de um clube no Rio de Janeiro por estar sem uniforme deflagrou inúmeros debates em torno do trabalho realizado por essas mulheres. Na edição de 19 de janeiro de 2014, o *Correio Braziliense* apresentou a matéria intitulada “Uniforme sem discriminação”, cujo interesse foi mostrar que “trabalhadores domésticos e prestadores de serviço no DF preferem usar a roupa geralmente fornecida pelos patrões”⁴¹. A partir dos depoimentos de cinco trabalhadoras, a jornalista concluiu que a maioria das/os empregadas/os do DF não se importa com a exigência. No universo em que pesquisei, as opiniões diferem das apresentadas por esse jornal, pois percebi, na fala das entrevistadas, que o uniforme funciona como um marcador de transições entre o corpo-afeto, o corpo-objeto e o corpo-abjeto, ao mesmo tempo em que ele convoca a babá a participar de determinados espaços sociais em sua dimensão enquanto um corpo que trabalha e que também se insere em uma relação de poder marcado em uma posição social, ocupando o lugar da abjeção com o apagamento do sujeito.

Eu trabalhei em uma casa que eu odiava o uniforme porque era branco. Me diz, como você vai cuidar de criança, levar pra parquinho, pegar no colo e ainda ficar impecável, de branco? Me explica? Era sempre uma *legging* branca, uma sapatilha branca e uma camiseta branca. Eu me sentia indo pra Papuda. Você já viu a fila da Papuda? Criança puxa a gente pra brincar e eu subia pro apartamento toda suja. Eu cuido de

41 Em janeiro de 2014, o governador do Rio de Janeiro sancionou lei que proíbe clubes e agremiações recreativas de exigir o uniforme para empregadas, babás e acompanhantes para evitar discriminações.

criança, eu vou pro parquinho, eu vou brincar, se você me coloca um uniforme desse, eu vou andar sempre suja.

[...]

O fato de você ir ao *shopping*...não custa nada deixar a pessoa se vestir, soltar o cabelo, colocar uma calça jeans bonitinha, mas não, vai com aquela roupa ridícula branca. Tá lá a babá! Não que seja vergonhoso, mas é uma maneira de te menosprezar. Por exemplo, pra ir ao cinema, deixar vestir uma roupa normal, poxa, assim a pessoa fica feliz, a gente pensa: “ah, ela me vê como gente”, mas não, faz questão de mandar ir de uniforme pra mostrar que tem babá. (Bárbara).

No sistema que utiliza para compreender o pensamento, as funções e as hierarquias sociais, Mary Douglas (2010) vislumbra nas regras de higiene convenções que definem lugares do que é puro e do que é impuro. Douglas (2010) se depara com a existência de corpos poluentes no pensamento higienista, por onde poderíamos pensar a situação da babá quando ela se desloca do lugar socialmente determinado a ela, o espaço doméstico e, mais especificamente, a área de serviço. Simbolicamente, o uniforme seria o “aspecto convencional de evitar a sujeira” (p. 19) e a elite brasileira, por acreditar estar ocupando o lugar do que é *sagrado*, exigiria, em última instância, o uniforme para evitar a profanação. Obviamente, essas relações não são diametralmente opostas: “santidade e não-santidade afinal não necessitam sempre ser corpos absolutos. Podem ser categorias relativas. O que é limpo em relação a uma coisa pode ser sujo em relação a outra e vice-versa” (DOUGLAS, 2010, p. 21). O que Douglas (2010) sustenta é que sistemas simbólicos são expressos em nossas ideias de sujeira e do que conforma um comportamento de poluição, que não isolam a noção de sujeira apenas como um meio de transmissão bacteriana. Nesse sistema há ordenação e classificação hierárquica das coisas e, conseqüentemente, uma rejeição ou condenação do que é inapropriado ou contraditório. O uniforme marca, reconhece e aceita o corpo-objeto da babá em sua função de trabalho, mas deixa pistas de sua localização na cena social: de ser ontológico que não faz parte da interação em sua condição de sujeito, uma vez rotulada, a trabalhadora doméstica tem seu lugar definido no quadro social brasileiro que se conserva aristocrático, patriarcal e racista, e que nos constitui enquanto Brasil.

Torna-se imprescindível compreender as relações entre babás e crianças e padrões em suas complexidades e as trajetórias corporais que indico como não-lineares ou frontais. Como vimos, a história do trabalho doméstico no Brasil e a produção de critérios para classificar as relações sociais que desembocaram no deslizamento da ama-de-leite para a ama-seca

são permeadas de fissuras e confusões. A fala de Carla esclarece o uniforme como elemento que, ao mesmo tempo em que media sua experiência de babá, atua como marcador de diferenciação social.

Eu não gosto de uniforme, acho que isso é especificar, separar. Dizer que o empregado é só aquilo. Eu nunca usei, graças a Deus, sempre pude escolher as roupas que eu queria usar e eu gosto de ter um tipo de roupa pra usar, um short preto e uma blusa branca, mas não foi elas que impuseram pra mim, foi eu que quis. (Carla).

O incômodo das babás indica o lugar ao qual esse trabalho está associado na sociedade brasileira. Durante as entrevistas, algumas se colocaram veemente contra os uniformes, outras indicaram indiferença, mas nenhuma preferiu que escolhessem as roupas que deveriam usar. A declaração de Jane revela que o uso do uniforme suscitaria uma relação de propriedade, típica da servidão.

Ah, não sei. Não gosto. É muito aquela coisa assim... Ai... Como se diz? Muito assim: “É empregada! Trabalha pra mim! É minha!”, sabe? Eu não curto. (Jane).

De acordo com Sandra e Vanda, o uniforme é um elemento que as deixa mais vulneráveis enquanto alvos de discriminação social, sendo que, para Sandra, foi importante para ela ressaltar que ela sabe como é se vestir adequadamente para trabalhar.

Eu não gosto e nunca gostei. Saí da casa de uma patroa, da Dona Lindalva, porque era de uniforme. Eu não aceito, acho feio. Nossa! Esse emprego já não tem valor, ninguém dá valor em emprego doméstico, e ainda com um uniforme daquele, não! Eu não uso. Eu me visto bem, de calça comprida, minhas blusas é de mangueira, sem manga só quando faz muito calor, mas não gosto porque acho que fica muito pelado. E pronto, tá ótimo. E troco de roupa todo dia! Mas uniforme eu não gosto. Pano amarrado na cabeça? Pelo amor de Deus!

[...]

Com a esposa do Seu Antônio, nossa! Tinha uniforme, era tudo branco, com a touquinha amarrada no cabelo e era tudo separado. Eu arrumava a mesa dela antes da visita chegar porque quando a visita chegava eu tinha que fechar a porta e não podia nem aparecer. E ainda tinha um chocalhinho pra bater. Quando a visita saía ela balançava aquele chocalho e aquilo me matava. Era pra me chamar. Eu abria a porta e ela mandava eu tirar as coisas da mesa. Mas eu trabalhei pouco lá porque não dava certo. A comida dos empregados era tudo separado.

Ela não queria que a gente conversasse, eu conversava com a cozinheira escondido. (Sandra).

Eu não uso porque ela não exige, mas eu não gosto. Assim, deve ser bom porque economiza roupa, né? Mas colocar uniforme é a mesma coisa de dizer assim: “ela é empregada”. Eu acho estranho. Pra que esse uniforme? Tem muita gente que trata a gente com preconceito por a gente ser doméstica, ser babá. As pessoas me tratam diferente por eu ser babá e eu me sinto mal. (Vanda).

Mas, para Meire, apesar de preferir escolher a própria roupa, as exigências da/o empregadora/dor vêm em primeiro lugar:

Depende da patroa, se ela exigir. Eu não uso uniforme, uso a minha roupa. Pra mim, eu prefiro assim. Mas o trabalho vem em primeiro lugar, isso é um detalhe. (Meire).

Já, na opinião de Jesus, o uniforme é apenas um elemento que garante maior segurança para as crianças alheias e que a torna digna de confiança.

Eu uso só quando viajo. Não uso porque ela não exige. Em todo lugar exige, mas ela não. Só nas viagens. O uniforme é branco, um jaleco. Eu acho legal usar porque quando você usa uniforme você sabe que você é babá. Nesses dias eu tava no Iate Clube⁴² com o Gabriel aí eles pediram a minha carteirinha. Sempre quem vai mais é eu só com os meninos. O Gabriel não entendeu e eu expliquei: “Gabriel, como eles vão saber que eu sou a sua babá? É pra isso que eles pedem a carteirinha”. Eu acho legal porque tem muito roubo de criança. Cuidar de criança é muito complicado e os filhos tem que ter toda a segurança do mundo. (Jesus).

A condição que a abjeção aponta permite a visualização de que não estamos diante de uma relação de livre contratante, mas de submissão. A intenção na contratação de meninas para serem babás não significa uma necessidade de baratear o serviço, mas de compadrio: “ela é quase da família, foi *criada* por nós”, apelam as/os empregadoras/es. Chauí (2000) e Segato (2007) reforçam a perversidade das relações entre patroas/ões e domésticas no Brasil ao afirmarem que, no Brasil, quanto mais criadas, mais a elite se coloca como superior. O cruzamento das histórias das nove entrevistadas confirma a afirmação de Segato: a realidade dessas babás, em sua maioria negras e pardas, que desde a infância trabalham “tomando conta” são uma continuidade histórica do “trabalho não pago da escrava para o trabalho

42 Clube inaugurado em 24 de junho de 1960, sendo uma das opções de lazer da classe alta brasileira. Juscelino Kubitschek uma vez se referiu ao clube como sendo “a sala de visitas da nova metrópole”.

não pago da menina como mãe substituta” (2007, p. 149). As experiências de Sandra, Jesus, Ana, Bárbara, Carla, Meire, Vanda, Jane e Cleide apontam para a situação geral do trabalho doméstico no Brasil. Das nove entrevistadas, sete começaram a trabalhar com 15 anos ou menos, trabalho doméstico realizado em troca de casa, comida e, com muita sorte, estudos. A nossa persistente “cultura senhorial” afirma que ter criados/as é um valor de ascensão social e que meninas pobres e negras vão servir à elite branca brasileira.

Holston (1993) mostra que, em Brasília, burocratas do alto escalão, não podendo diferenciar-se pelas fachadas dos prédios, buscaram o outro lado do lago para construir suas casas e, assim, exteriorizar *status* e ostentar riqueza. Rejeitando a mistura de classes sociais, uma parte da primeira geração de migrantes (os pioneiros) também investiu na criação de clubes.

[...] julgando uma mesma “vida em comum” intolerável, a elite abandonou a ideia de construir clubes igualitários nas superquadras, como havia sido planejado. Em vez disso, muitos se associaram em clubes privados, organizados de acordo com critérios exclusivistas, antitéticos aos ideais utópicos da organização residencial de Brasília (HOULSTON, 1993, p. 32).

O olhar refinado de Bárbara denuncia:

Quer saber um lugar que eu morro de nojo? O Iate Clube. E eu fui pra lá muito tempo da minha vida. Maior calorão infernal, você olha pras piscinas e não pode pôr o pé na água. Eu tenho pavor desse Iate Clube. Cara, se eu ia passar o dia inteiro no Iate, eu ficava o dia inteiro sem beber um copo d’água. Vai nesses clubes só pra ver a cara das babás. (Bárbara).

As recentes contestações de moradoras/es da SQS 204/205 (Asa Sul) são outro exemplo do que deseja a elite brasiliense: a manutenção do *status quo*. Ao final de janeiro de 2014, moradoras/es dessas superquadras se mobilizaram contra a construção de uma creche pública na área verde da entrequadra e uma denúncia chegou a ser entregue ao Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT). Em entrevista ao *Correio Braziliense*⁴³, o prefeito da 205 Sul, Artur Gomes, argumentou: *Sou contra a construção. Brasília não precisa de mais prédios. [...] O correto seria nos consultar para saber se aceitávamos ou não, afinal de contas, nós é que estamos do lado*. A prefeita da 204 Sul, Cleusa Joanna Bugni, confirmou:

43 A reportagem com as entrevistas estão disponíveis em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/01/30/interna_cidadesdf,410346/moradores-se-mobilizam-contr-a-construcao-de-creche-na-204-5-da-asa-sul.shtml>. Acesso realizado em: 15 mar. 2014.

Todos os blocos da minha quadra estão por dentro do assunto. A minha comunidade está revoltada. [...] Deveríamos ter um clube de vizinhança, um espaço de convivência para os moradores que atenderia a 204/205 e a 404/405. Como nada foi feito nesse sentido, as pessoas marcam partidas de futebol, descem com cachorros e aproveitam para bater papo, tem um grupo *de tai chi chuan*.

Em nota de defesa à construção da creche, a Secretaria da Mulher do DF anunciou que, nesse caso específico, a creche atenderia, principalmente, às mulheres mais humildes que trabalham nos apartamentos ou no comércio da entrequadra. De fato, não há interesse da classe média na construção de creches públicas, pois essa é uma demanda das camadas populares, mas as mobilizações contrárias às suas construções transparecem, conforme a nota oficial declara, *uma atitude preconceituosa, egoísta e de extrema insensibilidade social*.

Nesse contexto perverso, tendo filhas/os, as babás entrevistadas tiveram dificuldades de serem mães. Os discursos são reveladores, antes de mais nada, do modo como grande parte das mulheres negras têm de se virar para cuidar de suas próprias crianças – sem o acesso a equipamentos coletivos como creches e berçários – apelando para uma rede feminina de cuidados. Através da ótica do que o Estado e a iniciativa privada oferecem e as consequências da ausência de responsabilização estatal e a qualidade/quantidade dos serviços ofertados nesse âmbito do cuidado, as mulheres pobres encontram-se excluídas, social e historicamente, de suas próprias maternidades.

Eu tive minha filha, mas eu não criei. Eu tive ela, mas foi minha mãe que cuidou pra mim [no Maranhão]. Eu dou tudo, mas eu nunca criei. Nunca tive com ela pequeninha porque eu sempre trabalhei. (Jesus).

O Kadu, quando eu era babá, no primeiro período, quando ele nasceu e eu tive que voltar a trabalhar, eu tive a estranha ideia de aceitar a proposta do pai dele de deixar com a avó paterna pra voltar a trabalhar. Nós nunca ficamos juntos, mas eu precisava voltar a trabalhar. Aí ele fez essa proposta onde a mãe dele ficaria com o Tiago e eu pegava nos finais de semana. Eu aceitei, mas isso durou um mês porque a primeira vez que eu fui pegar o Kadu, a mãe dele, que não gostava de mim por questão racial, ficou de cara feia. Na segunda vez, ela não queria deixar o Kadu vir comigo e na terceira vez ela disse que não ia deixar o neto dela sair com *uma qualquer*. Eu falei pra ela que a *qualquer* era a mãe do Kadu. Foi uma confusão feia, ela usou tons raciais comigo e eu quase bati nela, mas me seguraram. Aí minha irmã começou a cuidar dele. Então minha irmã cuidou dele desde os 5 meses. Eu pagava pra ela. A babá tem isso, ela não vai e volta. Vai na segunda e volta no sábado. E minha irmã cuidava dele durante a semana. (Bárbara).

A importância da creche na vida das mulheres está explícita nas falas de Bárbara e Sandra, que em determinados momentos puderam contar com esse escasso serviço. Nesse sentido, ao deduzir o Estado como reprodutor de diferenças, Nunes (2003) denuncia que, enquanto a classe média procura instituições educacionais particulares ou contrata as babás, aos pobres restam programas assistenciais como o mães-crecheiras⁴⁴, irmãs/os mais velhas/os, as distantes avós-maternas ou as vizinhas.

Aí eu tive o José, em 1982 [...] a Dona Ideli aceitava que eu levasse meu filho. Lá não tinha criança, era um casal de velhinhos. Eu dormia lá, ela me aceitou com meu filho. Mas era muito cansativo. Ela me dava salário. Mas o Arlindo dizia que queria dormir comigo. Eu saí da Dona Ideli e fiquei trabalhando de faxineira. Daí eu arrumei uma creche lá em Taguatinga, isso melhorou porque eu tinha que trabalhar. Mas daí como tinha muita criança, arrumaram uma senhora pra cuidar, daí isso não deu certo porque achei que ela maltratava meu filho. Era mãe-crecheira. Quando tinha muita criança eles arrumavam mãe-crecheira. Era no final da rua, muito longe. E eu achava que ela não cuidava direito do José. Daí pedi a volta pra creche e ele ficou lá até 7 anos. Ele passou a ir pro colégio de manhã e de tarde voltava pra creche. O João também foi pra creche. Meus meninos foram criados tudo na creche, o que foi uma benção pra mim. (Sandra).

Quando o Kadu tinha uns 3 aninhos eu fui morar em Samambaia e levei ele comigo, aí ele ficava em uma creche e eu pegava ele a noite. Nessa época eu arrumei uma patroa bem legal [ironia] que me deixava ir embora no fim do dia, porque ela gostava de cuidar da criança dela a noite. Foi a única, sem exceção. (Bárbara).

44 Donas de casa que se dispõem a atender até oito crianças de zero a seis anos, pertencentes a famílias de baixa renda em sua própria residência em troca de subsídios do governo (cesta básica, por exemplo) e da mensalidade paga pela família. Esse programa justifica-se afirmando absorver a experiência popular de solidariedade nos cuidados com seus iguais, fortalecendo os laços de vizinhança e ajuda mútua.

4. O CORPO DA BABÁ: AFETO, OBJETO E ABJETO

Em sua dimensão histórica, o corpo da babá brasileira de hoje foi o da ama-de-leite da escravidão. O trabalho das babás significa o cumprimento de uma dupla dimensão, a técnica e o afeto, tendo à sombra uma terceira: a abjeção. Por um lado, este é um corpo-afeto, designado ao conforto e à socialização da criança. Neste momento, há uma fusão entre o corpo da mulher negra e o da criança junto ao seu colo. Esse afeto deve ser dosado, controlado e, em suma, remete “à imagem da mãe preta terna” (SEGATO, 2007, p. 156), utilizada para suavizar a violência da escravidão no Brasil.

Por outro lado, este é também um corpo-objeto em uma visão capitalista, que deve se oferecer à manipulação como um instrumento de trabalho, dedicado a alimentar, carregar e higienizar outro corpo, o da criança. O corpo-objeto entra em cena quando a chave do afeto é substituída pela chave econômica, através do contrato e do salário de subsistência, conforme diz Segato (2007). O corpo que satisfaz através do trabalho também aparece quando a satisfação que se deseja está no nível do desejo sexual. A partir da análise do material empírico dessa pesquisa, me deparei com a recorrência de casos de abuso sexual que sofrem as babás. Entretanto, tudo isso desaparece quando o nojo e a repugnância frente ao corpo da babá tomam lugar em várias cenas sociais e traços diacríticos de seu fenótipo negro e ele passa a ser excluído da interação social, ocupando o lugar simbólico da abjeção a partir do apagamento da babá enquanto sujeito social e figura ancestral relevante na história pessoal das crianças.

Assim a performance e a vivência corporal da babá se transforma quando os ambientes físicos e simbólicos mudam, marcando trajetórias que se confundem no corpo-afeto, corpo-objeto e corpo-abjeto: *shoppings*, restaurantes, parquinhos, clubes e a casa da criança são os ambientes mais comuns. No espaço doméstico ou nos momentos lúdicos, por exemplo, enquanto a figura da mãe branca é ausente, cabe à babá se servir de seu corpo lúdico e espontâneo, onde o afeto está mais evidenciado, dando o carinho, o conforto, a cantiga de ninar e a socialização de hábitos, costumes e códigos culturais. De acordo com Jurema Brites (2007), no interior das casas da classe média “é esperado da empregada doméstica o cumprimento das tarefas de limpeza, do cuidado da casa, das crianças, dos velhos e dos animais de forma discreta e afetiva” (p.96). Em um segundo momento, normalmente quando há a presença da mãe, a babá se responsabiliza pela criança, sobretudo, em relação aos cuidados de higiene e alimentação, agindo com seu corpo-objeto. Em um terceiro momento, a

babá torna-se indesejada no espaço, até mesmo abjeta, mantendo-se invisível enquanto seus serviços não são solicitados.

Se o corpo feminino apresenta maior chance de ser um objeto na sociedade capitalista moderna, ser babá é ocupar um lugar social racializado – ainda que algumas delas sejam mulheres brancas – e, por conseguinte, subalterno e com maior possibilidade de se tornar um corpo-abjeto, devido à interseccionalidade de raça, classe, sexualidade e gênero dentro da lógica da colonialidade do poder (CRENSHAW, 2002; LUGONES, 2008). Segundo Julia Kristeva (1980), a abjeção consiste em um movimento de atração e repulsão simultânea; é uma violenta rebelião contra algo que ameaça, pois, ao mesmo tempo em que inquieta e fascina, assusta e faz querer manter separado; ao mesmo tempo em que se sente repugnação, não se pode deixar distanciar e é mantido próximo. O que faz o outro ser abjeto é ele não ser chamado para a interação enquanto um sujeito social e, em seu limite, quando deixa de existir até mesmo enquanto objeto – ele deixa de ser coisa -, se opondo e desafiando o “eu”: *“no es por lo tanto la ausencia de limpieza o de salud lo que vuelve abyecto, sino aquello que perturba una identidad, un sistema, un orden. Aquello que no respeta los límites, los lugares, las reglas”*, descreve Kristeva (1980).

Segato (2007) denuncia a ausência nos textos acadêmicos das “criadeiras” do período escravocrata e da prática da maternidade transferida, assim como das relações que daí originaram-se, como um caso de racismo acadêmico instituído no Brasil, que bane da história reflexões e análises contundentes sobre a “profundidade histórica da babá” e o caráter do duplo vínculo materno estabelecido na sociedade brasileira. A antropóloga vai chamar a atenção para o apagamento da *mãe-preta* pelo discurso branco como uma separação forçada da criança de sua babá e da “obscuridão da sua pele”, a partir de uma dupla negação de gênero e raça: “o que se foraclui na babá é, ao mesmo tempo, o trabalho de reprodução e a negritude. *Trata-se de uma foraclusão, de um desconhecimento simultâneo do materno e do racial, do negro e da mãe*” (p. 161).

A partir do entrelaçamento do racismo e da misoginia no Brasil, observado por Segato (2007), abordo a foraclusão pela noção da abjeção, que se coloca na tentativa de, inclusive, não fazer referências às babás nas trajetórias das crianças, reservando à *mãe-negra* o lugar do corpo-abjeto, do corpo que não tem uma dimensão simbólica positivada, ou ainda, uma subjetividade ou perspectiva de inscrição na história valorizada. Neste capítulo, as experiências das babás são centrais para a compreensão da coexistência dos corpos em uma única pessoa. Aqui, entendo como as babás são tudo ao mesmo tempo por ser tamanha a complexidade das redes de relações nas quais estão entrelaçadas. Percebo, ainda, como é a

própria interseccionalidade que possibilita a reelaboração ativa dessas relações, pois aí existem as fissuras que são saídas da opressão.

4.1 O corpo-afeto

Uma paisagem típica brasileira: uma grande praça com muitas árvores altas entre os prédios da Asa Norte, bancos de concreto e um parquinho de areia com brinquedos de escorregar, balançar, girar... Sentada em um dos bancos, tinha uma visão panorâmica daquela manhã que ia ganhando tinta em meu caderno de campo. Três babás seguiam ao redor da praça, acompanhando a trilha pavimentada em meio aos gramados. Cada uma levava consigo uma criança pequena; eram duas crianças de uns dois ou três anos, caminhando de mãos dadas com as babás, e a terceira ia sendo empurrada em um carrinho todo rosa. As babás pararam junto a outro banco, onde estavam sentadas outras três babás com bebês no colo. Mais distante, entre os pilotis de um bloco, outras duas babás e mais duas crianças. Lá, essas andavam de velocípede e, atrás delas, as babás iam seguindo tomando conta. Como sei que são babás? Ora, a corporalidade fala e os lugares sociais estão explicitamente marcados.

Certamente, todas as babás se conheciam, mas as possibilidades de interação se apresentavam restritas, pois estavam ali para cuidar das crianças, que, ainda muito pequenas, não interagiam entre si. As babás as distraíam para conseguir conversar brevemente. Nesse momento, as crianças vão ao colo e voltam ao chão várias vezes. Um dos assuntos do grupo são as crianças, o quanto cada uma está espertinha, o dentinho novo, as palavras que já falam... As babás inclinam-se e, nelas, as crianças se apoiam. Uma babá balança um chocalho para ganhar alguns minutos de conversa com as colegas. Outra sacode a criança, fazendo barulhos engraçados para vê-la gargalhar; outra aperta no colo e dá beijos no pescoço do bebê. Algumas crianças ensaiam os primeiros passinhos, não querem ficar paradas e a babá vai junto; outra criança joga a bola para longe e a babá corre para buscar e continuar a brincadeira; o bebê que estava no carrinho reclama, indicando que quer continuar passeando. Um menininho veio em minha direção, puxando a babá para o balanço do parquinho; eu me disponibilizei a balançá-lo, mas ele não aceitou. Só confia no balanço da babá. A babá sorriu com o apego do menino e disse: *Ele não me larga, nem quando a mãe está em casa.*

Nessas imagens, percebo que cada babá estrutura o mundo de sua criança: ensina a andar, a comer, a segurar a corrente do balanço, a falar e a conhecer, brincando, o universo que o cerca... “O que era um, passa a ser o pressuposto do domínio de um sobre o outro”, analisa Segato (2007, p 162). No espaço mais livre é onde predomina o corpo-afeto, onde se verifica

esse contínuo do corpo babá-criança. Chamou-me atenção a presença da espontaneidade no momento das brincadeiras observadas nos parquinhos. A imagem do lúdico, observada nesses momentos, estava mais presente que o corpo instrumento de trabalho. Afinal, elas recuperavam aí uma infância não vivida por elas mesmas e, ao mesmo tempo, era o afeto, como um prazer desimpedido e espontâneo, que a criança tinha acesso. *Eu gosto de ir ao campo, tipo o Zoológico, aí me sinto criança, corro junto com eles, isso é muito gostoso*, contou Meire.

O livro “O negro na fotografia brasileira do século XIX” (2004), organizado por George Ermakoff, traz imagens reveladoras de momentos de amas de leite com suas crianças brancas. Além das fotografias, o livro busca dar sentido à atividade da babá:

[...] Essa tarefa permitiu, sem dúvida, a criação de laços de genuíno afeto recíproco. As crianças brancas passavam tanto tempo em companhia de suas babás e amas-de-leite que desenvolveram sentimentos que, em muitos casos, ultrapassaram as fronteiras da cumplicidade e se aproximaram da relação mãe-filho. As negras, por sua vez, além do carinho que sentiam pelas crianças, pareciam orgulhar-se do que provavelmente lhes parecia ascensão na escala social: frequentar os aposentos mais reservados dos senhores e relacionar-se com seus herdeiros de maneira quase íntima (ERMAKOFF, 2004, p. 98).

Na sessão do livro dedicada ao resgate de imagens de babás e amas de leite, o carinho e a amizade são ressaltados em detrimento do que poderia sugerir uma relação de subordinação. Contrapondo-se a essa noção da ama doadora de afeto às crianças das famílias brancas sugerida por Ermakoff (2004), Sandra Sofia Machado Koutsoukos (2012), a partir da análise do retrato situado no período entre 1866-1875 da ama Vovó Vitorina que leva a seu colo a criança Maria Elisa, questiona o lugar desse sentimento, afirmando que a questão do “afeto” envolve uma discussão sobre o “paternalismo”. Isto, é, pela “proteção” (casa, comida, roupa etc) recebida das senhoras e senhores, as amas deveriam retribuir com dedicação, obediência, fidelidade, passividade, alegria, gratidão, trabalho, silêncio e afeto. Obviamente, essa relação de troca de favores envolvia o sentimento de superioridade da família senhoril e humilhações, castigos e sofrimentos para as mulheres escravizadas, que, caso demonstrassem sentimentos contrários, eram logo consideradas “íngratas”, “insolentes”, “abusadas” e por aí vai (KOUTSOUKOS, 2012). Ademais, cabe reiterar que o discurso médico higienista que suspeitava e condenava as amas como as potenciais transmissoras de febre amarela e cólera, desvalorizava seus trabalhos ao mesmo tempo em que incentivavam a amamentação por parte da mãe branca. Essas narrativas marcam o quanto eram contraditórias e complexas tais relações.

Koutsoukos (2012) indaga: “o quanto houve de ‘afeto’ recíproco ou não, ou mesmo de humilhação e dor, ou de alegria, é impossível de medir ao certo. Mas podemos intuir que houve boa dose de quase todos esses ingredientes” (p.194). Exponho trechos das entrevistas com a intenção de tratar pela escuta das entrevistadas a contemporaneidade das relações entre babás e crianças. Afinal, na emoção e na sensibilidade, percebi o corpo-afeto nas atitudes espontâneas e nas falas elaboradas pelas babás diante da convivência com as crianças. Os elementos a seguir me fizeram perceber, pela voz das babás, que o afeto pela criança faz o trabalho valer a pena.

Eu fui só aguentando por causa das criancinhas porque eu falava em ir embora e eles choravam. Aí eu aguentei 5 anos ainda. (Ana).

A Helena me chama de Sandodoca e eu amo ela me chamando assim! E Velha Coroca. Eu chamo ela de Maria, de Doida. O Pedro é Pêzinho mesmo, meu xuxuzinho, Pepê, e ele me chama de Quél, não sei por quê. (Sandra).

Pra ele gostar de mim eu faço tanta coisa, bastante carinho, faço careta, corro, brinco. Faço de tudo. Pra dormir tem que dar o leitinho e passar a mão na cabecinha dele, no cabelo. É inexplicável o que sinto por ele. Eu acabo me apegando às crianças. Eu acho que ele sente a mesma coisa. Quando eu chego na casa dele ele já abre os braços querendo o meu colo. Eu acho que isso é um sinal de carinho, né? (Cleide).

Às vezes você nem importa se o patrão te trata bem, mas a criança, ela já olha pra você com um sorriso... que te cativa! (Vanda).

O Marcelo acorda de noite... Acorda de noite e vai pra minha cama. Ele vai sozinho. Quer amanhecer o dia comigo mesmo se a mãe tiver em casa. E é tanto que ele já vai e já tem o lugarzinho dele, que ele gosta de deitar no canto, já vai pulando pra riba de mim [risos]. É toda hora lá no meu quarto (Jane).

Antes de casar eu trabalhei no Lago Sul sendo babá e eu tive que sair pelo fato que eu casei, né. Então não podia dormir mais no emprego. Aí eu tive que sair. Nossa, eu sofria de saudade do bebê que eu cuidava na época. Acho que ele nem lembra quem sou eu, mas eu lembro até hoje. Era o Junior, filho da Estér. Acho assim, que a gente acaba pegando amor por eles. Acho não, tenho certeza.

[...]

O Miguelzinho de hoje, nossa, eu amo! E responsabilidade também, né. Muita! É muita responsabilidade estar com o filho de outra pessoa. Deus

me livre de qualquer coisinha acontecer...é muita responsabilidade. (Vanda).

Pra dormir, o Lorenzo sempre quis sentar no meu colinho, na cadeira de balanço. Pra ficar calmo eu abraço ele. Tem horas que ele fica nervoso, começa a chutar tudo, aí eu sento com ele abraçado no meio dos meus braços e ele vai ficando calminho. (Meire).

Quero muito o bem dele. Parece que ele é meu filho. Não gosto de ver ele chorando, não gosto nem que a Mariana brigue com ele. Prefiro eu brigar do que a mãe. Amo ele de paixão. Tenho muito medo de perder ele, porque ele vai crescendo e eu sei que tô ficando mais velha. Uma hora tem que sair, né... mas só em pensar... só tô aqui por causa dele. Já teve guerra, briga, discussão com a Mariana e a mãe dela também. Não é por causa do salário, é por causa do Pedro. Salário eu sei que posso ganhar em qualquer lugar por causa da experiência que tenho de cuidar do filho, de uma criança. (Sandra).

Já senti saudade e até hoje eu choro por causa de alguns meninos. As crianças da Vânia, do Guilherme, do Felipe. Até coloquei o nome do meu neto de Felipe. (Sandra).

De modo algum, há ausência de afeto entre as babás e as crianças ou as babás e suas/ seus patroas/ões. Contudo, apenas o vínculo afetivo não pode caracterizar prioritariamente essas relações sociais. Considerar o afeto é afirmar que existem sentimentos, amor e cuidado, negá-lo é criar uma dicotomia onde o par em oposição seria o da relação fria e interesseira. Na fala das babás, quando há a possibilidade do afeto, o trabalho fica mais prazeroso e aceitável. A partir da análise de um contexto específico com trabalhadoras domésticas de Vitória – ES, Brites (2007) aprofundou-se sobre a questão do afeto, mostrando que é a ambiguidade afetiva existente na relação entre patroas/patrões – e crianças – e trabalhadoras domésticas que reforça a manutenção e a reprodução dessa prática laboral no Brasil e o sistema hierárquico que ele encerra. Brites completa: “São nessas cenas de intimidade familiar que a relação com as domésticas serve de maneira paradigmática para socializar as crianças na lógica de uma sociedade hierárquica e estratificada” (2007, p. 105). Além de discursos de seus pais e mães, os exemplos de segregação espacial dentro da casa também servem para que as crianças aprendam a existência de dois mundos sociais

A babá, com seu corpo, dá colo e sentido ao mundo da criança. Nessa relação, há apego, entretanto a criança percebe que a principal chave de permanência da babá não é o afeto, mas a chave econômica, de acordo com Segato (2007). Por mais forte que seja o investimento afetivo no vínculo com a criança, essa relação se mantém dividida pela consciência da babá

de um passado de escravidão e um presente de pobreza: “por mais amor que sinta, sempre saberá que não chegou ao vínculo como consequência de suas próprias ações e, sim, coagido pela busca de sobrevivência” (SEGATO, 2007, p. 162). Brites (2007), por sua vez, indica que as cenas de afeto na casa empregadoras são marcadas por cumplicidade e ambiguidade, embora haja “consciência de ambas partes – crianças e empregadas – da enorme distância social que as separa” (p. 97).

Assim, a transição do corpo-afeto para o corpo-objeto se completa na perda da intimidade do colo e desliza facilmente para a abjeção quando os laços são comprometidos pelo olhar da interseccionalidade de raça, gênero e classe. Sobre o afeto das crianças e das famílias empregadoras, Segato provoca: “o racista certamente amou e – porque não? – ainda ama, a sua babá escura. Somente não pode reconhecê-la na sua racialidade, e nas consequências que essa racialidade lhe impõe enquanto sujeito” (SEGATO, 2007, p. 167).

A primeira coisa que faço é arrumar a mesa e preparar o café dos meninos. Eu arrumo a cozinha. Agora só não tô passando. Agora tem uma faxineira que passa roupa e ajuda na limpeza e vem de uma em uma semana. Eu lavo todo dia. Faço almoço. Levo os meninos no colégio, busco. Quando a mãe não pode eu busco e levo. Eles estudam de tarde, é aqui pertinho. Eu durmo com eles também. Dou café da manhã, dou banho, almoço, janta, cuido deles, lavo o cabelo deles, eu amo! Afe Maria! Eles dormem depois que termina a novela, eu que escovo os dentes, coloco o pijama. Eles assistem os filmes deles e eu assisto a novela no meu quartinho. Aí quando eles terminam de jantar já boto pra escovar o dente, já boto o pijama e durmo com eles. A Helena, minha filha, adora dormir aqui cheirando o meu suvaquinho (Sandra).

Cuido deles dois, a gente tem que se dispor totalmente pras crianças, brincar. Quem trabalha de babá não coloca de castigo, tem que ter criatividade, brincar, colorir, desenhar. Eu gosto muito de brincar com eles, mas o Lorenzinho já está com quatro anos e já está me deixando cansada. Nossa, tem uma energia! Aquele bebezinho que eu peguei com dois meses de vida... (Meire).

A fala de Carla, abaixo, marca a mistura de corpo-afeto e corpo-objeto. Afinal, ela tem que deixar as meninas calmas para poder ir embora, assim o seu instrumento de trabalho é mediado pelo afeto.

A Isabela é muito possessiva e quer tudo pra ela e quando as coisas não acontecem do jeito que ela quer ela chora tanto e tanto que chega a soluçar. Então eu pego ela no colo e fico fazendo carinho nela até ela ir

acalmando e isso acontece principalmente por causa de ciúmes com a irmã aí eu sempre tenho que pegar no colo, dizer que eu amo muito ela, fazer carinho. E a mãe delas não quer que eu deixe chorando, aí antes de ir embora eu tenho que deixar elas calminhas com carinho e prometer que vou voltar. (Carla).

O trecho abaixo reforça a transição corpo-afeto para corpo-objeto: Meire consegue o emprego imediatamente após mostrar que mobiliza afetivamente o Sandro, logo ela será bem eficiente como instrumento de trabalho.

Eu vim e fiz a entrevista com a Dona Léo e lembro como hoje do Sandrinho. Eu peguei ele e ele me deu um sorrisinho e ela: “Nossa! Ele riu pra você, ele gostou de você!” Eu peguei ele e comecei a brincar e ela disse que a partir de segunda-feira eu podia ir trabalhar (Meire).

4.2 O corpo-objeto

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras segue um padrão estabelecido nos primeiros dias da escravidão. Como escravas, o trabalho compulsório obscurecia todos os outros aspectos da existência das mulheres. Parece, pois, que o ponto de partida para uma investigação da vida das negras sob a escravidão seria uma avaliação de seus papéis como trabalhadoras.

Ângela Davis

Colocado à margem da história, da qual nunca é sujeito e sempre objeto, o negro acaba perdendo o hábito de qualquer participação ativa, até reclamar.

Kabengele Munanga

Foi no texto de Frantz Fanon (2008) que li uma das passagens mais tocantes sobre o sentimento da objetificação do corpo – em nome do preconceito de cor – na experiência vivida do negro e que motivou meu empenho a estudar as trajetórias e os desdobramentos do trabalho doméstico realizado pelas babás.

Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos. Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro. Seu olhar libertador, percorrendo meu corpo subitamente livre de asperezas, me devolveu uma leveza que eu pensava perdida e, extraíndo-me do mundo, me entregou ao mundo. Mas, no novo mundo, logo me choquei com a outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou

nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu (FANON, 2008, p. 103).

Tais reflexões me levaram a pensar sobre o deslocamento forçado pela colonização em nome da civilização, mas também das mulheres negras que migram em busca de emprego ao DF, dispondo suas corporalidades a outro sistema de múltiplas referências. Carregando suas cidades-natais ao mesmo tempo em que delas distanciam-se, encontram na capital as famílias brancas que serão suas empregadoras. O corpo-objeto entra em cena quando a babá se dispõe de seu corpo proletário, construído na interação racial, gestual, espacial e temporal como corpo negro que satisfaz simbolizado pelo trabalho, mas que também carrega a interseccionalidade de classe, raça e gênero.

Em suas cidades de origem, algumas babás foram vítimas da exploração do trabalho infantil e só em Brasília puderam desfrutar da formalidade e de direitos trabalhistas, outras tiveram suas infâncias exploradas na própria “moderna” capital brasileira. Mesmo crianças, eram apenas objetos de trabalho para as famílias empregadoras, como observaram Sandra e Bárbara quando as perguntei se nos seus primeiros empregos alguém se preocupava ou cuidava delas.

De primeira, as coisas não eram como antigamente, agora, né? Hoje, as empregadas doméstica estuda, vão pra escola... Não, minha fia! Nós trabalhava era doente. Doente mesmo. Queriam saber do serviço e pronto. De primeiro, era assim. Nós de primeira aqui em Brasília mesmo, no meu tempo, nós não tinha folga. Nós só tinha folga no domingo à tarde, depois que arrumava a cozinha. Nós não tinha folga, não. E, de primeiro, lá no Maranhão, nós trabalhava era direto mesmo. De segunda a segunda. Ninguém tinha folga. (Sandra)

Eu era muito tímida e não tinha com quem contar nada. Quando meus peitos começaram a nascer eu usava duas blusas pra não mostrar, porque eu tinha vergonha. Quando eu menstruei pela primeira vez eu fiquei com muito medo por causa do sangue. Eu cortava as mangas da minha blusa e fazia de paninho. Graças a Deus eu nunca fui de adoecer, então nunca tive problema com cólica, mas quando eu ficava doente, eu trabalhava doente. Se não trabalhasse eles me devolviam, diziam que eu fazia “corpo mole”, era a expressão que eles usavam. Eu sempre me cuidei sozinha. (Bárbara)

Constituídas objetos nas mãos das famílias brancas, essas mulheres nunca deixaram de pensar, refletir e recusar esse lugar. Assim, podemos considerá-las a partir do que observa

Fanon, para quem “a desalienação do negro implica uma urgente tomada de consciência das relações socioeconômicas” (MUNANGA, 2012, p. 75). Cena comum em cenários brasileiros como *shoppings*, clubes e festinhas infantis é a da babá acompanhando as crianças. Esse também é um momento de intensificação do trabalho, onde elas não podem contar nem com a ajuda da mãe e nem do pai das crianças.

A gente faz tudo junto, vai ao *shopping*, academia, mas é assim, ela no volante e eu atrás com as crianças. Eu não gosto de ir pro *shopping* porque não dá pra dominar as crianças que ficam correndo, é difícil. (Meire).

Eles gostavam de sair, às vezes, quando era aniversário de alguém, ou ir no *shopping* de Águas Claras. Eu não gostava de ir, mas eles me convidavam, eu não gostava de ir, mas eu ia. Eu não gosto de sair com patrões porque eu acho que cada qual tem que ter seu espaço. Tem que ser igual firma, é trabalho. E, tudo bem que eu ia pra ajudar a cuidar das crianças, mas eles deixavam tudo nas minhas costas. (Ana)

Um dos achados no campo foi justamente perceber como todas as entrevistadas desejaram uma porta de saída desse ciclo e entenderam o acesso aos estudos como chave nesse processo, seja para elas próprias, seja para suas filhas e filhos. A luta pela escola acontece nem que seja reconhecendo o acesso à educação negado em suas histórias de vida. Compreendi a presença da intenção mais sublime de rejeição a qualquer associação aos antepassados escravizados, a necessidade e vontade de participação no mundo dos direitos e deveres e o rompimento com o ciclo da pobreza.

Naquele tempo a gente sofria muito na roça, sabe? Meu pai só vivia mudando de uma fazenda pra outra porque ele era vaqueiro e nós ia tudo junto. [...] Daí minha vó me pegou e me levou pra cidade, que é Carolina, na capital mesmo, mas ela não teve condição de me dar o estudo, então eu comecei a trabalhar na casa dos outros. Ela me arrumou emprego com a Maria Luzia, minha primeira patroa, ela me dava roupa e calçado, mas dinheiro não.

[...]

Eu sentia muita falta da minha família, eu vim pra cá cedo, sem estudo, as pessoas me enganavam muito, me prometiam de me dar estudo e nunca me deu. Até hoje eu sempre peço pros meus filhos estudar, boto as pessoas pra estudar, porque é bom estudo. Hoje eu não sei entrar numa loteria e fazer alguma coisa sozinha, pagar uma coisa no banco, eu não sei. Nem pegar uma senha eu não sei, preciso pedir pra alguém da fila me ajudar. O estudo é muito importante, eu acho. Eu sofria muito, sou uma pessoa muito sofredora (Sandra).

No meu segundo emprego [no Maranhão] eu cuidava de um menino pequenininho. Lá eu não apanhava, mas também não ia pra escola. Lá [no outro emprego, no Lago Norte] eu não pude estudar porque ela [a patroa] falou pra mim que chegava tarde e assim não dava pra eu ir pra escola, então ou eu trabalhava ou eu estudava. Olha, pra você ter uma ideia, eu só fui terminar o meu ensino médio a Amanda já tinha 4 anos de idade! Eu nunca reprovei na minha vida, mas olha o tempo que venho tentando! Eu desisti muito por conta de mudança de emprego, mas eu nunca tirei uma nota vermelha na minha vida! (Bárbara).

Para Sandra, a marca social de não ser letrada é ainda mais pesada do que carregar o peso do racismo.

A gente sofre... Nossa, eu sofri demais... Até hoje... Eu sonho com negócio de analfabeto. Sabe, essa marca fica pro resto da minha vida. Não é nem tanto assim por dizer: “Ah, você é uma negra”, mas esse “analfabeto” me machuca demais. Até meu ex-marido uma vez disse isso. Duas pessoas que me chamou de analfabeta já: “É, porque você é analfabeta e não sei o quê, não tem isso, não tem aquilo”... Foi a Dona Lia e o Arlindo, o meu ex-esposo. Isso me marca lá dentro do coração. Bom, eu sou analfabeta e tudo, mas eu tenho a minha atitude das minhas coisas, e tenho o meu conhecimento. Você me ensina uma coisa uma vez, eu decoro. Eu decoro mesmo. Eu soletro as coisas assim, uma letra assim, uma coisa com *dificuldade*... Eu fico feliz quando eu consigo a palavra, né? Eu anoto recado, entendeu? Não, recado não... Uns números, né... Assim, meu 7 é muito feio... Eu tenho muita *dificuldade* de escrever. Mas eu escrevo muito, eu to escrevendo muito assim já... Já escrevo meu nome direitinho, entendeu? E eu sou muito feliz por isso. (Sandra).

Para Jesus, de acordo com o trecho transcrito abaixo, o reconhecimento da importância do estudo se concretiza em garantir essa oportunidade para a sua filha. Jesus trabalha para pagar a faculdade da sua filha para que ela possa fugir do analfabetismo e percorrer universos diferentes dos seus. Ela trabalha na esperança de ver sua filha tornar-se cidadã (MUNANGA, 2012).

Eu vim pra Brasília pra arrumar um emprego melhor pra cuidar dessa menina minha. Tudo que eu trabalho é pra ela. Tudo que a minha mãe não me deu, eu quis dar pras minhas filhas. A minha outra morreu com dois anos e meio. Mas essa, tudo que eu queria era que ela fizesse a faculdade, estudasse. O que eu não estudei eu queria que minha filha estudasse porque se a gente não sabe ler, a gente não é ninguém. É difícil demais a vida de quem não sabe ler. E eu queria muito que minha filha estudasse. E se eu ficasse lá no Maranhão, nem a faculdade dela

eu não ia conseguir. Ela tem a bolsa, mas os livros são comprados, entendeu? Então tudo é eu! Tudo é eu! Todo mês meu salário inteiro vai pra lá!

[...]

Não estudei, não tive essa chance. Mal boto meu nome. Mas conheço todas as letras, sabia? Sei tirar dinheiro, pegar avião, faço tudo. (Jesus).

Bárbara também contou sobre as estratégias de uma de suas patroas para que ela estudasse: *A patroa era médica e quando ela fazia plantão eu tinha que matar aula, aí ela sempre me dava um atestado. Eu vivia de atestado na escola pra não perder o ano letivo. As realidades de Carla e Cleide são diferentes; Carla cursa Pedagogia e Cleide faz curso técnico de informática. Carla contou sua trajetória à faculdade:*

Eu trabalho desde os 13 anos como empregada doméstica. Eu trabalhava ajudando, na cidade, como não tinha onde estudar na roça eu resolvi trabalhar ganhando umas coisas, que na verdade eu não ganhava, eu só trabalhava pra estudar, aí eu fui e fiquei estudando. Eu queria estudar e fiz esse esforço e graças a Deus consegui e nunca mais voltei pra casa, fiquei trabalhando, trabalhando...Agora estou cursando o superior. Era uma coisa que eu sonhava, mas não acreditava que ia conseguir porque eu achava que não ia conseguir pagar com o meu trabalho e a pública eu não teria tempo de conseguir fazer trabalhando tanto. Mas depois que eu terminei o ensino médio eu comecei a trabalhar com essas pessoas que eu adoro e elas me proporcionaram a ajuda para pagar a faculdade. No momento que eu cheguei lá elas perguntaram se eu queria estudar e disseram que iam fazer tudo pra eu poder estudar e já pegaram um monte de livro e disseram: “pode começar a estudar que você vai fazer o vestibular”. Nossa, eu fiquei super feliz! Aí seis meses depois eu fiz o vestibular, me inscrevi e passei. Aí pronto! Elas aumentaram o meu salário justamente pra eu poder pagar a parcela da faculdade. Aí foi muito bom, não reprovei nenhuma matéria, graças a Deus. Eu ralo muito, mas tô conseguindo. É muito bom, adoro elas! (Carla).

Apesar da preocupação com a babá “como uma fonte de aprendizado” (BRITES, 2007, p. 100) para as suas filhas e a ajuda das patroas, Carla precisa esquecer o cansaço da longa jornada e do acúmulo de funções no trabalho para dar conta dos estudos. *Cansaço* foi palavra recorrente nas entrevistas, principalmente nas falas daquelas que somam ao cuidado das crianças os afazeres domésticos.

Agora, essa história de você ser babá e cuidar da casa é cansativo. Eu falo isso com você com toda a convicção: é cansativo! A gente trabalha porque a gente precisa, e a mãe... No caso da Raquel, eu tenho amor

por ela mesmo. A nossa relação é tão bacana, porque, às vezes, eu fico pensando: eu saio e se eu não arrumar uma patroa tão bacana igual ela? Eu já tive vontade de sair pelo cansaço. Entendeu? Porque, nossa! É um serviço que cansa. É esforço físico mesmo, você cansa. Igual to te falando: igual lá, lá eu não sou só a babá. Aí eu sou a babá, eu sou a faxineira, eu sou a cozinheira, entendeu?

[...]

Naquela época que você me encontrou pela primeira vez eu tava muito cansada. Eu falei pra ela [para a patroa], “olha, a melhor coisa é quando vocês deixam o funcionário descansar”. No meu caso, depois das férias, eu voltei bem mais alegre, com vontade de trabalhar. Eu tava muito cansada porque tinha dia que eu não parava nem pra comer. Comia em pé porque senão não dava tempo de terminar todo o serviço. (Vanda).

A primeira coisa que faço é arrumar a mesa e preparar o café dos meninos. Eu arrumo a cozinha. Agora só não tô passando. Agora tem uma faxineira que passa roupa e ajuda na limpeza e vem de uma em uma semana. Eu lavo todo dia. Faço almoço. Levo os meninos no colégio, busco. Quando a mãe não pode eu busco e levo. Eles estudam de tarde, é aqui pertinho. Eu durmo com eles também. Dou café da manhã, dou banho, almoço, janta, cuido deles, lavo o cabelo deles, eu amo! Afe Maria! Eles dormem depois que termina a novela, eu que escovo os dentes, coloco o pijama. Eles assistem os filmes deles e eu assisto a novela no meu quartinho. Aí quando eles terminam de jantar já boto pra escovar o dente, já boto o pijama e durmo com eles. A Helena, minha filha, adora dormir aqui cheirando meu suvaquinho. (Sandra).

Eu acordo 7h. Meu quartinho é fora de casa, daí entro na casa umas 7:30h e vou parar umas 21h. Mas a hora extra ele nunca mencionou. Então, não tá valendo pra mim e eu sei que cabe a mim exigir, mas como eu sou tímida e como ele sabe que eu sou uma boa babá, acho que cabe a ele sentar comigo e explicar. Existe a hora extra e a hora do almoço. Eu não vou dar o luxo de descansar e deixar as coisas por fazer porque eu, como babá, cuido de tudo que se refere às crianças, as roupas e os quatinhos deles, eu que limpo. Agora, como voltaram as aulas, eu vou fazer isso. E como eles chegam as 18h é a hora que eu to terminando de fazer minhas coisas. Sobrou o quê? Nada. Não tem tempo pra descansar e se eu for ficar uma hora pra terminar o almoço e voltar o trabalho, aí não dá tempo mesmo! Eu gosto de deixar as minhas coisas bem arrumadinhas. Eu sou assim, não adianta.

[...]

Eu só descanso quando não tem mais nada pra fazer, então quase não tem descanso. Depois que eu termino de limpar lá em cima, guardar todos os brinquedos, já é 18:20h e eles já estão chegando da escola. Só

dá tempo de guardar as coisas e pegar eles e dar a janta. Tem dias que me sinto muito cansada, principalmente na segunda-feira. (Meire).

Entretanto, a PEC das Domésticas permitiu ao corpo exausto encontrar um pouco de alívio na regulação e no pagamento das horas extras, embora nem todas as famílias empregadoras já estivessem adotando a “nova lei” na época das entrevistas. Além disso, apenas algumas trabalhadoras conhecem seus direitos, pois são raros os espaços de construção de uma consciência coletiva.

Eu tava ganhando fixo R\$1.200,00, mas depois dessa nova lei, com as horas extras, eu to chegando a R\$1.350,00, mas varia a cada mês. Não que eu já esteja satisfeita, mas já melhorou muito porque quando eu cheguei aqui, há 6 anos, eu tava ganhando R\$500,00. Então, melhorou muito!

[...]

Nesse domingo eu vou viajar com elas três dias, elas me pediram pela primeira vez. A gente vai pra Caldas Novas e como lá tem muita piscina elas querem ter mais olhar. Eu vou porque não quero deixar elas na mão quando elas precisam porque elas não fazem isso comigo. Elas vão me pagar tudo, adicional noturno, hora extra de domingo, elas vão me pagar dobrado que é o certo. E tudo que elas me pagam elas me dão comprovante. Lá tem até folha de ponto. (Carla)

Inseridas nessa condição subalternizante, sem as jornadas de trabalho reguladas em lei, as babás têm seus horários de trabalho estendidos ao máximo para acomodar as exigências das/os patroas/ões; sem contar com os casos de dupla jornada, que se caracterizam pela soma do tempo que essas mulheres dedicam ao trabalho doméstico na casa das famílias empregadoras mais os cuidados com a própria casa e família. No caso das babás, elas ainda constituem grande parcela das trabalhadoras que trabalham no período noturno. Nas falas abaixo, fica evidente que não há descanso de noite para quem dorme no emprego e deve estar disponível na madrugada.

Eu sempre nas minhas casas tinha o meu quartinho com minhas coisas, mas eu sempre dormi no quarto das crianças, toda vida eu dormi no quarto com as crianças. Meu quarto era só pra banhar, usar, essas coisas, mas sempre dormi com as crianças. (Sandra).

No final de semana eu tinha folga, mas como dormia no emprego, depois que começava não parava nunca. Eu tinha folga quinzenal. Até hoje ainda existe, né? Ou não pode mais existir? (Vanda)

Lá eu tenho um quarto só pra mim, mas o meu quarto é perto do quarto do Gabriel pra eu poder ficar vendo ele de noite. Antes a Maria Fernanda queria dormir só comigo até porque eu cuido dela desde um mês. Desde pequenininha ela dorme mais eu.

[...]

Lá na casa do pai deles é um apartamento. Na casa da mãe é casa. Os meninos estão meio perturbados. Na casa do pai eu não tenho um quarto, isso é um erro. Tem dois quartos. O quarto do pai e o quarto pras crianças e pras babás. Quando eu tô invocada nem durmo ou então durmo no sofá da sala. Lota de gente. No quarto de casal tá o pai com a namorada dele. No outro quarto dorme eu, dorme a babá da filha dele com a outra mulher.. só de menino tem os que eu cuido, essa que ele arrumou fora do casamento e a que a nova mulher dele já tinha, mais eu e a outra babá. Tudo num quarto só. É muita gente. Eu já falei que não gosto, mas ele acha que é normal porque ele tá pagando. Eu tô muito chateada. Ele acha que não tem que ter conversa. A mãe deles faz questão que eu vá, então eu tenho que ir. Só que lá não tem lugar pra babá. Tinha ao menos que ter um quarto pra babá dormir. Não tem. Eu deito lá no chão, puxo o colchão e ainda durmo junto com a Maria Fernanda. Dorme todo mundo junto. Agora ele comprou dois colchões pra quem quiser deitar na sala. Isso é lugar? Não é assim que trata ninguém não. (Jesus).

Eu fico muito atenta, porque ele chora. Ele dorme no bercinho dele e até que não acorda muito de madrugada, só às 4h, dá um chorinho, mas dorme de novo, e acorda às 6h. (Cleide).

A babá não tem um horário pra descansar. Eu já dormi em lugares que eu tinha que dormir com a criança também. Eu tinha que levantar, trocar fralda, preparar mamadeira. E no dia seguinte eu tinha que estar disposta pra pegar o turno do dia. E nessa época não existia adicional noturno, mas se você tem que trabalhar e tem seus filhos pra sustentar, você se submete a esses tipos de coisa. (Bárbara).

hooks (1995) mostra como, a partir da socialização sexista, os afazeres domésticos e outras atividades servis aparecem para as meninas negras e para as mulheres em geral como primordial frente ao trabalho mental e intelectual. Nesses trechos das entrevistas, foi possível verificar como esse destino foi se desenhando nas vidas das babás. Entretanto, Cleide sabe muito bem que não é intensificando sua jornada de trabalho como babá que garantirá um lugar nesse mundo que veio buscar.

Cleide: Assim, com essa nova lei, agora, aí eles não querem...

Assim, eles quer que eu durmo, mas não quer pagar a hora extra. Tá

falando que ta ficando muito difícil, que não tem condições... Aí eu falei: “Ah, então tá! Você quer empregada, você paga! Se não... Fica só”.

Nanah: Mas, e aí, como é que você vai fazer?

Cleide: Não sei... Eu quero sair...Porque, assim, porque não tem como. Eu pago 550 reais do aluguel, fora água e luz, pago a faculdade e ainda vou... Pra ganhar o quê? Mil e duzentos reais?

Nanah: E você falou que estuda?

Cleide: Eles sabem. Mas agora ta difícil, né? Porque eu acho que ela mudou o horário dela, agora ta chegando 19 horas. Só que eu não posso deixar de estudar pra ficar com ela. Não dá, não. Porque trabalhar na casa dos outros... Você não sabe o quê que é... Não sabe... Nossa senhora! Às vezes é humilhante, sabe, e às vezes... Tem gente que... Acha que ter uma empregada, pagar uma empregada, eles acham que... Ta podendo demais. Assim... Eu... Nada contra domésticas assim, sabe? Mas, cara, é bem humilhante, eu acho.

Para Cleide e as outras babás, uma escolaridade mais alta deixa a possibilidade de sair do trabalho doméstico com maior consistência. Ademais, enquanto corpos revestidos de uma imagem discursiva erótica – traço da violência racista (COSTA in SOUSA, 1983) –, as mulheres negras vão vivenciar a experiência de ser um corpo-objeto da satisfação do desejo sexual de seus patrões. Esse aspecto está explícito nas inúmeras denúncias de tentativas de abuso sexual que apareceram nas entrevistas, contornadas por dor e medo.

Uma vez, em Fortaleza, eu trabalhei numa casa e o filho da patroa tinha 42 anos e eu não sabia que ele entrava no meu quarto. O quarto era muito pequeno e a porta não travava. Uma vez esse filho da minha patroa falou pra mim que achava muito bonito o jeito de eu dormir, daquele jeito, assim... Eu fiquei pensando como ele sabia, né? E eu botava um banquinho pra encostar a porta. Uma vez a patroa viajou e eu tava sonhando que minha avó tava me acordando e quando eu vi a porta tava abrindo e quem tava entrando era ele. Ele tava com a mão dentro da calça. Eu tinha uns dezenove anos. Nossa, eu fiquei desesperada. Fiquei nervosa e gritei o nome de uma das filhas dela. Só que lá a casa era grande e ninguém escutou. Eu gritei muito e ele mandou eu calar a boca, falar baixo, não gritar e foi me agarrando. Eu fiquei chorando e ele saiu. Tinha outra irmã dele que a porta do quarto ficava na frente do meu. Eu gritei, gritei, mas ninguém saiu. Aí

ela disse que ia chamar a polícia, mas depois não fez nada. Eu senti muito medo nesse dia. (Ana).

Patrão meu já deu em cima de mim, filho de patrão meu já foi no meu quarto e um dia até me pegou a força, lá no bloco G da 104 sul. Reclamei com a mãe dele, disse que ia sair do trabalho. O pai dele era deputado ou ministro, não sei. O filho dele gostava de dormir com as empregadas, mas eu não aceitei. Eu tinha 17 anos já, já era coroinha. Aí ele foi e me pegou. Ele bateu na minha porta e me pediu cigarro e entrou e queria, sabe? Eu não deixei. Eu gritei, minha patroa veio e eu saí do emprego.

[...]

O marido da Dona Manuela também, o Seu Welder, e eu tava buxuda na época. Ela trabalhava e viajava muito e eu ficava com os meninos. Ele bebia muito e nesse dia ele veio me dizer que ia me dar um apartamento porque eu tava buxuda e tava precisando, né? Ele queria que eu fosse a amante dele. Ele tentou me agarrar, me conquistar e eu não aceitei. Quando a Viviane chegou eu falei pra ela, na frente dele, na mesa do café. Eles brigaram, ele me pediu desculpas e parou de falar comigo. E aí eu fiquei até ganhar o menino, que foi o que ela tinha me prometido, né. Ele disse que era por causa da bebida. Aí eu disse: “o senhor me conquistou porque o senhor quis e a sua mulher vai ficar sabendo”. Eu não escondo nada. (Sandra).

Lá eu não apanhava, mas também não ia pra escola. Mas o pai da criança passava a mão em mim, eu já tinha 10 anos, tava formando peitinho, só que nunca chegou a abusar 100%, mas queria que eu pegasse no pinto dele. Eu morria de medo, mas se eu falasse ninguém ia acreditar em mim, afinal de contas, eu era criança. (Bárbara).

Sônia Maria Giacomini (2013) escreveu sobre a escrava negra utilizada como objeto sexual em sua condição de propriedade privada senhorial. Seu corpo, além de ser apropriado em função do aleitamento, era muitas vezes, via estupro institucionalizado, objeto sexual do homem branco. Giacomini afirma que

[...] a sexualidade da escrava aparece para o senhor livre de entraves ou amarras de qualquer ordem, alheia à procriação, às normas morais e à religião, desnudada de toda série de funções que são reservadas às mulheres brancas, para ser apropriada num só aspecto: objeto sexual (2013, p.70).

No imaginário brasileiro, recai sobre as mulheres negras a construção discursiva de serem “puro corpo”, ou puro sexo, amorais. A exaltação da figura da mulata e de seus atributos físicos sensualizados – “objeto social, símbolo de uma sociedade (que se quer) mestiça”

(CORRÊA, 2009, p.247) – busca explicar e até justificar os ataques sexuais sofridos por essas mulheres. Aí estariam as raízes históricas da opressão racista e patriarcal dos homens brancos sobre os corpos coisificados das mulheres negras: na exploração sexual do corpo feminino negro que foi naturalizado como um dos aspectos atribuídos ao trabalho das mulheres escravizadas, sendo que até hoje não há constrangimentos em associar a iniciação sexual com a empregada a um hábito brasileiro, não sendo considerado um ato de violência.

Perversamente, as crianças também participam da transição do corpo-objeto para o corpo-abjeto, quando a babá não satisfaz suas expectativas e vontades, e a violência é um meio para marcar essa transição no sentido afeto-objeto-abjeto. Os trechos abaixo indicam esses aspectos da trajetória corporal.

Eu digo não, ela diz que eu sou a pior babá do mundo. Aí tenho que falar que ela tem que aceitar, que eu sei o que é melhor pra ela. Ela diz: “ai, que chato, você não manda em mim, eu vou mandar minha mãe mandar você embora”. Eu digo: “Ai, Giovanna, que coisa mais chata, fica aí então falando sozinha”. E ela responde: “Tá bom, pode ir, eu vou mandar minha mãe mandar você embora”. Aí eu tenho que ficar trocando as coisas. Pra ela fazer uma coisa eu dou outra. (Meire).

Hoje mesmo, eu cuido dessa menina desde que ela tinha um mês, mas ela bate na minha cara, me chuta. (Jesus).

Uma vez, logo que eu cheguei, a Giovanna me deu um tapa no rosto que eu me senti muito humilhada. Ela bateu muito forte no meu rosto e eu nunca tinha levado um tapa. Foi lá na casa da tia dela. Eu fui dar banho nela e fiquei de joelho na frente dela aí ela veio com as duas mãos e bateu com toda força. Eu segurei a respiração e perguntei por que ela tinha feito aquilo. Ela queria continuar me batendo e eu tive que segurar a mão dela. Eu disse: “nunca levei tapa de ninguém, você foi a primeira pessoa”. Eu me senti muito humilhada e não me segurei. Tive vontade de ir embora. A mãe dela perguntou o que aconteceu e eu não consegui falar porque comecei a chorar. O pai dela chegou do trabalho e brigou com ela. Eu sei que eu sou adulta e ela é só uma criança, mas eu me senti humilhada que não tive coragem nem de encarar ela. Eu nem sei te falar, mas não gostei. Assim, você está lá se doando, trabalhando com amor e carinho, e não pra apanhar. E é isso o que muitas vezes acontece, eles batem em você, né. (Meire).

Considerando o que as babás têm a dizer, reitero que os corpos não se separam como as subcategorias podem deixar aparentar. O corpo-objeto da visão capitalista se expande

para a abjeção e atua via afeto simultaneamente. As falas abaixo pintam o quadro da trajetória entre o corpo-objeto para o corpo-abjeto.

A Dona Manuela achava que só porque pagava o salário podia explorar. Ela chegava de noite pra mim e pedia pra eu lavar uma roupa. Tudo bem que ela ia viajar, mas aí eu pensava, tanta roupa que essa mulher tem, tem que ser aquela? Aí botava eu pra lavar roupa de noite pra no outro dia estar seca. E tinha vezes que eu lavava a roupa e ela nem levava pra viagem. Eu me sentia magoada, com raiva. Que nem arear taça com flanela, dar brilho. Até hoje tenho raiva daquilo. Sentia que era um castigo. (Sandra).

Sandra sente o excesso incoerente do trabalho exigido como uma submissão a um castigo, um aspecto da abjeção.

Lá não tinha horário de descanso também, eu não dormia bem. E quando o bebê dormia a mulher me mandava limpar a casa, falava que eu ficava de braços cruzados. Foi bem difícil esse primeiro emprego. Eu até gostava do neném, com relação à patroa foi bem difícil. A forma como ela tratava as pessoas... ela humilhava. Teve uma vez que o bebê tava chorando e eu tava cansada, cansada. Aí ela falou: “Você tá aqui pra trabalhar, eu to te pagando”. E começou a gritar, ficou louca, e eu falei que não dava mais. Aí ela me mandou embora. (Cleide).

Foi em um feriado, logo quando eu entrei... A gente faz cada combinação que depois eu pensei: “Meu Deus! Por que eu fiz isso?”. Quando eu entrei, no início, ela perguntou, se eu podia trabalhar um feriado sim e um feriado não. E eu: “Beleza, tranquilo!”. Aí o feriado que eu não tava, uma amiga minha tava. Aí uma vez foi dia 12 de outubro, dia de Nossa Senhora da Aparecida, dia das crianças, nós fomos pro clube, aí chegamos lá tava chovendo. Chuva, chuva, chuva! Aí, como era dia das crianças, só tinha os brinquedos inflável e os menino brincando, brincando, aí começou a chover e eles queria ficar lá. Aí chovendo... E eu lá com eles, eu toda molhada, e os meninos todo molhado, aí eu vim e falei com a mãe deles: “Fulana, não é melhor tirar os menino da chuva porque eles vão adoecer?”. E eu toda molhada... Aí ela virou e falou assim: “Ah, não! Deixa mais um pouquinho, é dia das crianças! Só uma vez no ano!”. Tipo assim... Ela não queria saber se eu tava debaixo de chuva, se eu tava molhada ou se eu não tava, eu tinha que ficar com os menino, né? E ela lá, tomando chocolate quente com a mãe, sabe? Debaixo de cobertura... Cara, eu... [risos]. Eu fiquei braba! Nossa, eu falei: “Tá beleza!” Aí eu voltei, tirei os meninos na hora de almoço, duas horas da tarde e os menino não tinham almoçado, embaixo de chuva... Aí eu voltei e falei: “Valéria, vamo... Eu tirei os menino... Chega de chuva!”. Toda molhada, a roupa ficava grudada,

não tinha roupa nem pra ir embora. Quando eu cheguei lá, ela virou e falou pra mim assim: “Ai Jane, você podia dar um banhozinho quente nos menino antes de ir embora pra eles não adoecer”. Tipo assim, né, eu cheguei antes nela e falei: “Vamo tirar os meninos pra não adoecer!” e ela não quis. Depois que eu tirei, queria que eu fosse dar banho nos menino pra não adoecer. Aí esse dia... Na hora eu jurei: “nunca mais eu trabalho em feriado”. Porque esse dia eu senti humilhada. É tanto que eu saí de lá, eu vim lá do clube até na casa dela sem abrir a boca, porque ela viu que eu não gostei... Aí chegamos na casa dela, só troquei de roupa e vim embora. Fiquei dois dia sem ir na casa dela. Com raiva! [risos]. E nem atendi telefone, porque eu me senti a pior das piores. Sabe? Porque você chega... Você vai ajudar... Aí ta chovendo, cara, aí você ta ali embaixo de chuva... E o patrão lá olhando você... Ah, não! Esse dia eu não gostei, esse dia eu senti humilhada. Até hoje eu não engoli isso! [risos]. Esse dia... Menina, eu chorei, sabe? (Cleide).

Quando eu vim pra cá pra Brasília eu fui trabalhar com uma patroa que era a ex-patroa da minha irmã – minha irmã trabalhou com ela 7 anos. Aí eu casei, né? E quando eu engravidei, ela me mandou embora. Eu vomitava o tempo todo, com tudo o que eu via... E a primeira atitude: rua! (Vanda).

Eu engravidei e fiquei trabalhando. Eu não falava porque eu tinha medo, né, de falar pra minha patroa que eu tava grávida, né? A Dona Manuela, nossa senhora! Ela era muito ruim pra mim, mas eu agradeço porque ela me segurou... Eu agradeço muito ela até hoje, que ela brigou muito comigo, mas ela ficou comigo. Ela veio e ficou olhando pra mim, pro meu corpo e pra minha barriga. (Sandra)

4.3 O corpo-abjeto

O abjeto é repulsivo porque manifesta uma confusão de limites, que pontua, fratura e fragmenta a suposta unidade [...] dos sujeitos hegemônicos e do corpo político da nação.

Julia Kristeva

Sandra: Tu sabe cabelo do nordeste como é, né? Meu cabelo é bem enroladinho, sabe? Sabe cabelo que você corta e nunca abaixa? Meu cabelo era desse jeito. Mas agora meu cabelo vive de escova, agora eu to na benção. Já sofri muito preconceito. Me chamavam de negra, neguinha véia... “que que essa neguinha véia quer saber de quê? Você é uma negra que não sabe ler e nem escrever, o que que você é?”. A Dona Jacira mesmo dizia tanta coisa pra mim. Já passei muito por isso. Eu falava: “Sou negra, mas sou feliz! E eu nunca roubei”. Só quero o que é meu e não quero nada do que é dos outros. Eu era bem pretinha, mas aqui em Brasília...eu era moreninha, mas eu não tenho raiva no meu coração. [...] Eu não fiquei, não fico magoada que a pessoa me chama de negra. Até a minha sogra já me chamou de negra, que eu não servia pro filho dela, que eu era uma negra, sabe? Porque meu cabelo sempre foi enroladinho. Ele é assim porque eu passo produto nele, entendeu? Eu faço escovinha. Mas meu cabelo é bem cacheadinho. Se eu molho ele aqui, ele cacheia todinho. Mas não, isso daí eu nunca fiquei magoada com isso, nunca.

Nanah: Sandra, mas quando eu perguntei você me disse que se considera morena, né?

Sandra: Ah, eu sou morena.

Nanah: Ser morena pra você é ser negra? Tem diferença?

Sandra: Eu acho que sim... Uma morena é uma morena. Negra é negra, né? A diferença é a cor da pele. Porque o preto é preto, né? É mais escuro. E o moreno é moreno.

Nanah: Lá no Maranhão tem mais negros? Mais morenas? Tem diferença daqui de Brasília?

Sandra: Lá tem muito negro... Tem diferença! Aqui eu me

sinto mais clara... Porque lá é muito quente, né? Muito calor, você pega muito sol, você trabalha muito no sol. Entendeu? E aqui é muito mais na sombra. Se tu me conhecia de primeira, eu era bem pretinha, aqui que eu tô branca. Vixi! [risos].

Nesses trechos da entrevista, Sandra constrói suas noções a respeito do Maranhão, de Brasília, de si própria e de suas relações sociais a partir da categoria raça/cor. Suas afirmações praticamente retiram de sua identidade negra qualquer possibilidade de associação ao prazer. Quando afirma que nunca roubou e só quer o que é dela, Sandra nos revela viver a experiência de um corpo estereotipado como transgressor, o corpo incivilizado e suspeito do roubo. A associação à negritude é de dor, preconceito e remete ao nordeste. Sua racialidade serviu como “filtro” de trajetórias na estrutura de classes e, como sujeito de sua própria história, ela necessita curar a dor. Na busca de cura, Sandra se dispõe de estratégias como alisar os cabelos⁴⁵. Ela busca no contínuo de cores e na gradação mistificadora dos tons de pele o seu curativo, em Brasília, terra da esperança, ela é morena e isso não seria possível no Maranhão.

De forma perspicaz, ela nos revela uma consciência nítida de que não está sozinha nesse processo. O lugar – Maranhão – serve aqui como a metáfora do racismo vivido de forma compartilhada. Pela onipresença do sol em sua pele, no Maranhão não há escapatória para o corpo queimado de sol de quem se dedica à atividade de quebradeira de coco-babaçu. Brasília, então, funciona como experiência redentora, mas sua redenção tem um preço: a negação da raça. Viver à sombra de um trabalho invisível. Metaforicamente, Brasília é o lugar em que encontrou o mito da democracia racial e seu corpo é o próprio campo de batalha. A teoria da miscigenação ofereceu um abrigo ilusório para diluir a questão da raça: ser morena aparece no discurso de Sandra como uma porta que abre para que possa transitar pelos parâmetros da classe média brasiliense e o alisamento do cabelo contextualiza seu pertencimento racial, embora seja possível afirmar que se reconhece negra. Ela revela, porém, que para compreendê-la e compreender os dilemas de milhares de mulheres negras, isso não é suficiente.

45 Sobre esse tema, ver o texto “Alisando nosso cabelo”, em que bell hooks (2005) trata das experiências corporais subjetivas e vividas cotidianamente que são consequências do patriarcado e do racismo que apenas as mulheres negras vivenciam. De acordo com hooks (2005), o alisamento dos cabelos significa um controle do corpo da mulher negra: “Dentro do patriarcado capitalista – o contexto social e político em que surge o costume entre os negros de alisarmos os nossos cabelos –, essa postura representa uma imitação da aparência do grupo branco dominante e, com frequência, indica um racismo interiorizado, um ódio a si mesmo que pode ser somado a uma baixa auto-estima” (p. 4).

Cleide descreveu o momento em que alisou seus cabelos pela primeira vez, levada ao salão de beleza por sua patroa branca que desejava embranquecer sua empregada e apagar o corpo negro enquanto representação.

Eu lembro que eu tinha um cabelo duro, aquele cabelo de criança que não quer pentear? Cabelo duro mesmo. Aí ela [a patroa]: “Vamos pro salão porque ninguém anda comigo assim!” Aí foi lá, me levou lá pro salão, deu uma alisada no meu cabelo... Nossa, ficou maravilhoso [risos]. Eu amei! Depois disso só escova, entendeu? Aí ela falou que não gostava de empregada que andava do jeito que eu tava andando, com aquele cabelo. Meu cabelo era bem cacheadinho. (Cleide).

Nizia Vilaça (2006) configura que o corpo quando “irrepresentável, impõe, frequentemente, para além de nossa consciência e a despeito dela, sua própria razão, tomada, às vezes, como signo patológico, abjeto” (p.74). Muitos consideram que ao alisar os cabelos, mulheres como Sandra e Cleide retiraram-se da história, mas acredito que fazendo assim, Sandra e Cleide denunciam a história da violência racista das/os brancas/os, que tende a apagar a identidade dos sujeitos negros e destituí-los de seus corpos (COSTA in SOUSA, 1983). Suas próprias vidas são uma denúncia. Semelhante à Sandra, Bárbara também mostra que precisa se defender das acusações que repousam sobre sua identidade negra. Foi assim que resistiu à representação de seu corpo rebelde e *desaforado* e confrontou o comportamento vigilante de uma de suas patroas.

Ela ficava em casa e eu percebi que eu descia pro parquinho e ela ficava olhando. Quando eu subia e ia dar banho nele, ela ficava me vigiando. Ela ficava sempre olhando atrás da porta. A cozinheira me falou que ela olhava dentro das nossas bolsas quando a gente tomava banho. Aí eu fiquei atenta. Nesse dia específico, acho que eu devia ter acordado com os dois pés esquerdos, eu percebi que ela tava me olhando atrás da porta no banheiro e o bebê rindo na banheira. Na hora que ela encostou eu empurrei a porta e disse assim: “Olha, Stela, você está me vigiando? Porque ou você confia em mim, ou não confia, se eu to trabalhando e você não confia em mim, beleza, então tome conta do seu filho você mesma. E outra coisa, pára de mexer nas minhas coisas porque eu não mexo nas suas”. Aí ela disse: “Ah, mas você está muito desaforada”. Eu disse: “Você quer desaforo? Então tá aqui o seu filho, você não quer vigiar? Toma aqui e termina de dar o banho nele. E outra coisa, enfia no meio do seu rabo os dias que eu trabalhei”. Eu nunca voltei pra pegar meus 15 dias trabalhados, mas acho que o que eu falei pra ela ninguém nunca tinha tido coragem de falar. Com a minha história toda, eu aprendi a não aceitar. Era como se eu tivesse entrando lá pra molestar o filho dela ou pra roubar as coisas dela. O que eu quero com as coisas

dos outros? Eu não pego nada. Se eu estiver precisando eu peço, mas não pego. (Bárbara).

E concluiu: *Dá a sensação de que simplesmente por você ser pobre e negra, você já vai fazer alguma coisa errada. Eu não gosto de ninguém me vigiando.* A construção desse discurso que recai tão perversamente sobre os corpos dessas mulheres remete aos tempos coloniais e resistem até hoje, embora em contexto econômico diferente. O europeu colonizador, convencido de sua superioridade e ignorante em relação às histórias e culturas negras, retirava das mulheres e homens negros quase toda a sua humanidade, desfigurando, excluindo e segregando-as/os. De acordo com Munanga (2012), a sociedade colonial recorreu à força bruta, às humilhações, à desorganização das instituições africanas, às teorias científicas racistas, aos preconceitos e estereótipos raciais, etc como mecanismos para manter a dominação. O colonizado foi, assim, “remodelado em uma série de negações que, somadas, constituem um retrato-acusação, uma imagem mítica” (MUNANGA, 2012, p. 34) onde uma delas é justamente a do “negro retardado, perverso, ladrão”. Nesse retrato, encontra-se a experiência de Bárbara.

Quando inseridos/as na relação dominante \times dominado pela condição da abjeção, a sociedade designa uma posição de limites claros para corpos que devem ser controlados, vigiados, contidos e rejeitados. Na garantia da identidade hegemônica, surge a necessidade da produção da diferenciação, que transforma os “outros” em lixo (BUTLER, 2010). Sandra e Bárbara têm lugar no mundo e ser babá de crianças brancas é um deles. Ambas identificam, nas entrelinhas, uma sociedade que as acusa e, assim, as recusam, confinando-as a determinados lugares sociais destinados às mulheres negras. Entretanto, o sofrimento que desponta do racismo que pousa sobre seu corpo negro condenando-o à abjeção não é suficiente para Bárbara dissociar-se de sua negritude. Ela afirma, em toda sua força, *sou negra e isso não é problema.*

As experiências dessas mulheres negras são elementos que as interligam aos dilemas específicos de uma categoria profissional: contraditoriamente, tendo o afeto como mediador, controlador ou alívio da relação de superexploração, a babá também é constantemente identificada como corpo-abjeto, lembrada da dessemelhança, do seu não pertencimento ao padrão. Submetidas ao trabalho desde a infância, são isoladas em minúsculos quartos nos fundos das áreas de serviço, sujeitas a absurdas restrições alimentares e de espaços na casa, a humilhações, ofensas e castigos por parte das famílias empregadoras, que, subalternizando, aliviam-se das ameaças de perda de *status* que remete à colonialidade. Abaixo, Cleide mos-

tra sua indignação perante o controle de sua patroa e entende muito bem que o comedimento não é fruto de escassez econômica.

Em relação à patroa, ela era bem dura, na hora de comer, por exemplo, ela ficava com raiva, teve até o caso da banana. Um dia eu comi uma banana e a mulher reclamou que tava faltando uma banana. Aí eu falei pra ela que quando viesse de casa ia trazer um cacho de banana pra ela. Não acreditei! Só uma banana! [...] Lá era tudo separado. A patroa dava pra gente comida de 15 dias. Na hora do almoço a patroa falava “ó, tem um pão aí”. Era um pão velho congelado. Ela tinha a geladeira dela que a gente não podia mexer, não podia comer nada. Tudo era contado. Tinha que encher a barriga de água, porque senão morria de fome... O pão, ela congelava e pedia pra esquentar na panela e passar manteiga. Eu me sentia um lixo. Pensava: “Meus Deus, que eu to caçando aqui?!” Aí vi que eu tinha que estudar, tinha que pensar na vida. (Cleide).

Entretanto, Cleide indica que foram momentos como esses que a levaram a reelaborar seus projetos de vida e criar saídas para a condição de opressão que vivia: os estudos. Na fala dela, dor vira indignação. No trecho transcrito abaixo, Sandra conta situações vividas como as de Cleide e, sua longa experiência na profissão de babá, a permite generalizar esse tipo de ocorrência, sem naturalizá-las. Ela afirma: *Mas isso é coisa da gente mesmo. Sempre a gente come depois, toda casa é sempre depois. De primeiro as babás não podiam comer as coisas, as frutas.*

Quando trabalhei com a Dona Cida até copo, talher e prato era dividido. E era de plástico, não era de vidro. Já aguentei muito desse tipo de humilhação. [...] Já teve casa que eu trabalhei que a comida dos empregados era diferente. Aquelas carnes chiques, filé, camarão, a gente não comia. A gente comia arroz, feijão e ovo e tinha carne de segunda. Era tudo divido. Eu me sentia mal. Eu dizia que um dia na minha casa ia ter um daqueles copos. Mas lá trabalhei só um mês porque não dava. Eu sentia muita vontade de comer. Já trabalhei com gente que só me queria da cozinha pra área de serviço. (Sandra).

Para o corpo feminino negro e subalternizado, que tenta se defender e rejeita ser objetificado e abusado sexualmente, o destino é tornar-se abjeto.

Abuso sexual só tive uma vez e a maioria de castigo, violência, foi antes dos meus 15 anos de idade, antes de vir pra Brasília. Até os 15 anos eu não podia me defender. Só depois que eu aprendi a me defender. Aqui eu tive caso de só poder comer resto de comida, não era sobra, era resto do que sobrou do prato de comida, resto babado. (Bárbara).

Bárbara continua denunciando a perversa realidade que se esconde no interior das casas e apartamentos das áreas nobres da capital, habitados pela classe dominante que, a partir das babás, denominamos branca. Comparece no discurso de Bárbara a associação das humilhações que ela sofreu enquanto babá à negação de seu direito de estudar. Ela nos revela que é interessante para as/os patras/ões que permaneça ignorando seus direitos, sem a possibilidade de sair da relação de servidão, ascender socialmente e afirmar-se. É como se seu corpo negro, que outrora serve como insensível objeto, só pudesse existir na condição do apagamento.

Já fui humilhada na grande maioria dos lugares por onde passei. O fato de você só comer se sobrar, o fato de você não poder sentar numa mesa pra comer, adoecer e não ter quem cuidar. Tudo isso te menospreza. O fato de você não poder estudar porque se você estudar você vai ser alguém e vai começar a descobrir que as coisas não é assim que funciona. Depois de um tempo foi que eu entendi porque eles não me deixavam estudar, é por isso. Hoje eu vejo uma coisa e analiso os dois lados da informação. Não era só a comodidade de ficar com as crianças, mas era pra eu não entender ler, porque enquanto eles me mantivessem analfabeta pra eles era jogo, mas eu queria crescer, eu queria estudar. Entendeu? E eu nunca trabalhei com uma família negra, eu nunca cuidei de uma criança negra, era tudo sempre branquinho, loirinho do olho azul e muito raramente tinha uma cor mais fechada. Sabe aquelas crianças que parece porcelana que você não pode nem olhar que já fica roxo? Foi assim que trabalhei e sempre me senti discriminada. Inclusive teve uma época que eu sentia vergonha de dizer que era babá, justamente porque as pessoas discriminavam muito. (Bárbara).

Jurandir Freire-Costa, refletindo sobre a história dos negros na sociedade brasileira aponta que o tema da violência deve ser tomado como central. De acordo com o autor, “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (in SOUSA, 1983, p.2). Bárbara elabora sobre como é ser esse corpo agredido.

Lá em Teresina, eles não pagavam nem pra mim e nem pra minha mãe e ainda me batiam, puxavam meu cabelo, me beliscavam. A patroa batia só em mim, não batia na filha dela. Batia quando ela fazia algo de errado, lógico que quem apanhava era eu, se quebrassem alguma coisa, um brinquedo. Eu tinha nove anos e a menina tinha uns 3 anos. Ela dava birra, não queria tomar banho e tal e sobrava pra mim. Eu apanhava do nada, por qualquer coisa, por qualquer motivo. Isso era um castigo, eu acho. Já fiquei de castigo de joelho de costas pra parede porque diziam

que meu serviço não estava direito...ihhh, fiquei demais. Aí eu fazia o que? Se eu voltasse minha mãe também ia me bater. Mas eu era criança e não aguentava por muito tempo, aí eles me devolviam pra minha mãe. (Bárbara).

Outra dimensão da abjeção se dá nos momentos de saída do espaço doméstico para os passeios com as famílias empregadoras.

Ela falava: “Sandra, você fica sempre mais afastada, tá?”. Então eu ficava do lado de fora ou então não podia sentar na mesa com as amigas dela. E ela gostava de me dar roupa usada, queria que eu usasse, isso eu gostava, mas ela falava que era pra eu ficar mais afastada por causa dos meus vestidinhos. Mas na época eu não tinha condição. Eu queria era ajudar minha mãe, juntar dinheiro pra comprar uma casa pra minha mãe e foi isso o que eu fiz na minha vida. (Sandra).

Trouxe aqui um registro e uma sucinta análise das trajetórias do corpo das babás, mas sem perder de vista que o corpo é tudo ao mesmo tempo! Por meio da fala abaixo, friso a coexistência entre as dimensões do afeto, objeto e abjeto. Nesse contexto, evidencia-se o apego da criança pela sua babá e a enorme perda afetiva que a mudança de emprego significa (BRITES, 2007).

Eu ficava muito, muito tempo com a Luiza. A gente foi tendo uma convivência tão legal que eu ia embora no final de semana e ela me ligava chorando, queria vir embora comigo. Eu levava ela pro psicólogo, academia, escola. O pai dela viajava muito e a mãe era médica, então era eu que ficava com as crianças em tempo integral. Eu ensinei a Luiza a comer, a escovar os dentes sozinha, tudo fui eu. Aí quando a Luiza completou 7 anos eu fui dispensada, a mãe dela achou que a Luiza já estava grande e os outros já se viravam. Mas, na verdade, ela colocou outra babá pra cuidar da Luiza. Eu fui demitida porque a Luiza me ligava chorando no final de semana. Eu deprimia, eu chorava de saudade da Luiza, até hoje eu sinto falta dela. Depois da Luiza, cuidar de criança perdeu a graça. A gente se apega tanto aos filhos dos outros que quando a gente sai do trabalho parece que tão tirando um filho seu. (Bárbara).

Na fala de Sandra, há a mescla entre o corpo-afeto, o instrumento de trabalho e a abjeção. Nessa trama, Sandra resiste.

Ela beliscava a menina. Ela vinha chorar porque era muito carente. Um dia ela tava só judiando da menina, aí a bichinha veio pro meu quarto escondida. Aí nesse dia eu não aguentei aí eu fui e falei: “A senhora não é mulher pra bater mais nessa menina e eu vou falar pro seu esposo”. Aí ela disse que quem tava criando a menina era ela e que eu era babá e que eu tinha que ficar no meu lugar e lascava beliscão na menina. Ela me deu um empurrão, me deu uns tapas e eu também puxei o cabelo dela. Daí eu peguei uma faca e quase ia matando ela. Ia cortar ela todinha, mas ela se trancou no quarto. Ela me xingou demais, de tudo, de negra. Naquele tempo as pessoas me chamavam muito de negra, sabe, de cabelo de num sei o quê. De analfabeta. Aí falei pro Seu Antônio que eu ia me embora. Ele comprou a passagem e me deixou na rodoviária. (Sandra)

O que importa é entender que, no Brasil, a objetificação e a abjeção da figura da babá, tiveram impactos no que se refere a como se percebe o corpo feminino e o corpo não negro. “Racismo é violência, e é uma violência exercida sobre o corpo e sobre o papel do corpo como suporte da identidade” (SEGATO, 2007, p. 166). Concluo, assim, afirmando que o discurso da abjeção tem fundamento na violência racista e sexista e atinge diretamente a mulher mãe-babá negra.

4.4 Resistência, prazer, sonhos e projeções futuras

Em “Tornar-se negro”, Neusa de Souza Santos (1983) é categórica: “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (p.17).

Comecei como babá porque eu era muito, muito criança e então eu queria brincar. Como eu ia brincar? Cuidando de outra criança! Se eu fosse limpar a casa eu não ia brincar. De certa forma, a minha infância eu vivi cuidando de outras crianças. Eu brincava, eu adorava assistir Xuxa, mas sempre cuidando das crianças. Era uma parte de fazer com que o trabalho fosse mais divertido. Cuidar era dar banho, dar comida, lavar roupinha, colocar pra dormir.

[...]

Eu amadureci muito cedo pra me defender, me proteger, mas sempre levando a vida buscando tirar proveito de tudo, fazendo piada, era a válvula de escape. É doloroso uma criança ter sua infância arrancada, ter arrancado a sua chance de ser alguém na vida. (Bárbara).

Vivenciando essas dinâmicas trajetórias corporais, as babás vivem praticamente em permanente cisão interna perante a exploração desumana de suas forças de trabalho e a violência racista e sexista, sendo ainda mediadas pela invasão do afeto; mesmo assim, as babás não desistem de encontrar escapatórias. O sofrimento e a dor não apagam a força e a vontade de mudança. Nasce a resistência à opressão no olhar que ainda vê beleza e no corpo que, praticamente sozinho, não deixa de buscar e sentir prazer. Não há espaço para o que é opaco nas suas vidas, sujeitos singulares que encontram nas brechas entre o corpo-afeto, o corpo-objeto e o corpo-abjeto as suas defesas e afirmações, sonhos e conquistas, a vaidade e o amor próprio.

Os discursos transcritos apresentaram a realidade de ser trabalhadora doméstica em Brasília, de ser a babá negra que cuida de uma criança branca. Acima de tudo, essa é uma realidade emocional de um corpo que vive intensamente o trabalho, de um sujeito que elabora sobre seu corpo que resiste, assim como Vanda, quando cria estratégias contra a possibilidade latente do abuso sexual: ela fecha a cara; ou como Bárbara, que é firme com a criança, instruindo-a a entendê-la, no mínimo, em sua humanidade.

Eu tava até falando: “Gente! Como Deus é lindo, né?!” Porque eu nunca sofri esse tipo de coisa, mesmo sabendo que isso acontece com outras pessoas. Eu não sei o que acontece, se é porque eu trabalho com a cara fechada porque tô concentrada, fico tão séria que, graças a Deus, eu nunca sofri assédio. E, olha pra você ver, o período que eu trabalhei de faxina era mais homens. (Vanda).

Um dia ela [a Luiza] falou assim: “você é minha babá, eu te pago pra isso”. Eu falei que ela não trabalhava e que quem me pagava eram os pais dela e não ela. Um dia eu disse: “Luiza, meu nome não é babá. Babá é uma profissão, é gente, tem nome”. A gente tem que mostrar pra criança que a gente também existe, simples assim. (Bárbara).

Recusando a condição de “coisa”, de ser o corpo-abjeto e entendendo seu lugar de babá como de uma educadora, encorajada Jesus enfrenta e coloca sua patroa em seu lugar, confrontando-a e mostrando-lhe como se trata gente. Jesus sabe que ali não cabe uma relação de amizade, por isso ela não se resigna, ela ensina dignidade tanto à criança quanto à mãe.

Eu aprendi a conviver com um monte de tipo de gente, mas ela aprendeu comigo e com a cozinheira a ser mais calma, tratar as pessoas melhor. Se eu sair daquela casa, eu e a Da Luz, ela tá arrumada pra ficar com qualquer empregada porque antes, nunca! Ela era difícil demais antigamente. Hoje ela está preparada. Nós ensina pra ela como trata as pessoas e ela aprendeu a conviver com isso, entendeu?

[...]

Outra vez, como ela gosta muito de achar que é tudo certa, nesse dia ela disse que eu tinha mentido e eu falei: “me respeita, nunca me chame de mentirosa”.

[...]

Não sei se a gente é amiga porque pessoal rico não é amigo de pobre, pra começar. Ela é uma pessoa que tem uma natureza um pouco difícil. Ela quer que faça tudo pra ela, do jeito dela, mesmo. Por isso tem horas que a gente discute. A gente queima toda hora que eu sou agoniada e ela também daí nós quebra logo o pau e pronto. Mas mesmo assim a gente fica o tempo inteiro junto. Nós viaja junto, fica o mês inteiro viajando, eu mais ela. Até pra fora do Brasil, pra todo lugar. Nós viaja o mundo. E nós num guarda raiva uma da outra

[...]

Muitas vezes ela fala com agoniação e perturbação. Num tempo desse ela mandou reformar a cozinha todinha, daí os pedreiros molharam um negócio, um prato preto e ela veio em cima de mim falando que eu tinha deixado molhar. Aí eu quebrei o pau. Eu lasquei a mão em cima da mesa e falei que comigo ela não podia falar daquele jeito não. Ela saiu e voltou pra casa às onze horas da noite. Ah não, não tenho paciência não. (Jesus).

Há quem se engane pensando que não há prazer na vida das babás, por pensarem que elas estão disponíveis apenas para o mundo do trabalho. Cleide não abre mão: *Eu estudo e tenho tempo livre, saio, vou ao shopping. Adoro uma farra!* Sandra tem sua novela e as músicas de Bartô Galeno. Disse: *Eu gosto muito de dançar. Adoro dançar forró. Gosto muito de Bartô, Roberto Carlos, Amado Batista, adoro! Acho que a última vez foi no ano passado, lá perto da minha casa.*

Às vezes vou à cachoeira, tem o pesque-pague quando tô numa condição boa, ou a gente assa uma carinha em casa. Eu não gosto de festa à noite, boate, isso eu não gosto. Eu gosto de lugar aberto e contato com a natureza ou então eu vou pros restaurantes do meu irmão em Águas Lindas. Tem dias que eu vou ao *shopping* com os meninos. São coisas pequenas, mas é lazer, né? Pra vida não ficar tão monótona. (Bárbara).

Gosto de ir ao cinema, de ler... Vou ao *shopping*, faço compras. Gosto de sair com meus sobrinhos, mas também fico em casa pra fazer meu serviço. Também gosto de ir pra balada com as meninas, lá no Gama. (Meire).

Todas as vozes diluídas nessa dissertação apontam para o fato de que há uma diversidade de pontos de vista que formulam uma agenda comum e que me levaram à seguinte pergunta: Afinal, a sociedade brasileira está caminhando para o alcance de direitos trabalhistas ou para a extinção do trabalho doméstico? Ainda pela escuta das entrevistadas, identifico que há sentimentos positivos relacionados à profissão, mas também há a presença de sentimentos negativos – ambos resumidos no seguinte trecho da entrevista de Bárbara.

O sentimento positivo é que a criança é fantástica, ela é grata por você existir na vida dela porque você dá atenção, dá limite, você tá ali. Esse é o lado mais positivo, a gratidão da criança com a babá. Quando ela se machuca, é pra babá que ela corre, quando ela faz um negócio legal na escola, é pra babá que ela mostra. A referência materna que a criança tem não é a mãe, é a babá. É a babá que brinca, que educa, dá bronca e limita. A mãe não faz nada disso. Entendeu? Mas o ponto negativo, que é triste, que é de doer, é que você faz tudo, você brinca, dá amor, e de repente eles te arrancam ela de você. É como se você estivesse perdendo um filho. Essa é a parte mais dolorosa de ser babá, no meu ponto de vista. Me tiraram a Luiza! Pra mim foi assim que senti e eu sofri, eu chorava de saudade. Eu não quero mais cuidar de criança. É o ponto negativo, você não fica com aquela criança pra sempre, mais cedo ou mais tarde eles te tiram, por um motivo ou outro, às vezes sem motivo, simples assim, é só mais uma criança que passou na sua vida [choro]. Então, o ponto negativo é que você se apega. Toda criança tem uma magia, até aquelas mais pentelhas. No final de semana, ela era o meu assunto, aí, de repente, do nada, foram lá e me tiraram ela. Dói. Pra mim, é como se eu tivesse um monte de filho. E as crianças têm babás, mas não têm mãe. A babá dá toda a atenção do mundo para a criança. Eu levava a Luiza pra escola, eu ia pra reunião, eu levava pra ginástica, pra biblioteca. Eu! Era tudo eu! Os primeiros sete anos da vida dela foi tudo comigo. Eu não quero mais, não quero mais cuidar de filho dos outros. Por mais que não seja filho seu, você dá carinho, dá o seu melhor pra aquela criança, e isso eu não quero mais, não quero mais perder assim. Por isso não quero mais ser babá. (Bárbara).

Ao focar o futuro da profissão de babá, ao final de cada entrevista as questioneei: *E você acha que ainda tem muitas meninas passando pelo o que você passou?* E foi então que Sandra me contestou: *Me diz, você vai ficar com as crianças?* E continuou, construindo a reflexão enquanto argumentava:

Eu acho que sim, porque enquanto tiver criança, né? Porque vai ser muito difícil uma mãe cuidar só duma criança sozinha. Eu acho que nunca deve acabar babá porque as patroa trabalha. Só que agora tem muita creche. De primeiro, nós era escravo, minha fia. Lá, de primeiro,

menino só ia pro colégio depois dos 7 anos. Você ficava com criança até os 7 anos. Agora não, criança hoje tem creche, tem nenenzinho com 6 meses que já tão indo pra creche. Tem muito... É, tá diminuindo mais as babá, né? (Sandra).

Sim, pelo simples motivo de que nem todas as mulheres nascem pra ser mães. Elas põem filhos no mundo, mas não querem ter a responsabilidade. Eu trabalhei em lugares que até a noite era eu que cuidava, eu levantava pra trocar fralda. A mãe não tinha contato nenhum com a criança. Elas não querem dar carinho pra criança, não querem trocar fralda, não querem ter responsabilidade nenhuma com a criança. E é aí que entra a babá. Observa nosso mundo hoje e pensa nele daqui dez anos. As mulheres estão crescendo no mundo financeiro e não querem ser taxadas como donas de casa, elas estão tendo criança com idade mais avançada porque o emprego está vindo primeiro que a família. E essa mulher não vai ser mãe com 40, 42 anos de idade. Elas são mães só pra deixar a sementinha delas, mas elas não vão trocar fralda, dar banho, ver o dentinho nascer, porque o profissional vem em primeiro lugar. Acabou a licença maternidade, elas retornam e quem assume é a babá. Poucas vão para creches e eu acho isso um absurdo, tirar a criança da casa, do conforto dela. (Bárbara).

De acordo com Sandra, há ainda muitas meninas passando pelo que ela já passou na infância, mas ela constata uma mudança geracional: *Porque, as coisas mudaram, essas meninas hoje lá da cidade, do interior, não estão como de antigamente porque o povo tão indo mais é pro colégio, tem mais colégio no interior. É difícil no interior agora o povo quebrar coco, minha filha!* Já na visão de Cleide, as condições precárias dessa profissão afastam as meninas do interior:

Pode ser que existe, mas hoje em dia todas que eu conheço tá correndo atrás, tá estudando ou tá fazendo um curso ou monta uma loja. A pessoa cansa de trabalhar na casa dos outros assim, sabe? Você trabalhar de segunda a sábado, às vezes. Às vezes de domingo a domingo. Não tem folga, não tem nada. Ainda quando sai do serviço, você leva uma mixaria pra começar. Então eu acho que elas estão pensando bem hoje em dia e procurando estudar. (Cleide).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estou no parquinho entre várias crianças e mulheres. Aproximo-me de uma delas e pergunto: *Ele é seu filho?* A resposta: *Não, quem dera! Se fosse meu filho poderia dar uns puxões de orelha de vez em quando.* Observo as crianças brincando e passeando com as babás. Participei de inúmeras cenas como essa buscando captar o hiato que existe entre a experiência do vivido e a capacidade narrativa sobre a realidade. O que sons, silêncios e gestos corporais poderiam me informar sobre o que as babás vivenciam? Propus neste trabalho usar a categoria do *corpo* para trazer as experiências das babás em um enredo de histórias de alegrias, tensões, conflitos, ausências, poderes, opressões, resistências, amores e dores contadas pelas nove mulheres entrevistadas. Através de seus relatos e do que observei em campo com outras babás, pretendi mostrar que essas trabalhadoras protagonizam seus corpos em tempos que se sobrepõem: lembranças do passado e situações do presente se misturam e deixam fissuras que, nas vozes dessas mulheres, se tornam demandas políticas para quem vive condições específicas de ser mulher, trabalhadora doméstica, pobre e, em sua maior parte, negra. Não é de maneira isolada que as categorias de gênero, raça e classe existem na vida dessas mulheres, mas definindo as suas relações cotidianas mais profundamente envolvidas em estruturas anteriores aos seus próprios nascimentos.

Há, nas narrativas das babás entrevistadas, a analogia do trabalho realizado ao tempo da lei da escravidão. A maternidade negada, o cansaço, as dores, o controle do tempo, violências, afetos e abusos são atos vividos no corpo e/ou contra ele e, evidentemente, são temas caros ao corpo feminino que conta e é feito de história. Impossível não considerar as heranças da escravidão nas vidas das trabalhadoras livres de hoje em dia – especialmente quando se tratam de mulheres negras, pobres e trabalhadoras domésticas. Aliás, a própria condição de trabalhadora doméstica que se vive maquiada como livre-contratante é uma falácia, pois envolve uma falsa ideia de liberdade que esconde o aprisionamento de determinado corpo em um espaço objetivo de construção subjetiva. Afinal, quando o poder colonial é reconfigurado nos tempos atuais a perversidade das opressões tem um caráter sutil para quem? As experiências significadas pelas babás mostram que o corpo racializado e genderizado sempre foi um lugar central no feixe das relações de poder e que a colonialidade ainda persiste; o que se vive é um cativeiro moderno de falta de opções em que correntes sociais impossibilitam sair do *lôcus* de servidão.

Essa referência é sentida no cansaço e nas dores que o corpo reclama constantemente, frutos da falta de regulação das jornadas, nos mínimos salários que recebem, no vínculo afetivo que constroem e as aprisionam a esse lugar, no apagamento do sujeito que é ao mesmo tempo um corpo-objeto de trabalho e de objetificação sexual e um corpo colocado na zona da abjeção. Está na fala de Bárbara a associação entre sua negritude e o trabalho de babá, o que confunde a categorização da discriminação que sofre, mas justamente deflagra a interseccionalidade de raça, gênero e classe.

O que eu acho incrível é que é muito raro ter uma babá branquinha, porque normalmente quem escolhe é a patroa ou o patrão por uma série de entrevista. Talvez ela não escolha uma branquinha pra não se sentir tão superior quanto contratar uma pessoa negra. Pô, a escravidão ainda existe. Tem gente que trabalha em condições que a gente fica boba. Mas, assim, embora nunca tenha trabalhado com pessoas negras, poucas me discriminaram, mas já me senti muito humilhada por ser babá. Mas ser negra pra mim não é problema. (Bárbara).

As babás mais velhas são as que cumprem as jornadas mais massacrantes, pois permanecem disponíveis praticamente em tempo integral às famílias empregadoras. Nas experiências de vida das babás mais velhas, como Jesus e Sandra, a perversidade da ausência de tempo livre ficou ainda mais evidente. Encontrei uma positiva transformação comparando os tempos do trabalho realizado pelas babás mais novas com os das mais velhas: há uma progressiva melhora no acesso à educação, por exemplo, o que se reflete no aumento do nível de escolaridade. Embora não faça diferença significativa em seus salários, o acesso à escola permite que desenvolvam e participem de outras relações sociais. As mais novas estão tentando furar as barreiras que negam a elas o estudo, na pretensão contínua de “buscar algo melhor” na formação profissional e em sua própria constituição subjetiva e que as possibilite (re)criar seus caminhos. Ademais, nenhuma delas quer esse futuro profissional para suas filhas, pois outras profissões não exigem esse grau de subalternidade: não tem horário, não tem cama, não tem a comida que se gosta, não há grupo de pares. Há isolamento e fragmentação.

Nessa investigação salientei a especificidade de ser babá em Brasília. As mulheres maranhenses, piauienses, alagoanas, mineiras entrevistadas representam as que chegaram sozinhas em Brasília, vindas em sua maioria de uma vida no Brasil rural na busca por melhores empregos e ascender socialmente através da primeira opção do trabalho doméstico. Judith Rollins (1985) estudou a história do trabalho doméstico e concluiu que uma característica única do processo de urbanização da América Latina é o fato de que mais mulheres

do que homens migraram para as cidades. De acordo com Rollins, “*this flow of female migrants creates a large, cheap labor pool. Not surprisingly, recent migrants are more likely to go into domestic work than either earlier migrants or urban-born women*” (1985, p. 39). Assim, a rápida migração urbana e a demanda por trabalhadoras domésticas são aspectos que se afetam e estimulam mutuamente e, mais tarde, ainda garante a existência de uma força de trabalho barata.

Em Brasília, os salários e poucos direitos trabalhistas conquistados foram relevantes. Pelas evidências que os dados gerais sobre a categoria no Brasil apresentam, os salários das babás entrevistadas estão muito acima da média, o que me leva a pensar que há uma melhora substancial proporcionada pela migração à capital moderna, em relação às perspectivas da sobrevivência material, mas isso tudo em comparação com um passado que em si é uma desgraça de penúria e restrições. Nesse contexto, que o presente se faz suportável, principalmente para as babás mais velhas, mesmo que estas ainda sonhem com o dia de voltar às suas cidades, onde estão suas raízes e elas são vistas além do corpo-objeto de trabalho. Perversamente, esse salário também as silencia. Se as babás entrevistadas estão acima da média salarial no Brasil e até no DF (no que se refere às mulheres negras, em geral), o que mostra uma realidade bastante pontual, essa prerrogativa registra também a possibilidade de modulação da fala por conta do pagamento mensal: elas se destacam, mas também se submetem a situações que nem falam por conta do salário.

Percebendo que as babás entrevistadas em Brasília encontram-se em condições singulares, quais as demais especificidades que se pode constatar dentro dessa categoria tão ampla que é o trabalho doméstico no Brasil? Debruçando-me sobre as dimensões do trabalho doméstico no DF constatei que as entrevistadas significam o trabalho de babá como se este tivesse maior valor. Foi verificado que o cotidiano experimentado por mulheres que trabalham como babás apresenta peculiaridades dentro da categoria geral do trabalho doméstico na atualidade e as próprias babás analisaram o trabalho de cuidado das crianças como uma atividade de maior *status* em contraposição com os serviços da casa. Embora dois casos – Ana e Bárbara – apontaram que hoje se ganha mais como doméstica ou como diarista do que como babá.

Há afeto nos gestos das babás. Só pude minimamente entender os dramas desse afeto quando as entrevistadas falavam do apego que sentem às crianças com sorrisos e olhos cheios d’água. Elas trabalham dando atenção à infância de uma criança que não é sua. Infância... esse momento tão fundamental de construção da relação com o mundo; fase da vida que elas próprias não tiveram o direito de viver, pois estavam sempre cuidando da infância de outrem. São as babás que carregam ao colo, alimentam o cres-

cimento, estimulam a percepção, ensinam as primeiras palavras, sentam ao chão para brincar, ninam os sonhos, dançam junto e doam seus carinhos a uma grande parte das crianças brasileiras. Ao estarem só – a babá e a criança – é o corpo-afeto que predomina. Enquanto estão as/os patroas/patrões conjuntamente, são as outras dimensões – corpo-objeto e corpo-abjeto – que emergem de modo mais forte.

Colocar isso em evidência permitiu mostrar como a subalternidade se expressa nessa dinâmica fragmentada e isolada (a babá se constitui sozinha na própria experiência de fragmentação corporal através do conhecimento do mundo do poder) em que a espontaneidade sai de cena ao entrarem as autoridades empregadoras, limitando o gozo e a satisfação do brincar. Qualquer coisa pode alterar essa trajetória corporal, até mesmo os três corpos podem estar presente em um mesmo momento. As autoridades de poder reeditam toda a trajetória de pobreza que as submeteu ao trabalho de babás, as deixou sem escapatória, sem suas próprias infâncias e sem pai e mãe cuidadores/as – muitas ficaram praticamente órfãs, cuidando de outras crianças, e cuidadoras de si mesmas. São pessoas “talhadas” pela subalternidade a servir, a serem aquelas que só têm valor se forem serviçais para alguém e se promoverem o bem-estar do outro.

Sim, elas falam em amor, mas colocam um limite muito claro entre o afeto e o trabalho, pois não admitem o exercício do cuidado voluntário – até por estarem conscientes de terem alcançado um lugar importante na vida dessas famílias de classe média e classe média-alta -, apesar das condições objetivas em que vivem a inserirem em um trabalho mal-remunerado e discriminado socialmente. Nesse sentido, percebi que a nova legislação já entrou no discurso como negociação de poder dentro da cosmologia doméstica. O afeto é para elas uma forma de sobrevivência dentro do mundo do trabalho, de tornar a lida cotidiana mais doce, mas é também fonte de sofrimento quando o contrato de trabalho se rompe e a saudade da criança dói. Alguns relatos mostraram que o sofrimento pelo distanciamento das crianças que cuidam é até maior do que dos próprios filhos, acostumados que já estão – mãe e filho – mais com a ausência do que com a presença. Cabe salientar que o afeto talvez seja um dos fortes grilhões da nossa sociedade, pois ele amarra justamente as entranhas da interseccionalidade.

Posto o nó que entrelaça a relação materna com a relação racial, ele logo se desata num gesto de separação – elaborando a transição corpo-afeto para corpo-objeto – desses dois seres, que faz eclodir o racismo e a misoginia da sociedade brasileira (SEGATO, 2007). A consequência é a forclusão da mãe não branca, colocada no lugar da subcategoria corpo-abjeto. Pretendi apresentar as transições entre um sub-corpo a outro, mostrando que formam

um todo em permanente imbricação, contiguidade, presença/ausência. Mesmo presentes de maneira tão intensa e íntima na vida das crianças, é raro encontrá-las nos quadros (fotos e relatos de memória) que contam as histórias das famílias brasileiras.

Constatei que as agressões físicas que aparecem nas histórias das babás mais velhas persistem nas falas das babás mais novas, assim como os casos de assédios sexuais. Embora nem todas tenham narrado a vivência de violências desse tipo, sabe-se que todas ocupam um lugar em que o risco da violência sexual é eminente. O assédio moral esteve absolutamente presente em todas as falas, sofrido principalmente pelas babás quando meninas, o que *afetou-lhes* a autoestima, a formação de uma identidade negra e colaborou para que naturalizassem os seus destinos como trabalhadoras domésticas. O primeiro emprego que surge em suas vidas dentro das condições de pobreza em que se encontravam as jogou no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que as retirou da escola. Além da falta de perspectivas escolares e distantes de suas comunidades de origem, o reforço discursivo sexista, racista e inferiorizante gera barreiras interiores que dificultam o encontro de saídas da subalternidade.

O resultado deste trabalho se constitui de experiências de mulheres que vivem suas particularidades e idiosincrasias, mas que em muitos momentos falam de vivências que as unem enquanto categoria. Elas fazem análises do passado e projetam o futuro da atividade de babás no mundo do trabalho em suas perspectivas, mas não só em relação a si: *Acho que vai ser mais sofisticado, mais qualificado, porque os empregados domésticos estão aprendendo a se defender, a brigar pelos seus direitos, já temos o adicional noturno, férias, hora extra, daqui a pouco tem auxílio-creche, e aí vai ser um trabalho que as pessoas vão adorar fazer*, conclui Bárbara, vislumbrando um horizonte preferível, ainda que não seja uma profissão que as mulheres vão, de fato, adorar fazer. Assim, uma das evidências desta dissertação é de que não são somente os direitos trabalhistas que fazem o trabalho ser melhor, pois o lugar da opressão não é só a falta de direitos do trabalho moderno. Apesar dos avanços da PEC das Domésticas, isso já não é suficiente, pois outras bandeiras de luta, além da regulação do trabalho doméstico, são necessárias.

Rollins (1985) evidencia que o serviço doméstico existiu em todos os tipos de sistemas econômicos, portanto as condições materiais não são a única causa da existência e da força das hierarquias sociais. O objetivo da autora é reiterar que as ideias, atitudes, pensamentos e emoções das pessoas também devem ser examinadas, compreendidas e rearranjadas nos esforços para acabar com a objetificação e a exploração de seres humanos por outros seres humanos.

[...] the conscious and unconscious minds of interrelating people and their interpretations of the meanings of the forms of interrelating also have the power to generate and perpetuate ideas of inequality (ROLLINS, 1985, p. 06).

Visto que não há um engajamento sociológico tradicional em escutar as experiências do corpo nas abordagens sobre estrutura, sujeito e ação, esta intenção epistemológica se constituiu em um desafio analítico para a realização desta dissertação. Mas, no que se refere ao trabalho doméstico realizado pelas babás, indicações aqui presentes tiveram o objetivo de trazer o concreto da sensibilidade do corpo e dar visibilidade ao agenciamento, vontades e intenções desses sujeitos a partir de suas elaborações discursivas. Enfocar a realidade vivida pelas babás é reconhecer e valorizar seus trabalhos, é permitir que a leitora ou o leitor entrem em contato com as subjetividades das babás entrevistadas e também com as condições históricas e sociais de quem está no exercício do trabalho doméstico no Brasil.

Quais seriam, então, as diferenças entre experiências das babás negras e das babás brancas? Especificamente, como a questão racial afeta as relações com as patroas e patrões? Será que as mulheres brancas têm mais condições de saírem dessa profissão? As recentes mudanças na legislação trabalhista serão capazes de provocar a desnaturalização do lugar que a mulher negra tem na sociedade brasileira? Como as redes de contato são ativadas na migração? Essas foram algumas questões que não pude avançar de modo contundente nesta dissertação. Mas, embora não tenha evidências empíricas exatas para responder a essas questões é de se supor que o lugar das babás é um local racializado de tal forma que a presença da categoria raça é marcante e faz diferença. Ainda, há que se pensar em políticas de cuidado para abrir a porta de saída das relações de opressão e entender que essa é uma disputa para além do controle do tempo e com a maneira como os modos de produção estão organizados. Em suma, concluo que a academia precisa entender o corpo oprimido e, a partir destas reflexões elaboradas aqui, espero estar contribuindo para os estudos de gênero, da colonialidade e para a própria teoria social em análises mais complexas e sensíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 26, n. 2, p. 222-246, 2006

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, V. 16. N. 1. 2008 (207-228).

BARROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, N. 2. 1995 (458-463).

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência. *Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo*, S^a época, N^o 20, 2^o semestre 2008, 69-90.

_____.; FIGUEIREDO, Ângela; CRUZ, Tania. *A realidade do trabalho doméstico na atualidade*. Brasília: CFEMEA, 2011.

BHAMBRA, Gurminder. *Rethinking Modernity: postcolonialism and the sociological imagination*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, v. 2, n. 1, pp. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 8, No. 1, 2000, p.:10-29

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *cadernos pagu* (29), julho-dezembro de 2007:91-109.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2^o ed, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *ESTUDOS AVANÇADOS* 17 (49), 2003.

CARVALHO, José Jorge. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Coleção História do povo brasileiro.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In. PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. (orgs.). *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Coleção Educação para todos.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Sueli Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas* nº 2, 2002. pp. 301-323.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In *História do Corpo 3. As mutações do olhar: o século XX*.(Xerox).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRESPO, Jorge. Introdução. In *A História do Corpo*. Lisboa: Difel, 1990.

DEIAB, Rafaela. *A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Faculdade de São Paulo – USP, 2006.

DEL PRIORI, Mary. *Prédicas sobre a Maternidade* (3ª. parte). In: *Ao Sul do Corpo. Condição Feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Brasília, Edunb; Rio de Janeiro, Editora José Olympio.1993.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista:

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2004.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(3): 811-836, setembro-dezembro/2010.

FERREIRA, Vitor S. *Elogio (sociológico) à carne: a partir da reedição do texto “As técnicas do corpo” de Marcel Mauss*. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working37.pdf>.

FIGUEIREDO, Ângela. Condições e contradições do trabalho doméstico em Salvador. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; FIGUEIREDO, Ângela; CRUZ, Tania. *A realidade do trabalho doméstico na atualidade*. Brasília: CFEMEA, 2011.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena *et al* (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Curitiba: Appris, 2013.

GOLDENBERG, Mirían. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2009.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Apresentação na Reunião do Grupo de trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro de 1980. (Xerox).

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14, 2000. p. 45-86.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação*. Brasil: OIT, 2012. Versão resumida.

HARAWAY, Donna, Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, (5), 1995:07-42.

_____. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009 (Mimo).

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. In. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2º/1995: 464-478.

_____. *Feminist Theory: from margin to center*. Cambridge: South End Press Classics, 2000.

_____. Alisando nosso cabelo. *Revista Gazeta de Cuba* – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos (EnegreSer – Coletivo Negro no Distrito Federal e Entorno).

IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. *Comunicados do IPEA*, nº 58, 13 de julho de 2010.

_____. *Retrato das desigualdades de gênero e raça* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. – 4ª ed. – Brasília: Ipea, 2011.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2009, vol.16, n.2, pp. 305-324. ISSN 0104-5970. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702009000200002>

_____. À vovó Vitorina, com afeto. Rio de Janeiro, cerca de 1870. In. XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (orgs.). *Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

KRISTEVA, Julia. Sobre la abyección. In. *Poderes del Horror (Pouvoirs de l'horreur)*. Traducción de Nicolás Rosa, Editorial Siglo XXI. Madrid, España, 1988. Edición original: Editions du Seuil, París, 1980. Disponível em: <http://www.con-versiones.com/nota0847.htm>

KRISTEVA, Julia. Sobre la abyección. In. *Poderes del Horror (Pouvoirs de l'horreur)*. Traducción de Nicolás Rosa, Editorial Siglo XXI. Madrid, España, 1988. Edición original: Editions du Seuil, París, 1980. Disponível em: <http://www.con-versiones.com/nota0847.htm>

LATOUR, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. *Body and Society*, vol. 10 (2/3), pp. 205-229, 2004.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. *Antropologia do Corpo e Modernidade*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

LEITE, Miríam Moreira. (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1984. (Estudos Históricos; 4).

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*. Bogotá – Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. *Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações*. – 3. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007.

MOLINER, Pascale. Ética e trabalho do *care*. In. HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (orgs.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

MONTAGNER, Miguel Angelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 9, n° 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

NASCIMENTO, Beatriz. [1976]. Mulher negra no mercado de trabalho. In. RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NUNES, Brasilmar Ferreira. *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003a.

_____. A lógica social do espaço. In. PAVIANI, Aldo; GÔUVEA, Luiz Aberto de Campos (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003b.

PAVIANI, Aldo. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010. (Coleção Brasília).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Viajantes, Século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. In. LEITE, Miríam Moreira. (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1984. (Estudos Históricos; 4).

QUIJANO, Anibal. 2000b. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. Festschrift for Immanuel Wallerstein, part I, *Journal of World Systems Research*, V. XI:2, summer/fall.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

QUINTAS, Georgia. Amas-de-leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do Nordeste patriarcal-escravocrata na imagem fotográfica. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 8, n. 22, pp. 11 a 44, abril de 2009.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro – dezembro/2008.

RONCADOR, Sonia. *O demônio familiar: Lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida*. Luso-Brazilian Review, Volume 44, Number 1, 2007, pp.94-119.

ROLLINS, Judith. *Between women*. Philadelphia: Temple University Press, 1985.

_____. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008a.

_____. 2008b. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 129-152.

SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAMPIERI, R. *Metodologia de pesquisa*. 3. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SEGATO, Rita Laura. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. In. STEVENS, Cristina (org.). *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Coleção Tendências: v.4.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade? In. *Tendências e Impasses*. O feminismo como crítica da cultura. HOLANDA, Heloísa B. de (org). Rio de Janeiro. Rocco, 1993.

_____. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVOLARO, Lilia Gonçalves; TAVOLARO, Sergio. *O corpo, protagonista da modernidade?* Os desafios epistemológicos do discurso pela humanização do parto. Paper apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia (26 a 29 de julho de 2011, Curitiba – PR, GT 22 – Sexualidade, corporalidades e transgressões).

THEODORO, Mario (org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília-DF: Ipea, 2008.

uma hermenêutica das diferenças. In: *Estudos feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ UFRJ, Ano 2, vol 2, 2. semestre 1994, p. 373-382.

VILLAÇA, Nízia; GÓES, Fred. *Em nome do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. Sujeito/objeto. *LOGOS* 25: corpo e contemporaneidade. Rio de Janeiro: UERJ, ano 13, 2º semestre 2006.

ANEXO I

QUADRO I - Perfis das babás entrevistadas										
Nome	Ana	Carla	Cleide	Jane	Jesus	Meire	Bárbara	Sandra	Vanda	
Local de trabalho	Brasília - DF	Lago Sul - DF	Lago Norte - DF	Lago Norte - DF	Lago Sul - DF	Brasília - DF	Brasília - DF	Brasília - DF	Brasília - DF	
Local de residência	Jardim Ingá - GO	Itapoã-DF	Paranoá-DF	Paranoá - DF	Valparaíso - GO	Luziânia - GO	Ceilândia - DF	Santa Maria - DF	Ceilândia Norte - DF	
Local de nascimento	Araíoses - MA	Joaquim Pires - PI	São Francisco - MG	São Francisco - MG	Caxias - MA	Coité do Noia - AL	Esperantina - PI	Carolina - MA	Arinos - MG	
Escolaridade	3º ano - Ensino Fundamental	Superior - cursando	Técnico superior - cursando	Ensino Médio	Analfabeta	Ensino Médio	Ensino Médio	Analfabeta	9º ano - Ensino Fundamental	
Salário	R\$ 1.300,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00	
Estado civil	Casada	Casada	Solteira	Casada	Solteira	Solteira	Casada	Casada	Casada	
Filhos	2	0	0	1	1	0	2	4	2	
Religião	Evangélica	Católica	Evangélica	Católica	Católica	Católica	Nenhuma	Nenhuma	Evangélica	
Auto-declaração de raça/cor	Morena-clara	Parda	Morena	Parda	Morena	Branca	Negra	Morena	Negra	
Idade	29	28	24	33	48	39	34	56	32	

ANEXO II

Roteiro das entrevistas em profundidade

I. Identificação pessoal e caracterização socioeconômica

- Nome;
- Auto-declaração de raça/cor;
- Escolaridade;
- Local de residência;
- Naturalidade;
- Renda mensal;
- Idade;
- Situação conjugal;
- Religião;

II. Família e vida pessoal

- Número de filhas/os;
- Escolaridade das/os filhas/os;
- Com quem ficam as/os filhas/os quando vai trabalhar;
- Escolaridade e profissão do cônjuge (caso tenha);
- Satisfação com relação ao uso do tempo para si;
- Satisfação com relação ao uso tempo para a família;
- Participação do cônjuge (caso tenha) nas atividades domésticas.

III. Trajetória de vida

- Ocupação do pai e da mãe;
- Ocupação das/os irmãs/os;
- Motivo e tempo de migração para o DF;
- Ocupação anterior à chegada ao DF;
- Tempo de trabalho como babá, idade e motivo em que iniciou este trabalho;
- Significado de “cuidar de crianças”;

- Contatos anteriores à profissão com crianças;
- Com quem e como aprendeu a cuidar de crianças;
- Narração da vida, desde o primeiro trabalho até o atual;
- Sentimentos por Brasília;
- Pessoas e coisas deixadas na cidade natal;
- Retorno para a cidade natal;
- Situação da casa (alugada, própria ou emprestada);
- Descrição dos dias de folga e momentos de lazer;
- Descrição da rotina em casa.

IV. Condições de trabalho

- Regime de trabalho – diarista / mensalista;
- Situação legal (carteira de trabalho);
- Descrição da rotina de trabalho (horários, serviços);
- Realização de curso de treinamento;
- Motivo de trabalhar como babá;
- Descrição das relações no trabalho;
- Opinião sobre uniforme;
- Descrição do quarto de empregada;
- As crianças entram no quarto de empregada?
- Descrição dos locais em que costuma ficar com as crianças dentro de casa;
- Descrição das noites no trabalho (caso durma no trabalho);
- Restrições dentro da casa (espaços, lugares, comida, banheiros)
- Espaços que ocupa quando o patrões estão em casa e quando não estão;
- Locais de passeio com as crianças;
- Local para as coisas pessoais no trabalho;
- Alimentação no trabalho (o que come, aonde e em que horário);
- Rotina de cuidado com a/as criança/s;
- Rotina de cuidados com os serviços da casa;
- Significado de “cuidar da casa”;

- Orientações e regras estabelecidas para os serviços (e determinados por quem);
- Horário de descanso;
- Cansaço no trabalho;
- Descrição do que gosta e não no trabalho;
- Relação trabalho e felicidade;
- Salário (quem paga e como é o dia do pagamento);
- Hora extra;
- Humilhações, desrespeito, preconceito racial e assédio sexual no trabalho;

V. Relações no trabalho

- Raça/cor dos patrões;
- Como é a relação com a patroa?
- Opinião e expectativas com relação à “PEC das Domésticas”;
- Opinião da patroa com relação à “PEC das Domésticas”;
- Tratamento recebido pelos patrões;
- Relatos de brigas com a patroa e/ou com o patrão;
- Casos de violência verbal e/ou física dos patrões;
- Presentes dados pela patroa patrão;
- Quais os momentos do dia que a patroa e/ou o patrão passam com o/a filho/a?
- Você acha a sua patroa uma boa mãe? Vc acha seu patrão um bom pai?
- Compare a sua casa com a casa da patroa/seu patrão.
- Relato de momentos de aprendizado da babá com a patroa/patrão e da patroa/patrão com a babá;
- Nível de satisfação da relação a/o patroa/patrão;
- Opinião da/o patroa/patrão sobre o carinho dado às crianças;
- Temas das conversas com a/o patroa/patrão;
- Troca de abraços e afetos com a/o patroa/patrão; Sua patroa te abraça? E o seu patrão?
- Vc considera sua patroa sua amiga? E o seu patrão?

VI. Relações no trabalho – criança

- Raça/cor da criança;
- Apelidos, nomes carinhosos usados entre a babá e a criança;

- Idade da criança atualmente e desde que começou a cuidar dela;
- Descrever a adaptação;
- Estratégias desenvolvidas para a criança gostar de você e te obedecer;
- Sentimentos pela criança e da criança por você;
- Sentimentos de pena, saudade, nojo, aversão, estranheza pela criança e pelo trabalho (quando, em que situação e o que fez);
- Descreva seus cuidados com a criança.
- Descreva sua relação com a criança.
- Descreva suas brincadeiras;
- Descreva o que faz para a criança dormir, comer, ficar calma;
- Relato de algum momento em que a criança preferiu ficar com você do que com a mãe ou o pai e as reações das pessoas envolvidas;
- Descreva os passeios com a família da criança (clubes, *shoppings* e/ou restaurantes etc);
- Relate seus sentimentos sobre esses passeios e as atividades realizadas nesses locais;
- Relate, caso houver, algum caso de discriminação e/ou preconceito sofrido em algum desses locais;
- Descreva como você é apresentada para as/os amigos/as da/o patroa/patrão;
- Compare como a criança se relaciona com você quando estão sozinhas e quando estão na presença dos pais dela;

VII. Análises pessoais

- Relações estabelecidas pelas babás entre o cuidado com a criança alheia e a sua própria.
- Sentimentos positivos e negativos pelo trabalho de babá: se acha que é uma boa babá; se gostaria de ter outra profissão; qual a melhor e a pior parte de ser babá?
- Planos para o futuro;
- Sonhos.

ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada por mim, Nanah Sanches Vieira e pela professora orientadora Dr^a Tânia Mara Campos de Almeida, a participar como voluntária e sem qualquer pagamento, da pesquisa *O trabalho da babá: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto* que consiste no meu trabalho de mestrado do curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília – UnB. Em linhas gerais, a pesquisa visa refletir acerca do mundo do trabalho das babás, buscando compreender, sobretudo, como esse tipo específico de trabalho doméstico tem sido realizado e quais as suas dinâmicas sócio-afetivas. A pesquisa pretende, então, destacar questões do cotidiano dessa atividade profissional, que envolve o cuidado de crianças.

O conhecimento de sua realidade pode ajudar na elaboração de leis e políticas que contribuam para a melhoria das condições de trabalho de sua profissão. Caso aceite fazer parte da pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora. Você tem todo direito de se recusar a participar agora ou a qualquer momento da pesquisa, sem sofrer prejuízos e, inclusive, de não responder a uma ou outra questão que lhe cause algum desconforto.

Você pode pedir esclarecimentos a mim ou ao Comitê de Ética em Pesquisa CEP/IH da UnB durante as fases da pesquisa e após a sua conclusão. A pesquisadora pode ser contatada pelo seu celular: 61-8173.9775 ou pelo telefone do Departamento de Sociologia da UnB: 3107-7320 e 3107-7338. O CEP/IH pode ser contatado pelo e-mail cep_ih@unb.br.

O gravador será usado para registrar suas opiniões, quando permitir. Suas falas só serão usadas para a finalidade da pesquisa, sendo que seus resultados poderão ser divulgados em publicações e reuniões científicas, sem a sua identificação. Assim, o material coletado será apenas de áudio, de registro de voz. Este será de conhecimento exclusivo e, na íntegra, da pesquisadora, que fará pessoalmente sua transcrição. A orientadora terá conhecimento de algumas de suas partes transcritas. O material em áudio e em forma de transcrição será armazenado para a elaboração de possíveis artigos e trabalhos acadêmicos futuros, que tenham relação direta com a presente dissertação de mestrado, assim como a explicitação dessa referência será sempre feita e o anonimato das entrevistadas preservado. A pesquisadora será, portanto, a responsável direta pelo seu armazenamento por prazo indeterminado, estando ciente de que seu uso sempre será para fins científicos e guardadas as obrigações éticas necessárias.

Em maio de 2014, será agendado um encontro com as participantes da pesquisa para divulgação dos resultados. Caso a pesquisa lhe cause algum desconforto, estou disposta a auxiliá-la de forma adequada, buscando ajuda profissional ou possível solução.

Assinatura da pesquisadora: _____ Nanah Sanches Vieira

Eu (nome da participante), _____, RG _____, concordo em participar desta pesquisa.

Local e data _____ / _____ / _____

Assinatura: _____

ANEXO IV

Fotografias das bonecas de Bárbara

